



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GLOBAL

Luiz Felipe Zimmermann

De cristão a subversivo: uma micro-história sobre Paulo Stuart Wright

Florianópolis

2022

Luiz Felipe Zimmermann

De cristão a subversivo: uma micro-história sobre Paulo Stuart Wright

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em história.
Orientador: Prof. Waldir José Rampinelli, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zimmermann, Luiz Felipe

De cristão a subversivo : uma micro-história sobre Paulo
Stuart Wright / Luiz Felipe Zimmermann ; orientador,
Waldir José Rampinelli, 2022.

142 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Ditadura Militar. 3. Protestantismo. 4.
Esquerda Cristã. 5. Micro-história. I. Rampinelli, Waldir
José . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Luiz Felipe Zimmermann

De cristão a subversivo: uma micro-história sobre Paulo Stuart Wright

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Adriano Luiz Duarte, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Reinaldo Lindolfo Lohn, Dr.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Sidnei José Munhoz, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História Global.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Waldir José Rampinelli, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado à memória de Paulo Stuart Wright e a todas as vítimas do Terror de Estado no Brasil e suas famílias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC) pela oportunidade de realizar meu Mestrado.

Agradeço ao professor Dr. Waldir José Rampinelli pela disposição em me orientar, por ter me ajudado tanto com suas correções como com o seu exemplo.

Sou grato também à minha banca de qualificação, formada pelos professores: Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn e Dr. Adriano Luiz Duarte – que em muito contribuíram com as direções tomadas ao longo desta dissertação; e à banca de defesa, formada pelos mesmos professores citados acrescidos do prof. Dr. Sidnei José Munhoz.

Agradeço à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Palhoça, onde atuo como professor, pela licença obtida, a qual me permitiu tempo hábil para a conclusão desta etapa da minha formação, tão importante para a minha carreira acadêmica e profissional.

Agradeço ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Catarina (IDCH – UDESC) e às Comissões da Verdade Dom Helder Câmara (PE), Rubens Paiva (SP) e Paulo Stuart Wright (SC) pelos documentos disponibilizados para a pesquisa realizada neste trabalho. Agradeço igualmente a todos que contribuíram com o levantamento dessa documentação.

Às pessoas que me acompanharam nessa jornada tão difícil, especialmente a Anni Gomes, Julia Pinto Trindade, Felipe Henrique Wegner, Juan Filipi Garces, Thiago Henrique Elias, Vinícius Aleixo Fedel, Icles Rodrigues, Rodrigo Prates de Andrade, Clarissa Grahl, Diane Sourthier e Bruno Ricci Piacenti dos Santos. Sem a presença e a ajuda deles as longas horas de trabalho teriam sido muito mais difíceis.

Gostaria de prestar gratidão aos meus pais, Mario Luiz Zimmermann e Denise Regina da Silveira, que me ajudaram de todas as formas que puderam ao longo de toda uma vida para que eu pudesse alcançar, neste momento, o título de mestre em História. Agradeço igualmente ao meu irmão, José Victor Zimmermann, a quem muitas vezes recorri para auxílio e prontamente me atendeu. Toda a minha gratidão e todo o meu amor a eles. Estendo isso também aos demais familiares devido a todo o carinho e ajuda que me deram.

Por fim, gostaria de agradecer à Ane (Mariane J. dos Santos), minha companheira, que especialmente nessa reta final do meu trabalho me fez acreditar em mim, me ajudou e esteve presente auxiliando em todas as dificuldades que surgiram. Seu amor e seu apoio foram imprescindíveis e jamais vou esquecer.

Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto porque eles são pobres, chamam-me de comunista.

– Dom Helder Câmara.

RESUMO

Esta dissertação pretende contribuir para a memória de Paulo Stuart Wright. Vítima da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) enquanto “desaparecido político”, militante político de esquerda, ex-deputado cassado após o golpe de 1964, socialista e cristão presbiteriano, cidadão brasileiro e estadunidense, Paulo figura como um importante personagem tanto da luta político-social da Quarta República como da resistência contra a Ditadura. Inspirada tanto na metodologia da Micro-história como na perspectiva da História Global, este trabalho pretende abordar, a partir da trajetória de Paulo, temas importantes para a reflexão político-religiosa-social desse período, como as origens do evangelho social no continente americano, o surgimento da esquerda cristã no Brasil das décadas de 1950 a 1960 e as transformações dessas na luta clandestina contra a Ditadura Militar que tomou conta do país. Essa busca pela memória se relaciona diretamente com as disputas pela rememoração das vítimas da Ditadura, as denúncias feitas pelas Comissões da Verdade e as lutas pela democracia e pelos direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Protestantismo. Esquerda Cristã. Micro-história. Biografia.

ABSTRACT

This dissertation intends to contribute to the memory of Paulo Stuart Wright. As case of enforced disappearance during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), left-wing political activist, former deputy deposed after the 1964 coup d'état, socialist and Presbyterian Christian, Brazilian and American citizen, Paulo poses as an important figure in both the Fourth Republic's political-social movement and the resistance against the Dictatorship. Inspired both in the methodology of Microhistory and in the perspective of Global History, this work intends to approach, starting from Paulo's trajectory, important themes for this period's political-religious-social reflection, such as the origins of Social Gospel in the American continent, the emergence of the Christian left in Brazil from the 1950s to the 1960s and their transformations in the clandestine struggle against the Military Dictatorship that took over the country. This search for his memory is directly related to the disputes over those of the other victims, the denunciations made by the Truth Commissions and the struggles for democracy and Human Rights in Brazil.

Keywords: Military Dictatorship. Protestantism. Christian Left. Microhistory. Biography.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB - Ação Católica Brasileira

AFL-CIO - American Federation of Labour and Congress of Industrial Organizations
(Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais)

AI - Ato Institucional

ALN - Ação Libertadora Nacional

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AP - Ação Popular

APML - Ação Popular Marxista-Leninista

APML do B - Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil

APRA - Alianza Popular Revolucionaria Americana

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CMP - Confederação da Mocidade Presbiteriana

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

COFFLA - Common Front for Latin America (Frente Comum para a América Latina)

COLINA - Comando de Libertação Nacional

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CSO - Community Service Organization (Organização de Serviço Comunitário)

CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil

DOI-CODI - Departamento de Operações de Informação (Centro de Operações de Defesa Interna)

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América

FAB - Força Aérea Brasileira

FBI - Federal Bureau of Investigation (Departamento Federal de Investigação)

FECOPESCA - Federação das Cooperativas de Pesca

IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICCC - International Council of Christian Churches (Conselho Internacional de Igrejas Cristãs)
IDCH - Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas
IPB - Igreja Presbiteriana do Brasil
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPIB - Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
JK - Juscelino Kubitschek
JUC - Juventude Universitária Católica
LBA - Legião Brasileira de Assistência
MAPA - Mexican-American Political Association (Associação Política Mexicano-Americana)
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MOLIPO - Movimento de Libertação Popular
MR 8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes
OBAN - Operação Bandeirantes
OEA - Organização dos Estados Americanos
OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCR - Partido Comunista Revolucionário
PDC - Partido Democrata Cristão
PL - Partido Liberal
PR - Partido Republicano
PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSP - Partido Social Popular
PSW - Paulo Stuart Wright
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional

SAPPP - Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SC - Santa Catarina

SCLC - Southern Christian Leadership Conference (Conferência Sulista de Lideranças Cristãs)

SP - São Paulo

STM - Supremo Tribunal Militar

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TDE - Terrorismo de Estado

TFP - Tradição, Família e Propriedade

UCEB - União Cristã de Estudantes do Brasil

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UDN - União Democrática Nacional

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UMP - União da Mocidade Presbiteriana

UNE - União Nacional de Estudantes

VAR-PALMARES - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

WCC - World Council of Churches (Conselho Mundial de Igrejas)

YMCA - Young Men's Christian Association (Associação Cristã de Moços)

YWCA - Young Women's Christian Association (Associação Cristã de Mulheres Jovens)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PAULO E O EVANGELHO SOCIAL: DO BRASIL AOS EUA E DE VOLTA AO BRASIL (1933-1956)	24
3	PAULO E A LUTA POLÍTICA NA PASSAGEM DOS ANOS 1950 E 1960 (1956-1964)	57
4	A LUTA CONTRA A DITADURA – DE CRISTÃO A SUBVERSIVO (1964-1973)	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre Paulo Stuart Wright, deputado estadual catarinense cassado em 1964. É também sobre a efervescência do evangelho social na América Latina e suas implicações políticas em contextos diversos do pós-guerra. É, ainda, sobre a constituição do campo político social e popular religioso nesse período no Brasil e sobre a experiência clandestina dos que lutaram contra a Ditadura que destruiu essa democracia nascente, sobre a Guerra Fria e a violação de direitos humanos. Este é um trabalho sobre esquerdas e direitas, sobre luta de classes, sobre justiça, sobre o passado e sobre o presente de um Brasil em que a democracia é constantemente ameaçada e os crimes contra ela passam, ainda, impunes.

Temporalmente, esta dissertação está centrada, em especial, entre os anos de 1933 e 1973, ou seja, os quarenta anos da vida de Paulo Stuart Wright, prolongando-se até 1978, quando as forças repressivas do Estado passaram a assumir, nos seus relatórios, que ele estava morto.

A morte de Paulo Stuart Wright é mais um dos crimes produzidos no contexto do Terrorismo de Estado (TDE) praticado por agentes públicos no Brasil durante a Ditadura Militar¹. Escondido sob o codinome Pedro João Tim, Paulo encontrou pela última vez seu camarada de organização – a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) –, Luís Fernando Assunção, em 1º de setembro de 1973. Os dois, atuando na clandestinidade, se encontraram na estação da Luz em São Paulo e, suspeitando que estavam sendo seguidos, decidiram descer separados do trem que ia em direção a Santo André – esta foi a última notícia sobre Paulo.

Como ocorreu com diversas vítimas das Ditaduras de Segurança Nacional instauradas na América Latina no contexto da Guerra Fria, seu paradeiro permaneceu na clandestinidade: nenhuma informação foi fornecida pelo Estado repressor e seus agentes sobre sua captura, interrogatório, morte ou paradeiro. Diferentemente de outras vítimas, entretanto, Paulo era uma liderança importante e vinha de uma família suficientemente proeminente para que sua memória fosse lembrada – e para que as violações de direitos humanos, em casos como o seu, fossem denunciadas.

Paulo Stuart Wright, porém, tem outras dimensões – que serão abordadas nesta dissertação – para além de ser um desaparecido político, uma das muitas vítimas da repressão durante a Ditadura Militar. Ele foi um cidadão brasileiro presbiteriano, filho de missionários estadunidenses. Foi um jovem cristão entusiasmado com a perspectiva do evangelho social,

1 PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os "anos de chumbo" no Brasil e na América Latina. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 28, p. 55-90, jul./dez. 2000.

ou seja, com a atuação da Igreja para atender às necessidades dos mais pobres. Tornou-se político nos tempos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, buscando atuar de acordo com suas convicções sociais, chegando a ser Deputado Estadual em Santa Catarina – cassado pela Assembleia Legislativa por essas convicções com o advento do golpe. Foi para o exílio e retornou, igual a muitos outros militantes cristãos, como um lutador clandestino pela Ação Popular contra a ditadura que se instaurara no nosso país. Foi um filho, um pai, um marido, um irmão, muitas vezes distante devido às condições que a clandestinidade lhe impôs, separando-o da família que ele tanto amava.

A ideia desta dissertação começou no decorrer do mestrado, enquanto era buscado um tema que pudesse dialogar com a perspectiva da História Global. Já estava definida, de partida, a intenção de abordar o período da Ditadura Militar brasileira, que era motivada pela recepção do trabalho desenvolvido pelas Comissões da Verdade. Entre os diversos temas que apareceram nessa busca, destacava-se a documentação on-line disponibilizada pela UDESC, na época, sobre Paulo Stuart Wright, sujeito central desta pesquisa.

Analisada, primeiramente, em seu formato virtual e, posteriormente, de forma presencial nas dependências do IDCH, essa documentação deixava clara a natureza global dessa importante personalidade catarinense: filho de missionários estadunidenses; viveu parte da juventude nos EUA; voltou ao Brasil, onde se engajou politicamente; foi exilado com o golpe de 1964; voltou ao país como militante revolucionário, inspirado pelo socialismo a nível mundial; foi vítima de uma entre as ditaduras instauradas na América Latina durante a Guerra Fria com o apoio dos EUA; é um desaparecido político, como tantas outras dessas vítimas.

Essa figura de Paulo, embora relativamente homenageada, é, entretanto, pouco analisada historicamente. Logo, foi possível fazer um levantamento das principais obras – documentais, audiovisuais e bibliográficas – sobre ele, restando, entretanto, a tarefa de fazer a devida análise, à luz da História Global. É esse esforço inicial que deu a origem ao trabalho que aqui é apresentado.

O objetivo geral desta dissertação é contribuir para a memória de Paulo Stuart Wright e das demais vítimas da Ditadura Militar brasileira. Isso será buscado ao longo de todo o trabalho, que se pretende uma biografia histórica desse importante personagem. Esta é uma das poucas obras até hoje que se debruça especificamente sobre a trajetória de Paulo, sendo as demais listadas adiante nesta introdução.

A esse objetivo geral, ligam-se outros mais específicos. Um deles é explicar as origens do evangelho social, com ênfase no protestantismo no Brasil, de forma interligada

com a América Latina e os Estados Unidos. Isso será feito especialmente no primeiro capítulo, de forma concomitante com a trajetória pessoal e familiar de Paulo, desde a sua infância no Brasil (a partir de 1933), passando pela sua estadia nos EUA, até a sua volta ao país de nascimento em 1956. Na apresentação das mencionadas origens, a parte propriamente biográfica foi menos explorada, devido à escassez documental sobre a infância do sujeito em questão, e acabou sendo feito um esforço maior de contextualização.

Em seguida, buscaremos demonstrar as relações entre os movimentos cristãos e os demais movimentos sociais e políticos no Brasil, com ênfase na esquerda cristã, nos anos que precederam o golpe de 1964. Essa questão será abordada, especialmente, no segundo capítulo, que trata também da trajetória política do personagem central desde seu retorno ao Brasil, em 1956, até o golpe civil-militar de 1964.

Por fim, será feita uma análise das experiências e transformações da esquerda cristã, com ênfase na Ação Popular, no contexto brasileiro de luta contra a Ditadura Militar. Isso será feito no último capítulo, que conta a trajetória de Paulo no exílio, seu retorno ao país como clandestino, sua morte em 1973 e parte da busca por seu paradeiro. Ainda que essa pesquisa pudesse ser a mais difícil do trabalho proposto, devido à natureza clandestina da atuação e dos documentos, prestamos o devido crédito a Delora Jan Wright, que fez, ao longo de vários anos, um levantamento primoroso de fontes de familiares e de pessoas próximas a Paulo, contribuindo em muito para o resgate histórico aqui proposto.

A busca pelo paradeiro de Paulo e as denúncias sobre seu desaparecimento começaram tão logo ele foi capturado pela repressão. Seu irmão, o Reverendo Jaime Wright, rapidamente recebeu a notícia de que ele teria “caído” e se destacou nessa saga para encontrá-lo. Isso o levou a buscar informações na sede da Operação Bandeirante (OBAN) em São Paulo, operação essa que foi responsável por uma série de crimes de Estado associados à luta clandestina da Ditadura.

Jaime procurou um advogado para entrar com pedido de *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar e tentou acionar a imprensa, fazendo denúncia do desaparecimento de Paulo. Foi até os Estados Unidos buscar apoio e fazer denúncias, levou a questão à Comissão de Direitos Humanos da OEA, à Anistia Internacional e a diversas outras entidades. Chegou a acionar a justiça estadunidense, reivindicando a cidadania de Paulo para que os EUA interviessem em favor do seu caso². Tudo isso sem que fossem dadas notícias do paradeiro do seu irmão. Pelo contrário, o Estado brasileiro e seus agentes continuaram numa campanha de

2 WRIGHT, Delora Jan. *O Coronel tem um segredo – Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 105-118.

desinformação, uma ocultação criminosa da verdade que é perpetrada até os dias de hoje em casos como o de Paulo, casos de vítimas do Terror de Estado brasileiro.

A luta do Reverendo Jaime Wright, inicialmente buscando o paradeiro de seu irmão, logo se converteu em uma luta mais ampla de denúncia dos crimes perpetrados pela Ditadura e seus agentes. Jaime aproximou-se do Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, e, juntos, trabalharam por anos na compilação de documentos que comprovassem as práticas de violação de direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro e seus agentes, incluindo a tortura, as execuções e os desaparecimentos – ocultações de cadáver.

Esse trabalho resultou na publicação do livro-denúncia *Brasil: Nunca Mais*³, um dos mais importantes marcos nas denúncias dos crimes de Estado no Brasil durante a Ditadura. Essa obra, realizada clandestinamente no período final do regime, sistematizou mais de um milhão de páginas de documentos de centenas de processos do Superior Tribunal Militar (STM), comprovando crimes como perseguições, assassinatos, desaparecimentos e torturas realizados por agentes do Estado.

As lutas para cobrar desses Estados a verdade – quem foram as vítimas, como foram vitimadas e seu paradeiro – e a responsabilidade – seus perpetradores, apoiadores e cúmplices – compõem um dos elementos essenciais da Justiça de Transição, necessária para a superação desses regimes em favor de uma efetivação mais profunda do processo de Transição Democrática⁴. Apesar dos esforços das Comissões de Anistia, de Mortos e Desaparecidos e das várias Comissões da Verdade, das compensações pecuniárias e simbólicas – essas ainda mais incipientes e inconsistentes⁵ –, passados mais de 30 anos da chamada transição democrática, componentes essenciais da justiça transicional, quais sejam, a responsabilização de agentes públicos e reformas institucionais que visem romper com as práticas ilegais do Estado, parecem um horizonte ainda – ou até cada vez mais – distante.

O trabalho de resgate da memória de Paulo Stuart Wright e da sua trajetória de vida e luta pelas causas sociais e contra a Ditadura produziu algumas obras e fontes importantes que foram consultadas para a realização deste trabalho.

Em se tratando de livros, o maior destaque deve ser dado para *O Coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*, escrito pela sobrinha de Paulo e filha de Jaime

3 CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO; WRIGHT, Jaime; ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

4 BARRETO, Renata Caldas. *Justiça de Transição no Brasil: a questão da responsabilização penal por graves violações a direitos humanos*. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

5 SOARES, Inês Virgínia Prado. Desafios ao lidar com o legado da ditadura brasileira: e se usássemos os instrumentos protetivos dos bens culturais. *Revista Custos Legis*, v. 4, p. 1, 2013.

Wright, a socióloga Delora Jan Wright. Esse livro, preocupado com sua função biográfica e memorialística, oferece uma visão privilegiada sobre Paulo, desde a sua infância até a sua morte e a luta posterior por descobrir a verdade sobre seu paradeiro. A obra apresenta Paulo como um sujeito abnegado, profundamente dedicado a lutar por suas convicções, mesmo pagando altos custos pessoais. Um dos elementos mais interessantes dessa obra é o rico trabalho que Delora faz com as correspondências trocadas entre Paulo e, em especial, seu irmão Jaime, mas também com os companheiros de organização, bem como sua esposa Edi, e outros. Na falta de acesso direto a essas correspondências, tomarei a liberdade de analisá-las de segunda mão, a partir das transcrições apresentadas no livro, como parte da documentação utilizada na obra.

Outra obra, mais recente, publicada pelo Instituto Paulo Stuart Wright é *Notas de um desaparecido – Paulo Stuart Wright: o tempo, o sujeito e o mundo*⁶. Esse livro – resultado da colaboração de vários autores e publicado no cinquentenário do golpe militar que instaurou a Ditadura no Brasil – traz uma série de capítulos escritos a respeito de Paulo Stuart Wright, feitos a partir de balanços históricos da sua memória, análises da documentação produzida sobre ele ou testemunhos pessoais a seu respeito. Além disso, o livro não se limita a abordar a figura de Paulo Stuart Wright, mas busca analisar mais profundamente o contexto histórico da Guerra Fria, do Golpe e da Ditadura Militar brasileira.

Além dos livros, a história de Paulo serviu de inspiração para um filme e dois documentários analisados para a presente pesquisa.

Em primeiro lugar, o *PSW – Uma crônica subversiva*, de 1987, é um filme dirigido por Paulo Halm e Luiz Arnaldo, com participação de Zeca Nunes, Norberto Depizollatti e produção do professor da UFSC Nildo Ouriques, com Antônio Fagundes fazendo o papel de Paulo Stuart Wright. Esse audiovisual de 50 minutos narra uma história que se passaria nos últimos dias da vida de Paulo, dedicado à luta subversiva, abdicado em função dos outros, displicente com a sua segurança, otimista. O filme tenta retratar alguns aspectos de Paulo, suas conversas com o irmão, Jaime Wright, sua não aceitação da separação da esposa Edi, a cena de sua captura e a incógnita de como teria sido o seu fim após ser capturado pelas forças de repressão.

Em segundo lugar, o documentário *Paulo, Companheiro João*, de 2005, dirigido por Iur Gomez, coproduzido por Iur Gomez, Catarina Produções Artísticas, TV Cultura de Santa Catarina e Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), apresenta uma investigação feita a partir

⁶ GOMEZ, Iur. SOARES, Regina Maura. **Notas de um desaparecido: Paulo Stuart Wright: o tempo, o sujeito, o mundo.** Florianópolis: [S.n.] 368 p.

de depoimentos de amigos, pessoas do seu convívio, companheiros de luta e ativistas de direitos humanos, uma investigação sobre os possíveis destinos dados a Paulo Stuart Wright pela Ditadura, bem como apresenta depoimentos de vítimas da repressão sobre as prisões e torturas que sofreram.

Por último, em 2012, foi apresentado por Carlos Mocelin como TCC para o curso de jornalismo do Centro Universitário Estácio de Sá – SC o áudio-documentário *Cidadão Wright: uma história de luta, perseguição e morte na Ditadura Militar do Brasil*. A obra de 21 minutos apresenta uma breve narrativa sobre Paulo Stuart Wright, contando com depoimentos, trechos de documentos em áudio.

Nesta dissertação, os depoimentos presentes nessas três obras recém citadas, bem como outros depoimentos feitos em entrevistas, audiências públicas e outros documentários serão utilizados em nossa pesquisa, sempre tomando o cuidado de citar a fonte.

Todo o trabalho de denúncia sobre o caso de Paulo Stuart Wright, como de diversos outros casos, foi levado adiante pelas Comissões de Anistia, Comissões de Mortos e Desaparecidos e, mais tarde, pelas Comissões da Verdade. Esse trabalho acumulado fez juntar um acervo documental que será utilizado em nossa pesquisa. Os principais acervos documentais aqui trabalhados consistem em dossiês e acervos documentais que estão disponíveis para consulta pública on-line graças ao esforço contínuo de resgate da memória encampado por essas comissões e pessoas que se engajaram em levantar esses acervos. Passo, abaixo, a descrevê-los.

Um dos acervos documentais trabalhados foi o das pastas sobre Paulo Stuart Wright, doado juntamente com outros documentos pelo Coletivo Catarinense de Memória, Verdade e Justiça para o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), disponíveis também on-line. Nesse acervo, há quatro pastas de recortes de jornais e uma pasta de documentos. Foram também levantados documentos disponibilizados pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara ao Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, disponíveis para consulta on-line. Além disso, foram consultados três dossiês contendo documentação sobre Paulo Stuart Wright: um deles disponibilizado pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara; o outro, encaminhado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos por João Paulo Wright, filho de Paulo Stuart Wright; e mais um produzido pela Comissão Catarinense de Memória Verdade e Justiça, contendo documentação sobre Paulo Stuart Wright.

Metodologicamente, nosso trabalho segue os caminhos da Micro-história. Essa abordagem busca uma maneira de escrever a história por meio de uma mudança de escalas de análise a partir de problemas históricos, constituindo uma dialética da realidade social entre os níveis “micro” e “macro”⁷.

Pretende-se correlacionar múltiplas escalas de análise e relacioná-las entre si, indo da escala “micro” até a escala “macro” sem perder de vista nenhum desses níveis de análise. Tentou-se intercalar no texto múltiplas escalas de análise relacionadas à narrativa biográfica – o campo religioso progressista, o contexto político brasileiro, a guerra fria, as ditaduras de segurança nacional, a luta clandestina, entre outros – constituindo uma nova totalidade analítica que permite constituir uma visão particular do personagem histórico e do seu próprio contexto em nível “macro” em múltiplos níveis.

São referências centrais à Micro-história: “a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo”⁸. Segundo os procedimentos da Micro-história, as distintas escalas de análise tratam de uma mesma e única realidade histórica, sendo os múltiplos níveis de análise diferenciados, porém irreduzíveis, e a análise “micro” teria como função a reconstituição da análise do campo “macro”⁹ – ou seja, o objetivo, aqui, é reconstituir o contexto geral abordado no trabalho à luz da microanálise operada.

Apesar do jogo de escalas, o fio condutor da narrativa histórica presente neste trabalho é a vida de Paulo Stuart Wright, o que poderia ser enquadrado como uma biografia histórica. Até meados do século XX, esse tipo de trabalho perdeu espaço dentro da academia, devido a uma tendência então crescente no campo das análises seriais e da análise de processos de longa duração. Pela segunda metade do século, porém, começou uma retomada das biografias devido à crise do paradigma estruturalista nas ciências humanas. Entre outros exemplos, a Micro-história, com “a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”¹⁰, teria tido um papel importante na retomada das biografias no espaço acadêmico¹¹.

7 AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Micro-história italiana: modo de uso*. Londrina: Eduel, 2012, p. 89-103.

8 LEVI, Giovanni apud LIMA, Henrique E. *Micro-história*. Novos Domínios da História, 2012.

9 AGUIRRE ROJAS, op. cit., p. 105

10 LEVI, Giovanni apud SCHMIDT, Benito Bisso. *História e biografia*. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 187-205.

11 SCHMIDT, Benito Bisso. *História e biografia*. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 187-205.

A biografia histórica deve seguir os procedimentos de pesquisa e formas de narrativa próprias da disciplina. Dois problemas da narrativa biográfica surgem na escrita. Um é o da dicotomia entre biografia e contexto, que muitas vezes são apresentados em uma “forma sanduíche”, não relacionados. A partir da Micro-história, pretende-se, aqui, superar esse problema, enfocando nos aspectos do contexto que efetivamente deverão servir para a análise entre a trajetória do personagem e seu contexto.

O outro problema é o da “ilusão biográfica”, que se apresenta quando a narrativa traz a perspectiva “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um “projeto”¹². Para fugir desse erro pretende-se articular o personagem e seu contexto demonstrando sua trajetória enquanto um campo de possibilidades de um fazer-se constante – ou ainda inconstante – em meio a um ambiente social diverso.

Pretende-se, também, desenvolver neste trabalho uma perspectiva de análise à luz da História Global. Segundo essa perspectiva, existem dois “defeitos de nascença” das ciências sociais e humanas: o nacionalismo – que levaria à análise de fenômenos circunscritos à escala do Estado-nação – e o eurocentrismo – que levaria à naturalização da abordagem de categorias e processos históricos de acordo com a experiência histórica europeia¹³. Espera-se que as análises da trajetória de Paulo e das questões levantadas a partir dela possam oferecer um caso privilegiado de aplicação da perspectiva da História Global – tanto pelo recorte analítico quanto pelas problemáticas abordadas – que vem sendo oferecida como modo de superar tanto o esquematismo da História Geral – marcada por elementos de etnocentrismo, a teleologia modernizante e o difusionismo como fios condutores deterministas – quanto à História Nacional – que parte da nação e suas fronteiras como unidades autossuficientes de análise e tomadas a priori como recorte.

A História Global seria, então, uma “forma de análise histórica que situa os fenômenos e eventos e os processos em contextos globais”. Segundo Conrad, existiriam três campos possíveis para essa história global: a história global como história de tudo, como história das conexões, ou enquanto história que se baseia no conceito de integração. O nosso trabalho, que pretende se aproveitar das múltiplas escalas de análise propostas a partir da trajetória de Paulo Stuart Wright, se localiza entre a segunda e a terceira perspectivas, traçando conexões, mas também promovendo uma compreensão da trajetória de Paulo a partir de um entrecruzamento de processos históricos que possuem uma dimensão global.

12 Ibidem.

13 CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016, p. 13-14.

Deve-se atentar, entretanto, que a história global como perspectiva não significa o abandono da história nacional, mas a busca por escrever a história sobre espaços demarcados com a consciência da existência de conexões em nível global¹⁴.

A perspectiva teórica deste trabalho foi um desafio à parte, resolvido apenas no decorrer da pesquisa. De partida, pretendia-se fazer um trabalho orientado pela perspectiva do marxismo. Por outro lado, as escolhas feitas ao longo da pesquisa não pareciam próprias do marxismo tradicional e não se tinha um autor específico que servisse como base teórica de orientação para a pesquisa.

Com a escrita já em andamento, chegou-se, finalmente, à obra de Michael Löwy. A perspectiva do professor, de análise sobre as relações entre política e religiosidade, pareceu imediatamente adequada aos rumos que a pesquisa estava tomando. Muito tardiamente, então, já na finalização da escrita, após a leitura do livro *A Jaula de Aço*¹⁵, esta dissertação finalmente encontrou a sua identidade teórica como vinculada ao “marxismo weberiano”.

Esse encontro tardio, porém, teve um peso para o resultado final: perdeu-se a oportunidade de operar segundo os conceitos dessa tradição, muito embora as reflexões próprias dela estejam presentes ao longo do trabalho. A obra de Löwy, ainda que abarque em especial o universo religioso católico, aborda a doutrina social da Igreja e seus impactos na luta de classes na América Latina e no Brasil, prestando os devidos créditos a algumas referências protestantes importantes, como Richard Shaull – abordado neste trabalho – e Rubem Alves.

No primeiro capítulo, abordaremos, especialmente, o período que vai até 1956. Do ponto de vista biográfico, será abordada a trajetória de Paulo Stuart Wright desde o seu nascimento, sua formação, sua ida para os Estados Unidos para os estudos de pós-graduação, até o seu retorno para o Brasil. É natural que haja uma maior escassez de fontes sobre esse período da trajetória do personagem, por isso se dará mais espaço para a recomposição dessa trajetória por fontes secundárias, com destaque para a obra de Delora Wright¹⁶, que teve mais proximidade com a família para recompor a infância de Paulo. Esse capítulo dará mais espaço, também, à contextualização da formação de espaços sociais entre os quais o personagem circulou ou circularia mais tarde, sendo esses, em especial, o espaço ecumênico, o campo de atuação do evangelho social, o espaço político progressista/populista e, em menor grau, o espaço da luta pelos direitos civis nos EUA.

14 Ibid., p. 16 – 24.

15 LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.

16 WRIGHT, opus citatum.

Embora muitos desses espaços sociais não estejam rigorosamente ligados à trajetória de Paulo até 1956, toda essa contextualização servirá para preparar a narrativa para a posterior inserção do personagem nesses campos nos capítulos seguintes.

Pretende-se trabalhar, no segundo capítulo, o período que vai de 1956 até o golpe militar de 1964. Esse é o período mais rico documentalmente sobre Paulo Stuart, contendo a sua atuação frente aos trabalhadores, sua participação e mesmo a fundação de sindicatos, sua participação em ações sociais da igreja, bem como nos movimentos cristãos estudantis e de juventude, sua atuação política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, mais tarde, no Partido Social Progressista (PSP), e sua atuação parlamentar e seu engajamento na Ação Popular (AP).

Nesse capítulo, o contexto apresentado e a biografia começam a se encontrar com mais consistência, continuando a abordagem dos contextos já apresentados e sendo feitas novas contextualizações: serão abordados o movimento social dentro da Igreja Católica, que mais a frente se ligaria à AP e à trajetória de Paulo; a luta pelas reformas de base no Brasil; o acirramento do anticomunismo na América Latina após a Revolução Cubana e a constituição civil-militar do golpe que interrompeu a democracia brasileira e jogou Paulo na clandestinidade em 1964. Serão utilizadas mais fontes, primárias, como depoimentos, cartas, panfletos, discursos etc. que deverão ajudar a relacionar o personagem com o seu contexto.

Já o terceiro capítulo terá enfoque no período que vai de 1964 até 1973, ano em que Paulo foi capturado e, nos porões da Ditadura, “desaparecido”. Nesse período, as fontes são naturalmente escassas, devido à própria natureza da atuação clandestina, que tende a deixar poucos rastros. Apesar disso, depoimentos e alguns outros documentos levantados não só demonstram que ele foi vítima do Estado, como também permitem levantar algumas informações sobre a atuação clandestina de Paulo. Novamente, aqui será dado um grande espaço para a contextualização, abrindo-se o campo para discutir a Ditadura e a sua atuação ilegal contra os opositores, as complexidades da luta clandestina e o modo como instituições como as igrejas e os partidos cooperaram com a Ditadura.

Ao longo do processo de escrita foi percebida a necessidade de apresentar, em notas de rodapé, breves biografias dos sujeitos históricos de maior projeção citados ao longo do texto. Como não era possível fazer uma pesquisa aprofundada sobre todos esses, fez-se a opção por recorrer a sites de referência para pesquisas como a Wikipedia¹⁷ ou a plataforma de buscas do CPDOC¹⁸ entre outras referências facilmente disponíveis para a busca on-line.

17 WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/>

18 Consulta ao acervo do CPDOC. FGV. disponível em <http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Como se trata de informações públicas e de fácil acesso evitou-se referenciar todas essas buscas para não tornar a leitura das notas demasiadamente cansativa e não prejudicar esteticamente o trabalho, especialmente se levarmos em conta a importância da atenção do leitor às notas explicativas, que, muitas vezes, esclarecem as reflexões produzidas ao longo da pesquisa.

Nas considerações finais, retomaremos os objetivos alcançados ao longo do trabalho, bem como as possíveis contribuições de cada um dos temas abordados em cada capítulo, ao longo da construção da biografia de Paulo Stuart Wright. Faremos, aqui, também a discussão que fundamenta o trabalho: a importância do debate sobre a memória de Paulo e outras vítimas da Ditadura Militar brasileira. Faremos esse debate à luz de autores de referência no debate sobre memória, como Alessandro Portelli e Michael Pollak.

Considerando que o debate sobre o tema da memória sempre remete a um tempo presente, discutiremos a importância dessa em relação com as disputas de memória sobre a Ditadura Militar e o cristianismo mais latente nos dias atuais, em relação com a trajetória de Paulo. Esse debate incide diretamente sobre o campo político, onde a memória atua como uma das balizas que orientam as visões de mundo e as ações dos sujeitos sociais.

2 PAULO E O EVANGELHO SOCIAL: DO BRASIL AOS EUA E DE VOLTA AO BRASIL (1933-1956)

Paulo tinha que voltar para o Brasil por terra. Havia abdicado de seu passaporte estadunidense, havia fugido do país. Era julho de 1956. O governo dos EUA exigia: todos os jovens deveriam se alistar nas Forças Armadas, ao mesmo tempo que promovia um inimigo a ser enfrentado: o comunismo. Paulo não aceitava esse destino: era contra suas convicções e ele era alguém que havia formado convicções fortes. Além disso, era no Brasil que estava seu coração: lá moravam seus pais e lá morava o seu amor, Edi, com quem iria se casar quando voltasse. Não que os Estados Unidos não tivessem sido importantes para ele, foi nesse país que teve parte essencial da sua formação intelectual e política: havia se engajado nas lutas do país, contra a discriminação e contra a opressão sobre os trabalhadores mexicanos. Mas essa nova luta ia contra o que ele acreditava. No Brasil, também, lutas afloravam: os trabalhadores lutavam por seus direitos com mais força do que nunca e suas demandas achavam espaço na política, enquanto, por outro lado, grupos das elites se articulavam para conter e reverter esse avanço do campo popular, promovendo conspirações golpistas. O povo resistia. Os jovens presbiterianos brasileiros, como Paulo, se engajavam cada vez mais nas lutas políticas e nas causas sociais do país e buscavam firmar com isso um novo papel para a Igreja – ou, ainda, para as Igrejas, no plural. Para deslegitimar todas essas lutas que Paulo havia enfrentado e iria ainda enfrentar, setores conservadores e reacionários faziam uma acusação: comunismo. Se as causas pelas quais ele lutava eram supostamente comunismo, como iria doar sua vida à guerra contra o suposto comunismo? Por isso, Paulo voltava para o Brasil, seu país natal: voltava pelo amor, voltava pela vida, voltava pela luta que iria seguir.

2. Paulo Stuart Wright nasceu em Joaçaba, em 1933, no distrito de Herval. Seus pais, Lothan Ephair Wright e Maggir Belle Müller Wright, eram missionários presbiterianos estadunidenses que vieram ao Brasil e acabaram por desenvolver seu trabalho religioso no vale do Rio do Peixe. Os pais de Paulo já estavam no país desde 1923, quando atuaram na direção do Instituto Cristão de Castro, no Paraná, antes de irem para Herval. Foi mais tarde, também em Castro, que Paulo veio a conhecer Edimar Ricki, que viria a se tornar sua esposa. Jaime Wright, seis anos mais velho, era um dos irmãos de Paulo. Devemos em muito o resgate dessa memória tanto a ele como à filha de Jaime, Delora.

Paulo era o sexto filho do casal. Como missionários presbiterianos estadunidenses, os pais de Paulo e Jaime Wright recebiam auxílio para estruturar sua missão, mas dependiam de

recursos advindos do seu trabalho agrícola, das relações com a comunidade e com parceiros locais e, muitas vezes, de condições politicamente mediadas¹⁹ para que a missão pudesse prosperar. A narrativa familiar constitui-se, assim, a partir de uma experiência de deslocamento, perda, pressão e, especialmente, missão – num sentido religioso e social. Os desafios de fazer prosperar a si e a comunidade, num ambiente hegemonicamente católico e em uma região desassistida pelo Estado brasileiro, são balizas estruturantes para essa primeira memória familiar.

Os filhos do casal Lothan e Maggir Wright tiveram uma infância marcada pelo contraste entre a sensibilidade da mãe e a educação severa do pai. De acordo com a idade e as condições de cada um vinham as obrigações, “como ajudar nas tarefas de casa, cortar lenha, cuidar da roça, ajudar no fabrico do suco de uva, aprender ofício e seguir os ensinamentos da Bíblia”²⁰. Jaime Wright, irmão de Paulo, já falecido, contava dessa experiência familiar:

Nas lembranças da nossa infância, em Santa Catarina, destacamos a ousadia dos nossos pais, ambos missionários norte-americanos. Tiveram a rara intuição de que seus filhos precisavam estudar na convivência diária com outros brasileiros e não numa escola segregada para americanos em São Paulo. Fundaram uma escola nos salões de madeira da Igreja Presbiteriana de Herval, na margem esquerda do Rio do Peixe (Joaçaba está no outro lado do rio). Sabiam eles os riscos que corríamos estudando e convivendo com os amigos do dia a dia. Com descendentes de italianos, alemães e poloneses – além da gente cabocla – aprenderíamos cada palavra [...].²¹

Quando Paulo tinha nove anos a família passou por uma grande perda: foi quando dois de seus irmãos se afogaram no Rio do Peixe. Sua sobrinha Delora conta:

Era uma tarde de domingo e a turma dos moleques aproveitou para subir na canoa e fazer um passeio no rio, como sempre costumava fazer. A correnteza estava forte porque havia chovido alguns dias antes. Com o peso da canoa, a água começou a enchê-la, e alguns meninos que não sabiam nadar assustaram-se e tanto mexeram que a canoa acabou virando. Os que sabiam nadar procuraram salvar aqueles que não sabiam. O sétimo irmão de Paulo, mais novo que ele três anos, ainda pedia socorro quando a maioria já estava salvo. O irmão que antecedia Paulo, mais velho do que ele quatro anos, fez a tentativa de salvar o garoto. Mas a correnteza foi mais forte.²²

Teria sido ali que Paulo “conheceu então a coragem da mãe, o sofrimento resignado do pai e o medo de nadar”²³. Para os pais de Paulo essa não era a primeira perda, pois já

19 Um exemplo do que se pretende dizer com condições politicamente mediadas é o episódio – citado na próxima página – em que Magir Wright recorre a Darcy Vargas e à LBA para buscar assistência médica para sua região.

20 WRIGHT, Delora Jan. O Coronel tem um segredo – Paulo Wright não está em Cuba. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 14.

21 WRIGHT, Jaime. In: COMISSÃO DA VERDADE. *Paulo Stuart Wright*. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/paulo-stuart-wright>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE, Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco Governo do Estado de Pernambuco, 1995, p. 290-291. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

22 WRIGHT, 1993, p. 14.

23 Ibid., p. 15.

havam perdido uma filha que, aos onze anos de idade, não sobreviveu a uma disenteria, irmã que Paulo não veio a conhecer.

Passado o choque, Paulo, que agora era o caçula da família, “passou a fazer visitas com os pais a residências, ouvindo seus problemas e levando conforto às famílias”²⁴.

A experiência familiar da missão teria sido uma das marcas na trajetória da família. Um episódio em particular era lembrado por Jaime Wright, que se recordava das conversas com o irmão: Lembrávamos também a coragem de “Dona Bela”, nossa mãe, que, contrariando a vontade de papai, pegou um trem e viajou até o Rio de Janeiro para buscar recursos para a instalação do primeiro posto de puericultura na região. Sentou-se na sala de espera de D^a Darcy Vargas, presidente da LBA, informando que dali não sairia até ser atendida. Voltou triunfante para casa (o posto funciona até hoje). Exemplos missiológicos assim, fora do seu tempo, contribuíram para torná-lo um leigo cristão irrequieto e inconformado e, sobretudo, corajoso. Estava identificado com os sofrimentos e necessidades do seu povo.²⁵

A LBA, ou Legião Brasileira de Assistência, foi uma entidade fundada em agosto de 1942 para ajudar as famílias dos soldados que participaram da Segunda Guerra Mundial, mas ela logo se tornou mais abrangente, com destaque na assistência a mães de famílias que viviam na pobreza. A entidade era comandada pelas esposas de governadores e prefeitos de cada estado e foi presidida, até o seu fim, em 1995, pelas primeiras-damas do país. Com o fim do esforço de guerra, a entidade assumiu em definitivo esse papel de assistência às famílias necessitadas em geral²⁶. A lição familiar dada pelo exemplo de Belle Wright era a de que seria possível e, talvez, necessário buscar, na política, recursos para atender às necessidades da população. Possivelmente, com a assistência de um centro de puericultura, outras mães não perderiam suas filhas nos primeiros anos de vida, como havia ocorrido com Belle.

3. A própria existência da missão dos Wright, concretizada num país católico, tinha seu lugar em disputas teológicas que remetiam diretamente ao Congresso Missionário Pioneiro, realizado em 1916, no Panamá. Esse congresso, que teve sua construção pautada especialmente por líderes de missões, com proeminência norte-americana e atuação na América Latina, buscou construir uma base unionista entre as diversas missões protestantes, especialmente as que se realizavam na América Latina. O documento redigido colocava como metas: evangelizar as classes cultas; unificar a educação teológica; dar uma dimensão social ao trabalho missionário na América Latina; e promover a unidade protestante²⁷. O congresso

24 Ibid., p. 15.

25 Ibid., p. 290-291.

26 LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA). In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Legi%C3%A3o_Brasileira_de_Assist%C3%Aancia. Acesso em: 12 dez. 2020.

27 MATOS, Alderi Souza de. Panamá 1916: Um Congresso Missionário Pioneiro. *Revista Ultimato*. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/revista/artigos/362/panama-1916-um-congresso-missionario-pioneiro>. Acesso em: 10 out. 2018.

vinha em resposta à Conferência Mundial da Missão, realizada em Edimburgo, em 1910. Nela, o papel proeminente foi dado aos líderes eclesiásticos, sem nenhum representante latino-americano como delegado, definindo-se que a ação missionária deveria estar focada nos espaços ainda não ocupados pelo cristianismo. As duas reuniões apontavam para a construção de um campo ecumênico protestante, porém marcado por diferenças teológico-políticas importantes para a América Latina.

O ecumenismo enquanto ideia moderna data do século XVIII, sendo atribuído a William Carey, que atuou como missionário na Índia britânica no contexto do imperialismo e do colonialismo europeu, compatíveis com sua ideologia. Nos EUA, o Conselho Nacional das Igrejas (1905) era uma importante entidade promovendo esse tipo de integração²⁸. Se a conferência de Edimburgo sintetizava melhor as noções de ecumenismo de Carey e eram associadas ao imperialismo inglês, o Congresso do Panamá – seguido pelos de Montevidéu (1925) e Havana (1929) – oferecia uma agenda com uma nova perspectiva: uma teologia progressista e uma ênfase no evangelho social²⁹.

É claro que a escolha do Panamá, pouco depois da abertura do Canal, como sendo um “símbolo da integração americana”, e a presença de poucos missionários de origem latina traziam implícita sua própria ideologia imperialista associada. Os missionários estadunidenses viam os problemas sociais da América Latina como um foco de atuação para as missões, mas não eram ainda capazes de perceber o próprio papel estrutural dos EUA como potência imperialista no desenvolvimento de tais problemas sociais, enxergando-os como sinais do atraso e não do desenvolvimento dependente. Apesar das intenções progressistas dessas propostas missionárias, tratava-se ainda de um programa fundado em uma ideologia imperialista.

O presbiteriano brasileiro Erasmo Braga esteve presente e escreveu uma narrativa do evento intitulada *Pan-Americanismo: Aspecto Religioso*, e as igrejas estadunidenses estavam dispostas a investir grandes montantes de energia e dinheiro para viabilizar esse projeto. Resultado disso foi a intensificação das missões para o Brasil e a constituição de entidades ecumênicas, como a Confederação Evangélica do Brasil (1934), sob liderança do reverendo Epaminondas Melo do Amaral³⁰. A Confederação pretendia:

[...] organizar o Centro de Estudos Brasileiros, produzir e promulgar obras literárias de interesse geral para o público evangélico e estimular sua difusão; manter relações

28 MENDONÇA, A. G. O movimento ecumênico no século XX – algumas observações sobre suas origens e contradições. *Tempo e Presença Digital*. n.12, setembro de 1998. Publicação Virtual de KOINONIA, 2008.

29 MATOS, opus citatum.

30 MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista Usp*, n. 67, p. 48-67, 2005.

com entidades congêneres de outros países na área da Ação Social, na concessão de bolsas de estudo e na realização de congressos, promoção de encontros da mocidade para estudar a situação do jovem no meio rural, estudantil e operário e participar de acampamentos de trabalho como expressão de amor e serviço; prestar assistência a refugiados, realizar planos de colonização, cooperar com organizações governamentais no problema da imigração e das migrações internas.³¹

4. Os esforços por uma religiosidade que parecia avançar num sentido progressista não se deram sem duras reações no Brasil. No caso da agenda do Congresso do Panamá, três questões especiais eram motivo de discórdia: o pan-americanismo, o unionismo e a tolerância e respeito para com o catolicismo hegemônico.

O presbiterianismo brasileiro já possuía, então, diferentes vertentes: além da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), à qual estavam ligados os Wright, havia a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), fruto de uma divisão ocorrida em 1903, devido ao conflito entre alguns religiosos brasileiros e a forte presença dos missionários norte-americanos – nesse caso o centro da questão foi a independência da Igreja. Ainda no final da década de 1930, uma nova cisão ocorreu no seio do presbiterianismo brasileiro, dessa vez dentro do IPIB, o que levou à constituição da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil.

O cerne da questão teológica era um debate entre duas grandes tendências teológicas antagônicas: o liberalismo e o fundamentalismo. Do ponto de vista fundamentalista, a Teologia Liberal seria qualquer visão religiosa que não reconhecesse a autoridade final da Bíblia em questão de fé. Com o desenvolvimento da educação com base na perspectiva iluminista da ciência, um movimento de secularização da autoridade sobre a verdade levou, especialmente na passagem do século XIX ao XX, muitos fiéis, principalmente no interior das igrejas históricas, a buscarem conformar o conhecimento científico com a crença religiosa.

Foi o segundo grupo, o fundamentalista, que surgiu como uma reação a essas tendências dentro das igrejas protestantes e começou a utilizar os termos “liberalismo teológico” e “modernismo teológico” de forma pejorativa, para designar essas tendências. O livro *Os Fundamentos* levou essa perspectiva conservadora de uma ortodoxia protestante a se espalhar, primeiramente pelos EUA. Entre os pontos que defendiam estava a Inerrância Bíblica, que fazia a crença criacionista se confrontar diretamente com a Teoria da Evolução de Charles Darwin, o que levou à condenação do professor John T. Scopes, em 1925, por ensinar Teoria da Evolução nas escolas públicas³². A cisão que levou à formação da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil se expressava em linguajar semelhante ao dos EUA,

31 Ibid., p. 48-67.

32 DE SEIXAS ANDRADE, Roney; DA SILVA, Ivan Dias. Opção Liberal ou Opção Fundamentalista? O Criacionismo na Controvérsia Modernista-Fundamentalista nos Estados Unidos. *Sacrilegens*, v. 10, n. 1, 2013, p. 62-82.

acusando “infiltração liberal” na Igreja.

Para além do ecumenismo, que ganhava força especialmente entre a juventude presbiteriana, também crescia o evangelho social, perspectiva que remetia ao pastor batista estadunidense Walter Rauschenbusch (1861-1918). Ele, após estudos na Alemanha, desenvolveu seu ministério pastoral entre imigrantes alemães, numa das áreas mais pobres de Nova York, e entrou num debate sobre os direitos das classes trabalhadoras, convencido de que o pecado era tanto social como individual.

Em paralelo com o desenvolvimento desse evangelho social entre os protestantes, a encíclica papal *Rerum Novarum*, proposta por Leão XIII, em 1891, também expunha uma visão social do cristianismo entre os católicos. No Brasil, o evangelho social protestante foi incorporado na prática de criação de centros sociais em algumas igrejas locais maiores, visando atender pessoas de seus bairros através de serviços sociais, recreação, bibliotecas, orfanatos, creches, hospitais etc.³³.

No contexto estadunidense, essa perspectiva teve alcance significativo nas instituições religiosas, sendo assumida também em associações ecumênicas como as juventudes YMCA e YWCA³⁴ e influenciando o Conselho Mundial de Igrejas (WCC) já nas primeiras décadas do século XX. A YMCA já tinha na sua história uma aproximação com questões sociais: Formada em 1844, se centrava em ações religiosas a serem desenvolvidas com operários no contexto da Inglaterra Industrial do século XIX. De qualquer modo, para ambas as entidades de juventude, a perspectiva do evangelho social apresentava um novo sentido de ser.

Desde o início do século XX, também existiam no Brasil associações protestantes de juventude. Essas se articularam nacionalmente, tanto na Igreja Batista quanto na Igreja Presbiteriana já antes da década de 1940, tendo seu auge entre as décadas de 1940 e 1950. Ao mesmo tempo, se desenvolviam entidades ecumênicas: em 1938 foi organizado um congresso com aproximadamente 200 jovens protestantes de seis denominações e, posteriormente, em 1940, foi fundada a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB)³⁵.

5. Os primeiros estudos de Paulo Wright foram feitos na escola que era mantida por seu pai, com uma forte ligação com a comunidade próxima à missão. Ele também estudou

33 MENDONÇA, op. cit., p. 48-67.

34 *Young Men's Christian Association* – chamada no Brasil de Associação Cristã de Moços – e a *Young Women's Christian Association* – chamada no Brasil Associação Cristã de Mulheres Jovens (YMCA e YWCA).

35 DAVID, Natan Alves. *"Somos enviados ao mundo": a juventude protestante em emergências de novos contextos: religião, pós-guerra e virtualidades heréticas (1945-1960)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017, p. 159 – 160.

como aluno interno no Colégio de Piratuba-SC. Após concluir seus estudos primários, Paulo Wright foi cursar o ginásio e o ensino médio científico no Instituto Metodista de Passo Fundo, como seus irmãos mais velhos haviam feito. Seja por necessidade ou por opção, a proximidade e convivência com o metodismo colocava, de forma consciente ou não, já a questão do ecumenismo em pauta – questão essa que vai marcar tanto a atuação de Paulo quanto a do seu irmão Jaime, mais tarde.

Também a família recorda que, na adolescência, Paulo costumava visitar orfanatos e asilos. Essa reconstituição do caráter de Paulo por parte da família pode ser, por um lado, feita a posteriori, produzida sob efeito da “ilusão biográfica”, mas não há motivos para duvidar dessa memória. A experiência familiar de missão se associava aqui a uma expectativa sobre o papel do jovem protestante. Se nesse momento a caridade não fazia parte ainda de uma filiação ao evangelho social, mais tarde essa experiência da caridade cristã pode muito bem ter sido ressignificada a partir de um senso de responsabilidade dada à opção evangélica de Paulo.

Paulo viveu intensamente seus anos de estudo em Passo Fundo, aproximando-se com distinção da comunidade escolar que o cercava. “Jogava basquete, vôlei e futebol”³⁶, foi presidente do Centro Cívico José Bonifácio em sua escola e era chefe dos escoteiros em Passo Fundo. Na escola, recebeu 1º lugar com distinção no curso primário, 2º lugar com Medalha de Honra no ginásio e 2º lugar com Medalha de Honra no Científico³⁷. Foi também membro da Sociedade de Cultura Artística Brasil Iberê e do Centro Cultural Inter-Americano³⁸.

A ligação com a religiosidade cristã é relevante para situar o espaço formativo de Paulo nesse período, inclusive pela inspiração de seu irmão, Jaime Wright, que fazia pós-graduação em teologia em Princeton, tendo se formado em 1950. Havia, no interior da igreja metodista brasileira, um forte movimento que buscava uma nova localização para a religiosidade, especialmente influente entre os jovens em seus congressos e conferências, preocupando as lideranças religiosas mais conservadoras, e que se espalhou, principalmente, dentro das escolas metodistas³⁹. Ao mesmo tempo, também na Igreja Presbiteriana, à qual

36 WRIGHT, 1993, p. 15.

37 DOSSIÊ PAULO STUART WRIGHT – DEPUTADO CATARINENSE DESAPARECIDO. Título de descrição: 002- dossie-cemdp-paulo-stuart-wright.pdf. Nível de descrição: item Nome do produtor: Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (2012-06-01). Entidade custodiadora: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. p.7. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/f/e/f/efec2dc3228a7467f1318254d962401829f9cac0a293a19eefbf2eb23f6c283a/b91d372a-24a8-4966-9a15-e1de1376bc2e-003-PSW-deputado-catarinense-desaparecido.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

38 Ibid., p.4

39 MENDONÇA, op., cit., p. 48-67.

Paulo pertencia, crescia entre a juventude essa preocupação com o papel dos jovens na igreja e na sociedade.

6. O fim da 2ª Guerra Mundial teria levado à redefinição muitas categorias sociais, entre elas a do papel social da juventude. Durante a guerra, foi imposto à juventude um papel social ligado, direta ou indiretamente, ao trabalho militar. Essa juventude se relacionava de maneira temerária com o próprio futuro, ligada ao esforço de guerra ou ao auxílio às vítimas dela.

Já com o fim do conflito, a juventude assumiria um novo papel. Ainda engajada sobre o social, ela se via com expectativas sobre o futuro e como agente do tempo histórico. Mesmo os temores da Guerra Fria não impediriam que os jovens se colocassem em posição de emergência nas lutas sociais do pós-guerra, fossem essas revoltas estudantis, movimentos sociais libertários, lutas étnico-raciais, movimentos contra guerras, ou outros⁴⁰. Não se tratava apenas de uma questão etária, mas de um novo papel social da juventude.

Em paralelo, nas igrejas cristãs do pós-guerra, desde a Igreja Católica até às protestantes, novos desdobramentos de um movimento humanista se desenvolviam a partir de uma ética religiosa que se centrava na compreensão e atuação social⁴¹. Todo esse plano de fundo teológico produziu repercussões concretas na formação das novas gerações presbiterianas, em especial em uma juventude ascendente e instruída que se envolvia nas atividades e debates da igreja.

David⁴² apresenta que essa visão sofreria resistência especialmente devido a uma tradição puritana hegemônica nas igrejas protestantes brasileiras, a qual, pela sua doutrina rígida, veria esses jovens como portadores de “virtualidades heréticas” incompatíveis com a tradição das igrejas. Trabalharemos aqui com uma hipótese ligeiramente distinta daquela que o autor apresenta: por mais que existisse de fato um status quo religioso, ao qual essa perspectiva social da juventude era estranha, a reação institucional não tomaria sempre a forma conservadora ou tradicional, mas passaria por movimentos de ondas reacionárias dentro das igrejas protestantes, conforme apresentou Fajardo⁴³ em seu trabalho sobre as controvérsias em torno das perspectivas liberais e fundamentalistas no Brasil.

Entre resistências e reações, o fato é que emergiu, no contexto do pós-guerra, um

40 DAVID, op. cit., p. 115-116.

41 Ibid., p. 50.

42 Ibid., p. 115-116.

43 FAJARDO, Alexander. Fundamentalismo protestante nos Estados Unidos e Brasil intolerância religiosa no rádio e seus (des) caminhos sonoros. *PARALELLUS Revista de Estudos de Religião*. UNICAP, v. 7, n. 15, p. 249-271, 2016.

importante protagonismo da juventude dentro das igrejas, e abordaremos aqui o caso específico da igreja presbiteriana. Esse protagonismo esteve, em grande parte, em reverberação com o desenvolvimento de uma versão do evangelho social centrado nos problemas do Brasil e da América Latina. A União de Mocidade Presbiteriana (UMP), que surgiu em 1936, buscava unificar as agremiações domésticas.

Nesse processo de unificação da mocidade presbiteriana, em 1944, foi fundado o *Mocidade*, jornal que se orientava por sete vieses: problemas sociais, ecumenismo, evangelização, estrutura dos trabalhos da mocidade, política, problemas com a igreja e recreação. O esforço pela formação de um campo de juventude continuou quando, em 1946, foi realizado o primeiro Congresso Nacional da Mocidade Presbiteriana e, nesse mesmo congresso, fundada a Confederação da Mocidade Presbiteriana (CMP).

Essa entidade desenvolveu uma aguda inclinação à teologia social a partir da década de 1950, motivada a organizar atividades sociais; estudos sobre pobreza, fome e desigualdade no Brasil; ações nas favelas; ações de instrução e auxílio a comunidades rurais do país. A entidade contava, entre os seus departamentos, com um Departamento de Ação Social “focado em estudar os problemas sociais do local e os meios de atendê-los, promovendo visitas aos doentes, necessitados [...] cooperando com a junta diaconal e outras instituições locais de assistência”⁴⁴.

O jornal *Mocidade* teve um importante papel de formação e articulação entre a juventude presbiteriana. Debateu amplamente temas como: o analfabetismo, entusiasmando a “Cruzada Nacional de Educação”, fundada pelo presbiteriano Gustavo Ambrust; a Guerra, com uma visão crítica que colocava os monopólios internacionais (especialmente dos EUA) como grandes vencedores do conflito; a ação social dos jovens como um chamado de Cristo; o ecumenismo; a política, com destaque para a crítica à ditadura de Vargas e a importância de votar nas eleições; e os problemas da igreja e do governo presbiteriano⁴⁵.

A perspectiva ecumênica levou o jornal, em 1948, a tentar buscar esforços por se articular, em conjunto, com o jornal da mocidade congregacional – metodista – *O Exemplo*. Essa politização do jornal levou a muitas críticas, mas também a muitas manifestações em sua defesa, algumas delas, inclusive, mais exaltadas:

Suscitar interesse para o assunto magno da hora atual – a política – que duro encargo para os jovens dirigentes do Mocidade! E como tem se saído bem! [...] a igreja tem que progredir também, como tudo. Os princípios do cristianismo e da igreja evangélica são imutáveis. Mas os problemas surgidos trazem a necessidade de diferentes soluções. Daí o progresso espiritual, moral, progresso inestagnável, que a

44 DAVID, op., cit., p. 139.

45 Ibid., p. 147-148.

igreja deve ter. Mocidade empolgando-se pelos problemas políticos do mundo atual, tem feito uma obra grandiosa. [...] **Mocidade tem um papel revolucionário! Continue Mocidade! Continue!** ⁴⁶

Em 1949, foi realizado o II Congresso da Confederação da Mocidade Presbiteriana, que lançou duas bases de sua organização: a aceitação de práticas ecumênicas e o caráter social⁴⁷. Essa vocação para o trabalho social, atribuída à juventude, não deveria ser a mera aplicação dos pressupostos do evangelho social de Walter Rauschenbush, mas a sua atualização a partir da realidade social da América Latina e do Brasil⁴⁸.

O evangelho social ganhou uma nova projeção no país a partir da chegada do teólogo presbiteriano Richard Shaull ao Brasil, em 1952. Enviado pela junta de Nova York, ele foi imediatamente eleito professor do Seminário Presbiteriano de Campinas e atuou fortemente junto aos trabalhos da juventude presbiteriana. Shaull é considerado um dos predecessores da Teologia da Libertação, tendo buscado se apropriar de parte dos preceitos do comunismo e redirecioná-los a partir de uma ênfase cristã, escrevendo obras como *O Cristianismo e a Revolução Social*⁴⁹.

Foi apenas em seu retorno ao Brasil que Paulo, porém, pôde encontrar-se pessoalmente com Shaull e trabalhar suas visões afins junto à comunidade religiosa. As influências de Shaull entre a juventude presbiteriana foram notáveis e levaram a uma apropriação em termos próprios da reflexão política dentro da Igreja, como Revolução. Se, por um lado, essa nova visão trazia uma leitura muito particular do comunismo, por outro, ela não pode ser confundida – e na época era – com uma infiltração comunista na teologia protestante. Tratava-se de uma apropriação das reflexões sociais e políticas dos comunistas para a constituição de uma visão cristã sobre o que seria a Revolução em termos cristãos, que seria ainda concorrente do comunismo. Podemos ver essa perspectiva no texto abaixo:

Não adianta pisar duro, cerrar os punhos, esbravejar e clamar com violência contra os vermelhos. O que adiante, o que constrói, o que é digno e próprio, é fazer valer, em toda parte, os direitos inalienáveis do homem oprimido, do homem faminto, do homem esmagado pelo acervo de injustiças, oriundas das mãos dos poucos que governam sacrílega e diabolicamente, as massas que gemem sob o império bruto e hostil de todas as necessidades. Entende-se nos nossos dias que só é anti-comunista quem se levanta e, usando uma linguagem violenta, verbera o comunismo e todos os seus sorigeus. Esquecem-se, os que assim pensam e agora, que esta atitude é contraproducente e, ao em vez de levar a análise dos problemas, leva a violência. Precisamos apoiar os que procuram, calma, serena e cristãmente, estudar esses problemas, apontando-lhes as causas e os possíveis meios de solução. Depois dos métodos usados até agora no combate ao comunismo, terem-se mostrado ineficientes e inoperantes, o bom senso e o amor a justiça exigem que os substituamos por outros

46 JORNAL MOCIDADE. Ano XI. Número 117. Rio de Janeiro. Maio de 1954. p. 6, apud DAVID, op. cit., p. 156.

47 DAVID, op., cit., p. 162 – 163.

48 Ibid., p. 165.

49 Ibid., p. 163.

mais eficazes. Só a análise detida e paciente, nos faz penetrar as profundezas de um problema e encontrar-lhe a solução mais viável. Estamos convencidos de que, a análise destemida e aberta desse problema “vermelho” – que afugenta a muitos democratas – nos levará a ter uma visão ampla e verdadeira, das condições em que operam as forças ideológicas e práticas do comunismo. Conhecer o comunismo é estudar a estrutura de seu movimento; é procurar conhecer e desfazer o fascínio das suas promessas; é destruir, com uma ideologia superior, dinâmica e transformadora, o motivo da paixão que domina os seus adeptos: precisamos os conhecer as circunstâncias históricas que favoreceram e estão favorecendo o progresso deste sistema de domínio: dentro destas circunstancias históricas, temos que estudar o tipo de vida de cada sociedade para podermos compreender a natureza de suas necessidades; precisamos de saber até que ponto nós, negando a Cristo, contribuimos para a desilusão de muitos que, realmente atormentados, abraçaram o comunismo, como a única âncora de esperança, não percebendo que esta âncora não está presa em nenhum ponto fora e acima de águas revoltas. [...] se o comunismo, de índole profundamente materialista, conseguiu insufragar nas massas esse dinamismo impressionante, o que não se deve esperar do cristianismo em face de sua origem divina? Esta, a meu ver, é a tese do Rev. Richard Shaull: O cristianismo não precisa temer a força dos ideais marxistas, pois, é superior a ela na fonte do poder e na capacidade de realização. Tenho acompanhado, até onde me tem sido possível, as ideias que o Rev. Shaull tem revelado sobre o comunismo. A sua preocupação é fazer-nos conhecer e sentir a força dessa ideologia, para, conhecendo-a, podermos compreender a urgência de uma reação bem orientada, no sentido de barrar um progresso desse movimento que arrasta milhões de incautos. O método do Rev. Shaull é o de análise calma e segura, inteligente e desapassionada, visando trazer a compreensão do problema e não suscitar o ódio ou a violência.⁵⁰

Ao mesmo tempo que se desenvolvia a perspectiva teológica, também era continuada e ampliada a atuação social da juventude que, ao desenvolver seus trabalhos junto a grupos sociais como os operários, se aproximava fisicamente dos movimentos de esquerda dos anos cinquenta, muito baseados por centrais sindicais e entidades de luta por melhores condições de trabalho e vida⁵¹. A juventude ampliava sua atuação também para o campo, para as favelas e refletia sobre a seca do Nordeste, entre outros campos de trabalho e reflexão que só se aprofundariam ao longo da década de 1950, como veremos mais adiante.

Enquanto se abria caminho para o Evangelho Social no Brasil, o fundamentalismo se institucionalizava internacionalmente como um movimento com a fundação do Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (*International Council of Christian Churches*, ICCC), em 1948, em Amsterdã, sob a liderança do pastor presbiteriano estadunidense Carl McIntire. Os fundamentalistas buscavam um enfrentamento institucional com o Conselho Mundial das Igrejas (*World Council of Churches*, WCC) que ocorria simultaneamente, fruto de uma longa experiência de convivência entre cristãos de várias denominações.

Esse conflito internacional entre liberais e fundamentalistas atingiu em grande parte as igrejas brasileiras, culminando na criação da Federação das Igrejas Fundamentalistas e em uma nova cisão da IPB, a Igreja Presbiteriana Fundamentalista do Brasil (1956), fundada por

50 JORNAL MOCIDADE, op., cit. p. 171-173.

51 DAVID, op. cit., p. 181.

Israel Gueiros. Israel era um professor do Seminário Presbiteriano do Norte que acusava a igreja brasileira de ser controlada por missionários estrangeiros, de apoiar o Conselho Mundial de Igrejas e de tolerância à Teologia Liberal.

A associação entre McIntire e Israel Gueiros era bastante direta, e sintetizava um período de reforço da identidade fundamentalista “contra movimentos, sobretudo religiosos, que estariam contaminados pelo liberalismo teológico e pela ideologia comunista”⁵². O ICCC reagia a cada movimento do WCC na América Latina, e McIntire buscava fortalecer o acirramento contra o chamado liberalismo teológico da instituição.

7. Enquanto uma perspectiva social aflorava nas igrejas protestantes, também os movimentos políticos ligados às camadas de baixo da sociedade emergiam com grande força no Brasil.

Até 1930 o Estado havia sido liderado por uma oligarquia agro comercial que formava um bloco de poder oligárquico mediado por uma arquitetura política que se convencionou chamar de coronelismo⁵³. O sistema bancário também se desenvolveu associado a esse grupo de interesse, especialmente na região Sudeste. A burguesia industrial, que surgiu no fim do século XIX, inicialmente aceitava os valores tradicionais da burguesia rural, produzindo um “compromisso de classe” entre ambas.

Sobre a ruptura de 1930, porém, existem dois signos diferentes, de acordo com a historiografia. Os autores mais antigos dizem que Vargas e a Revolução de 1930 chegaram ao poder num contexto em que nenhuma dessas classes teria sido capaz de estabelecer a hegemonia política e de representar seus interesses particulares como sendo os interesses gerais da nação.

Outros autores mais recentes, entretanto⁵⁴, criticam essa teoria, por acreditarem que essa é a narrativa que os próprios revolucionários de 1930 construíram sobre si mesmos, apagando assim outros grupos⁵⁵ que disputavam a hegemonia e também poderiam dirigir o Estado em um sentido modernizante e até revolucionário – ou seja, para eles a primeira teoria seria apenas a visão do “vencedor”. Seja como for, esse “estado de compromisso” – um tênue equilíbrio entre as classes – levaria a crises contínuas, associadas à dissidência das classes

52 FAJARDO, op., cit., p. 249-271.

53 CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, 40.2, 1997.

54 DE DECCA, Edgar; VESENTINI, Carlos Alberto. A revolução do vencedor - considerações sobre a constituição da memória histórica a propósito da “revolução de 1930”. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, v. 29, 1977.

55 Como a confluência do Bloco Operário Camponês, dos movimentos tenentistas e do Partido Democrata em São Paulo.

dominantes no movimento fascista e à emergência das classes populares na Aliança Nacional Libertadora, com proeminência do movimento comunista. As tensões políticas no interior da classe dominante e entre as classes motivaram aquilo que foi o golpe do Estado Novo em 1937⁵⁶.

O Estado Novo levou a formas corporativistas de associação, ligadas a modos autoritários de domínio, com proeminência da burguesia industrial e de um projeto de desenvolvimento da infraestrutura socioeconômica para o desenvolvimento industrial. Isso se deu associado à militarização da ordem social e do progresso, com o aparelho burocrático-militar servindo como intermediário entre as classes e levando a um papel proeminente das Forças Armadas na vida política da nação.

A política de substituição de importações esteve, durante a escassez da Segunda Guerra, articulada a um novo estágio de nacionalização da economia, com a fundação de empresas estatais e uma reorganização da economia focada na indústria. Ao mesmo tempo, o Estado buscava subordinar as elites e lideranças regionais a uma nova forma administrativa centrada no governo federal. Novas maneiras de articulação e domínio de classe – corporativistas – passaram a organizar os trabalhadores por meio de um processo que, simultaneamente, assegurou direitos trabalhistas e regulamentou as formas de organização política da classe trabalhadora, processo que foi paulatinamente desenvolvido até culminar na CLT. Essa política ambígua teve um importante papel para cooptar as classes populares ao mesmo tempo em que buscava controlá-las⁵⁷.

Próximo ao fim de Segunda Guerra Mundial, porém, ocorreram mudanças importantes. As classes trabalhadoras emergiam e fundavam novos sindicatos mais independentes, ao passo em que surgiam o Movimento de Unificação dos Trabalhadores e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), em 1944. Reaparecia a esquerda política, sufocada pelo Estado Novo, e mesmo o Partido Comunista ressurgia no cenário político.

Ao mesmo tempo, as classes dominantes, que se sentiam ameaçadas por esse processo, também repensavam seu papel, organizando-se em conferências a partir do seu interesse de classe. Adotavam, porém, slogans populares como a “luta contra a pobreza” e a “justiça social”. Enquanto isso, a onda antifascista levou a uma reação das classes médias contra o autoritarismo do Estado Novo, especialmente das Forças Armadas, as quais se associaram ideologicamente aos Estados Unidos com a participação do Brasil no esforço de

56 DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 21 – 24.

57 *Ibid.*, p. 24 – 25.

guerra. Nesse ambiente, foi criada uma Frente Democrática que buscava uma convergência política alternativa ao regime⁵⁸.

Vargas havia perdido sua sustentação política entre as classes dominantes e começava a disputa pela forma da democratização do regime, indo de discursos inflamados a duras críticas à imprensa. Mas as massas de trabalhadores, motivadas pela conquista dos direitos sociais dentro do regime, passariam a se mobilizar em defesa da figura de Vargas.

Surgiria, em 1945, um movimento com grande repercussão, especialmente entre as elites dirigentes dos trabalhadores e setores administrativos e políticos ligados ao ministério do trabalho (que vem da palavra de ordem “Queremos Getúlio”). Esse movimento defendia que a transição democrática fosse feita com o governo de Getúlio. Uma sólida campanha foi feita por todo o Brasil defendendo esse ideário, o qual, juntamente com a manutenção de Getúlio no poder, se constituía como um ideário nacional-desenvolvimentista, de justiça social e nacionalista. Nesse contexto, começariam a surgir os partidos políticos que disputariam a democratização⁵⁹.

Da oposição a Vargas, surgiria a União Democrática Nacional (UDN), associando posições anticomunistas, antinacionalistas, antiestatistas e anti-Vargas; moralistas e elitistas; com força nas classes médias e liderada por profissionais liberais, empresários e políticos. Esse foi o maior partido de oposição, associado a partidos menores como o PR e o PL. Também foram fundados, nesse período, o PSP de Ademar de Barros, com caráter mais personalista, e o PSB, com posições políticas mais alinhadas à esquerda.

Vargas tentou deslocar a base sociopolítica do Estado Novo, alinhando as classes trabalhadoras e a burguesia industrial para constituir um sistema político trabalhista de centro-esquerda com tendências nacionalistas, estimulando a fundação de dois partidos: Partido Social Democrático (PSD), ligado aos interventores estaduais, aos grupos oligárquicos e aos setores industriais, que apresentava perfil mais conservador; e, aproveitando a comoção dos trabalhadores com o queremismo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia sido idealizado desde 1941⁶⁰, ligado à máquina sindical-estatal, de perfil mais nacionalista e relacionados às pautas sociais.

Getúlio anistiou o Partido Comunista e fez medidas de reforma socioeconômica e participação política, buscando ampliar o apoio das classes trabalhadoras. O próprio PCB e Luís Carlos Prestes engoliram os justificados rancores políticos da perseguição promovida por

58 Ibid., p. 25 – 27.

59 FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006. p. 15 – 16.

60 Ibid, p. 17.

Vargas durante o Estado Novo, com prisões, torturas e mortes e, naquele momento, se aproximaram do movimento queremista.

A estratégia populista de Getúlio Vargas foi vista com alarme pelas classes médias e pela elite, inclusive pelo fato de apresentar um modelo de desenvolvimento nacionalista e estatizante-distributivo, enquanto os setores industriais e outros buscavam fortalecer suas relações com os interesses multinacionais. O exército, então, decidiu derrubar Vargas do poder para garantir esses interesses.

Há um debate sobre que termo classificaria essa nascente arquitetura política de organização das classes trabalhadoras do varguismo: tradicionalmente, muitos autores utilizam o termo populismo, a partir da percepção de que, no Executivo, se “buscava estabelecer um esquema de limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseada em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB”.

Outros autores, como Jorge Ferreira, afirmam que a categoria populismo teria se tornado pejorativa no discurso político, utilizada para classificar governos de naturezas muito distintas entre si, além de focada em uma visão de controle das massas e não na experiência concreta que as classes trabalhadoras tiveram com essa realidade política, que teria sido de emergência das suas demandas ao espaço político-institucional. Esse autor defende, portanto, que categorizemos esse modelo de arquitetura política como trabalhismo, pois “populismo” seria um termo que buscaria deslegitimar a experiência democrática de participação dos de baixo na política brasileira.

O abandono completo da categoria populismo, entretanto, levaria ao abandono também da possibilidade de fazermos paralelos entre a experiência brasileira e outras experiências de arquitetura política voltadas para a organização das classes populares, como é o caso da Argentina e do México por volta desse período, sendo que em todas elas houve ganhos importantes para a classe trabalhadora. Buscaremos, então, ressignificar a categoria de populismo à luz da crítica, considerando o “trabalhismo” como uma forma particular de populismo restrita ao contexto histórico do pós-guerra no Brasil e na América Latina, sendo o populismo uma forma política surgida nesse contexto pela adesão das massas urbanas recém-formadas a políticas sociais do executivo em países antes rurais e em recente e rápido processo de urbanização.

Seguimos, aqui, a linha de autores como Fernando Teixeira da Silva⁶¹, que, embora enxergue as contribuições da literatura recente na crítica a modelos esquemáticos e “vistos de cima”, que apagam o protagonismo dos trabalhadores, também vê uma perda de potencial explicativo quando essas categorias são totalmente abandonadas. O populismo seria, então, desse ponto de vista, uma espécie de “hegemonia” do estado – e, conseqüentemente, do governo – como responsável pela questão trabalhista – o que, vale dizer, não era resultante de uma massa de manobra formada pelos trabalhadores, mas de um diálogo e uma negociação constante em que ambos os lados se viam favorecidos e se utilizavam desse expediente.

A nova constituição foi feita em 1946 e garantiu uma inclusão política seletiva dos grupos sociais: os analfabetos eram totalmente excluídos do processo eleitoral e os trabalhadores rurais, em grande parte, continuavam sob a tutela dos coronéis. Apesar disso, as eleições presidenciais de 1945 tiveram a maior participação popular da história do Brasil até aquele momento. Entre outros fatores, era a primeira vez que as mulheres votavam para presidente, direito conseguido em 1932, mas que, devido à não existência de eleições presidenciais até então, só havia sido exercido em votações para outros cargos.

No ano de 1946, assumiu o governo o Marechal Eurico Gaspar Dutra, eleito pelo PSD e apoiado pelo PTB e por Vargas, contra o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN. Ainda que tenha sido eleito pelo bloco populista, o governo Dutra representou mais a classe empresarial, com maior destaque para os interesses da iniciativa privada e do capital internacional do que para os interesses populares, dando posições de relevo inclusive para figuras da UDN. Nesse contexto, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG). O bloco de poder oligárquico-empresarial buscava conseguir o consentimento político das classes subordinadas por meio de iniciativas de prestação de serviços sociais de caráter paternalista e ideológico.

Ainda nesse período, crescia a importância do Partido Comunista, que já era o quarto maior partido em termos de voto popular, o que gerava uma forte reação no espírito da Guerra Fria: em 1947, após grande sucesso nas eleições estaduais, o Partido Comunista foi declarado ilegal, e assim permaneceu até o golpe de 1964. Seguindo a mesma ideologia, foi dissolvida a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e feita a intervenção em quatrocentos sindicatos por suposta ligação com o Partido Comunista, além de um expurgo no

61 SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-272.

funcionalismo público⁶².

Em 1950, Vargas voltava à cena política como candidato a presidente pelo PTB, apoiado pelo Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros. Contra Vargas era candidato novamente o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN. Vargas prometia retomar o processo de industrialização nacionalista com apoio do Estado, assim como retomar o valor real dos salários e buscar medidas de bem-estar social. Apesar disso, pautas como a reforma agrária foram deixadas de lado para não alarmar as oligarquias rurais. O PSD tinha candidatura própria, mas isso não impediu Vargas de conseguir apoio de lideranças do partido, como foi o caso de Juscelino Kubitschek, em Minas Gerais.

Apesar do programa nacionalista, Vargas aceitou de bom grado os investimentos estrangeiros, tanto do governo estadunidense quanto do setor privado, embora tenha ido contra o envolvimento militar na Guerra da Coreia. Vargas foi eleito por um bloco populista que abrangia diversos partidos, com o apoio de empresários, setores agrários e dos trabalhadores urbanos⁶³. O vice-presidente eleito pela mesma chapa foi o presbiteriano João Fernandes Campos Café Filho, do PSP. Getúlio teria resistido ao seu nome, por desagradar os militares e a Igreja Católica, mas foi pressionado a aceitá-lo como condição para a coligação com o PSP. Fato é que Café Filho era visto, naquele momento, como um candidato de tendências esquerdistas: fora contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional em 1935, denunciou o Plano Cohen em 1937 e foi contra o cancelamento do registro do PCB em 1947, além de ter sido a favor do divórcio⁶⁴.

Contrariando expectativas populares, o único ministério importante dado ao PTB foi o ministério do trabalho, enquanto a UDN recebeu o ministério da agricultura, e o PSD, como partido do poder, recebeu a maioria ministerial. O desprezo pelo PTB teria sido dado para “alijar o receio que os militares tinham de uma república ‘sindicalista’ da qual Perón [na Argentina] parecia ser o protótipo [...]”⁶⁵. Durante esse mandato de Vargas, o Congresso ganhou maior importância, sendo através dele que as frações da classe dominante compartilhavam o poder junto com o bloco de poder dominante. O mesmo era feito por meio da aliança PSD/PTB, pela qual as pressões populares eram canalizadas, refletindo uma crescente participação das classes médias e trabalhadoras.

Esse governo de Vargas pode ser dividido em três fases: a primeira com forte

62 DREIFUSS, op. cit., p. 28–30.

63 Ibid., p. 30–31.

64 CAFÉ FILHO. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caf%C3%A9_Filho. Acesso em: 12 dez. 2020.

65 DREIFUSS, op. cit., p. 31.

presença empresarial e a busca constante por ajuda econômica dos Estados Unidos. Essa fase terminou em 1953 com a forte pressão de sindicatos e grupos nacionalistas. Na segunda fase, Vargas recorreu intensamente às classes trabalhadoras como grupo de pressão, escolhendo como ministro do trabalho o jovem militante do PTB, do Rio Grande do Sul, João Goulart (Jango), que assumiu um enfoque muito mais radical no cargo. Nesse período, nasceu uma crescente polarização política e ideológica que levou setores do Exército a se colocarem contra Getúlio e João Goulart. A terceira fase foi inaugurada por pressão militar, apoiada por empresários e pelo governo americano, representando uma série de ataques contra o governo e sucessivas manobras defensivas de sua parte⁶⁶.

Vargas tentava impor sua política nacionalista com apoio popular, criando empresas estatais como a Petrobrás e tentando combinar crescimento econômico e democracia social. Havia uma visão recorrente entre os grupos nacionalistas, que chegava até o partido comunista, nessa época, de que haveria uma divisão entre as frações da burguesia: uma predominantemente agrária, ligada aos interesses multinacionais, e a outra predominantemente industrial, que teria um caráter nacional e poderia ser cooptada para um projeto nacional-desenvolvimentista associado ao desenvolvimento social. Entretanto, como apresentaremos recorrentes vezes neste trabalho, essa burguesia não era hostil à penetração multinacional, pelo contrário, era por ela favorecida, dando pouca importância à origem do capital e até temendo, em certa medida, um modelo de desenvolvimento nacionalista liderado pelo Estado⁶⁷.

8. Após concluir o ensino médio científico, Paulo se preparava para estudar nos Estados Unidos, como fizera seu irmão Jaime e como era costume entre os filhos de missionários da igreja Presbiteriana. Ainda no ano de 1953, antes de ir para os EUA, Paulo trabalhou na firma Hoepcke como auxiliar de escritório⁶⁸. Paulo já apontava alguma motivação para o engajamento social, só aprofundada com sua experiência nos EUA. Nesse período, Paulo passou a conviver mais com Edi, que se tornaria sua noiva. Delora conta sobre essa convivência. Segundo Delora, Edi:

Adorava participar dos cultos junto com ele, ouvindo a sua voz melodiosa cantando os hinos; gostava de ouvi-lo falar sobre a leitura da Bíblia na escola dominical; ficava um pouco tímida, mas também gostava de lhe mostrar o que tinha aprendido nas aulas de piano com a dona Bella; mas se assustava um pouco com a mania que Paulo tinha de passear com ela por orfanatos e asilos. Tudo bem, era algo que ele achava que devia fazer, conversar e brincar com crianças e velhos desamparados.

66 Ibid., p. 31 – 32.

67 Ibid., p. 32 – 33.

68 DOSSIÊ PAULO STUART WRIGHT, op. cit. p.7.

Mas Edi achava que era um certo exagero aquela sua mania de tirar o seu próprio agasalho e dar para quem não tinha. Até seu pai censurava porque ele vivia dando seus sapatos para quem precisava, sem mais nem menos. O pai achava, e era assim que ele dava o exemplo, que se deve ajudar as pessoas necessitadas, mas fazê-las lutar e trabalhar pelo que estão recebendo. Então, um par de sapatos, uma camisa, um cobertor, uma refeição, ou seja lá o que for, teria que ser merecido em troca de cortar lenha, arrumar a cerca, podar as plantas, lavar o carro, ou qualquer outra boa ação.⁶⁹

Quando Paulo foi fazer seus estudos de pós-graduação nos EUA, no início da década de 1950, deixando no Brasil sua noiva Edi, com a qual mantinha correspondência, carregava já consigo uma formação cristã que seria significativa e daria o tom de sua postura política ao longo de toda sua vida. Diferentemente de seu irmão Jaime, teólogo, o curso de Paulo foi de sociologia, na universidade de Ozark, Arkansas, estado em que, em 1954, foi diretor de expedição do jornal *Mountain Eagle*.

Nos EUA, Paulo se aproximou de um de seus professores, o pastor metodista Charles Granville Hamilton. Da convivência com o pastor, as inquietações de Paulo começaram a tomar a forma de uma nova compreensão de ser humano e de sociedade. Ele acreditava cada vez mais que o cristão deveria se engajar pessoalmente na sociedade e na política para fazer as transformações necessárias em prol dos marginalizados. Os laços entre o aluno e o professor ficaram ainda mais fortes quando o filho de Hamilton adoeceu: Paulo se ofereceu para ir visitá-lo quase todos os dias, conversando e jogando xadrez com a criança⁷⁰.

Em meio às cartas de amor que Paulo escrevia a Edi nesse período, ele apresentava também suas convicções crescentes e seus planos para a vida que eles teriam quando voltasse ao Brasil:

Eu tenho seguidamente pedido a Deus não só por nós, Edi, para que lhe possamos ser úteis. É muito importante que nós firmemos um objetivo comum, além dos nossos objetivos pessoais. O nosso trabalho em conjunto aproximar-nos-á muito. Às vezes me acho incapaz de enfrentar uma carreira tão difícil como seja a de preparar vidas para viver. Estou convencido de que só ou sós não conseguiremos muito. É preciso que estejamos sempre com Ele. Dia a dia mais me convenço de que ‘man does not stand alone’; (...) Queira Deus que possamos juntos fazer algo de bom e útil aos que nos rodeiam e também um ao outro⁷¹.

9. O clima político e religioso que Paulo encontrou nos EUA era especialmente acirrado. A Guerra Fria produziu um efeito de paranoia sobre a sociedade americana: expressa, comumente, pelo fenômeno chamado Macarthismo – estruturado a partir de práticas de Estado, envolvendo ações em todos os três poderes.

69 WRIGHT, 1993, p. 16.

70 Ibid., p. 18-19.

71 WRIGHT, Paulo Stuart, apud WRIGHT, 1993, p. 21.

Em 1950, o senador por Wisconsin, Joseph McCarthy, começou a colocar em prática uma agenda de denúncias contra membros do Departamento de Estado, acusados de serem agentes comunistas infiltrados. Inicialmente, McCarthy buscava atingir em especial os democratas, ligados às políticas do *New Deal* de Roosevelt, para tentar minar a enorme popularidade que essas políticas concederam ao partido – o que favoreceu a vitória do candidato republicano Dwight Eisenhower. O Comitê começou rapidamente uma caça às bruxas – qualquer pessoa que tivesse em seu passado ligação com uma organização identificada pelo comitê como relacionada ao comunismo ou ao partido comunista, só poderia provar-se redimida entregando outros membros. Isso conseguiu ampliar o clima de paranoia e associar as políticas trabalhistas e sindicatos identificados com o *New Deal* com infiltração comunista. Em 1953, porém, após ampliar suas investigações para as Forças Armadas, McCarthy começou a se isolar do apoio republicano. Na passagem para 1954, vários intelectuais começaram a fazer denúncias contra o senador, colocando-o em profundo descrédito⁷² – mas a paranoia de infiltração comunista do segundo medo vermelho não se limitava a McCarthy.

Diversos estados e municípios constituíram legislações restringindo liberdades civis a associados a ideias ou organizações suspeitas de serem comunistas. Embora não fosse função dos estados e municípios proteger a segurança nacional, muitos políticos viram que havia carreiras promissoras possíveis de serem construídas no ambiente de medo⁷³. Nesse nível, a perseguição atingiu as universidades, como a Universidade da Califórnia, onde, em 1950, foi instituída uma política de *Loyalty Oaths*, juramentos anticomunistas que deveriam ser feitos por todos os seus membros. O resultado foi a demissão de 31 membros que se recusaram a fazer o juramento; 37 se demitiram em protesto e 47 recusaram vagas na instituição. Em 1952, porém, a suprema corte reverteu a demissão e, em 1954, eles receberam o direito à indenização pelo período⁷⁴. Em quase todos os estados havia legislações contra: anarquia, sedição, subversão e comunismo.

Na Igreja Presbiteriana, algumas vozes protestavam contra o macarthismo: em 1953, John A. Mackay, terceiro presidente do seminário teológico de Princeton e moderador da Assembleia Geral da *Presbyterian Church of USA*, publicava a sua *Letter to the Presbyterians*, fazendo uma oposição aberta às restrições das liberdades que o medo

72 STORRS, Landon R.Y. *The Second Red Scare and the Unmaking of the New Deal Left*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2013.

73 LINFIELD, Michael. *Freedom under fire: U.S. civil liberties in times of war*. Boston: South End Press, 1990.

74 Ibidem.

comunista encaminhava no país – e conclamando os demais presbiterianos ao mesmo⁷⁵. Muito embora Mackay tenha mantido distância do comunismo – especificamente pelo elemento ateu nele presente – seu enfrentamento do anticomunismo foi pioneiro no rechaço público ao macarthismo e corajoso em apontar que “*quando um sistema não é capaz de atender aos interesses das pessoas comuns, eventualmente surge uma revolta violenta*”⁷⁶.

Mackay era natural da Escócia, formado em teologia na *Free Presbyterian Church*. Mudou-se para os EUA em 1913, e se formou no Seminário de Teologia de Princeton em 1915. Financiado pela *Free Church of Scotland*, fundou o Colégio Anglo Peruano – posteriormente batizado Colégio San Andrés – em Lima (1917), que serviu como um centro de ideias progressistas. Víctor Raúl Haya de la Torre, na época líder estudantil e, posteriormente, um importante político latino-americano, era professor na instituição quando, em 1923, foi deportado para o Panamá, mais tarde formando a *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), que tinha um projeto unitário latino-americano marcadamente anti-imperialista e antioligárquico. Mackay, em 1926, passou a integrar a Associação Cristã de Moços, como um evangelista, mudando-se com sua família para Montevidéu – a partir de onde viajou para pregar pelo Chile, Brasil, Argentina e México, neste caso, ainda durante o período revolucionário.

Em 1928, participou da Segunda Conferência da Missão em Jerusalém – onde se discutiram a relação entre a mensagem cristã e as demais religiões e a interpretação teológica do envolvimento social e político cristão. Seu carisma o levou a ocupar cargos importantes dentro da igreja presbiteriana e de instituições protestantes com caráter ecumênico e missionário, com destaque para os EUA e a América Latina⁷⁷. Suas ideias tinham um caráter marcado pelo ecumenismo e pelo senso de consciência espiritual a partir do envolvimento com a vida na comunidade cristã, sendo um ferrenho advogado do envolvimento missionário com a comunidade como parte importante da formação de um cristão.

O Dr. Mackay foi uma presença marcante no Seminário de Princeton e imprimiu novos rumos àquela importante instituição presbiteriana, que dirigiu de 1936 a 1959. Influenciou decisivamente o pensamento teológico e seus alunos testemunham sua grandeza como cristão, estadista eclesiástico, escritor, líder ecumênico. Tendo trabalhado por vinte anos na América Latina como missionário e líder da juventude, foi convidado para ser o reitor do Seminário, que vinha de um período de lutas e divisões teológicas profundas. [...] Em sua administração, o Seminário passou a ter uma orientação ecumênica, recebendo não só estudantes estrangeiros, mas 46

75 SMYLIE, James Hutchinson. *A brief history of the presbyterians*. Geneva: Geneva Press, 1996, p. 123.

76 DECELLE, Douglas. The Grammar of Freedom: John A. Mackay's, "Letter to the Presbyterians". *Manasota Interracial Book Club*. 5 nov. 2017. Disponível em: <http://www.douglasdecelle.net/the-grammar-of-freedom-john-a-mackays-letter-to-the-presbyterians/>. Acesso em: 10 out. 2018. Tradução nossa.

77 MCKENNIE GOODPASTURE, H. The Latin American Soul of John A. Mackay. *Journal of Presbyterian History* (1962-1985), v. 48, n. 4, p. 265-292, 1970.

professores como Otto Piper, Emil Brunner, Edward J. Jurji, Josef L. Hromadka entre outros. Com o objetivo de veicular as novas ideias teológicas, fundou a revista *Theology Today*, em 1944. Em seus escritos, o Dr. Mackay tinha como preocupação máxima a missão da Igreja e sua encarnação da vocação missionária. Ouvindo suas aulas de Ecumenismo, Shaull foi levado a descobrir sua vocação como missionário e esse foi um dos momentos mais decisivos em sua vida. Com sua visão de estadista, o Dr. Mackay tinha uma compreensão profunda dos problemas e das questões fundamentais que a Igreja vivia. [...] Com sua preocupação com a missão profética da Igreja, o Dr. Mackay ‘ajudou a dar nova dimensão ao testemunho missionário’ especialmente no campo político. Foi assim no Peru, ao abrigar um jovem político, Haya de La Torre, fundador do Partido Aprista e que seria presidente do país por duas vezes, que estava sendo perseguido. Assim foi também quando, na década de 50, os Estados Unidos viveram a ameaça às liberdades com o macarthismo. Nesta ocasião, foi um dos primeiros a protestar, escrevendo uma famosa ‘Carta aos Presbiterianos’. Assim, ele era o homem ‘que tinha, no momento exato, a palavra para desafiar a Igreja para o compromisso de sua vocação no mundo’ [...]. Com Mackay, a linha teológica de Hodge e Warfield foi substituída pela teologia neo-ortodoxa do teólogo reformado suíço Karl Barth, que já estava presente no Seminário, desde a divisão em 1932. Como um homem de visão, o Dr. Mackay via em Barth, com quem teve aulas e a quem ensinou inglês em 1930, “o teólogo que faz maior justiça à primeira e mais importante afirmação do Credo Apostólico: Jesus Cristo como Senhor”.⁷⁸

Se a oposição ao macarthismo tinha seu lugar na igreja presbiteriana, também o tinha a adesão ao sentimento anticomunista. Uma das vozes mais proeminentes entre os protestantes a aderir à retórica anticomunista foi a do presbiteriano fundamentalista Carl McIntire, já citado; outro caso é o do Reverendo Billy James Hargis, evangelizador notadamente segregacionista e anticomunista, que fundou, em 1950, o movimento chamado *Christian Crusade* e apresentou o programa de rádio extremamente popular de mesmo nome entre as décadas de 1950 e 1960, época em que McIntire também teve seu próprio programa, o *Reformation Hour*. Os dois produziam discursos caracterizados por elementos do fundamentalismo, associado ao anticomunismo e teorias da conspiração, que eram capazes de associar políticos *mainstream*, movimentos sociais, currículos escolares e líderes religiosos com uma agenda secreta comunista, liberal e antiamericana⁷⁹, discurso que não era incomum à chamada “*Old Right*”⁸⁰.

Trabalhando como chefe de expedição em um jornal, o *Mountain Eagle*, e frequentando o curso de sociologia na universidade presbiteriana de Ozark, Paulo Wright caminhava em meio a esse ambiente político.

10. Os registros de atuação de Paulo como “trabalhador braçal” na construção civil

78 GARCIA JUNIOR, Colez et al. *Richard Shaull, um educador presbiteriano*. 2019. 150 f. Dissertação (Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019, p. 34-36.

79 RUOTSILA, Markku. *Fighting fundamentalist: Carl McIntire and the politicization of American fundamentalism*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

80 HENDERSHOT, Heather. God's angriest man: Carl McIntire, Cold War fundamentalism, and right-wing broadcasting. *American Quarterly*, v. 59, n. 2, p. 373-396, 2007.

durante as férias, junto a vários trabalhadores mexicanos que viviam em Los Angeles, indicam uma tomada de posição nesse ambiente de disputas. Escreveu para sua noiva, Edimar, que se encontrava no Brasil: “Minhas mãos já estão calejadas de manejar a pá. O seu noivo agora conhece o que significa trabalho”⁸¹. Os registros de que Paulo participou de piquetes e greves contra a exploração dos trabalhadores mexicanos em Los Angeles permitem ampliar a perspectiva sobre esse grupo. Uma curiosidade sobre essa experiência é que as fontes tratam sempre sua função como “trabalhador braçal”, sem especificar, entretanto, qual a natureza desse trabalho. Talvez isso seja uma referência aos *Braceros*, o que explicaremos adiante.

A comunidade dos *mexican-americans* de Los Angeles foi uma das primeiras do tipo a ser organizada coletiva e politicamente nos EUA, a partir da formação da *Community Service Organization* (CSO) em 1949, montada por pressão de Edward R. Roybal na sua eleição para o conselho da cidade. A CSO unia uma variedade de pessoas de diferentes grupos religiosos, políticos e de trabalhadores para lutar, entre outras coisas, contra a discriminação local, tendo sido essencial para a eleição de Roybal como primeiro descendente de mexicanos a ser eleito para o conselho desde o século XIX.

Em 1954, começava a ser posta em prática pelo governo dos EUA a operação *Wetback* – a maior deportação em massa da história do país, com mais de um milhão de mexicanos enviados de volta ao seu país, totalmente à revelia da sua região de origem no primeiro ano, e quase quatro milhões no total. A principal forma de entrada desses trabalhadores nos EUA havia sido o programa *Braceros*, instituído em 1942 como forma de contratação temporária de mexicanos para atuar como trabalhadores rurais no Sul, e que durou até 1964, trazendo, no seu auge, mais de 400 mil imigrantes por ano. A Igreja Católica mexicana se opôs fortemente ao programa, por motivos que iam da disrupção familiar gerada pelo modelo de contratação até a exposição às atividades de missionários protestantes. Apenas em 1953 padres católicos começaram a atuar em algumas dessas comunidades. Enquanto, por um lado, houve uma forte oposição das igrejas às deportações massivas e uma enorme sensibilização com as condições de vida e trabalho dos mexicanos, especialmente da parte dos que faziam esforços missionários direcionados a eles, de outro lado, diversas organizações de trabalhadores, notadamente de *farm workers*, se opunham aos imigrantes⁸².

81 WRIGHT, op. cit., p. 19.

82 MITCHELL, Don. *They saved the crops: labor, landscape, and the struggle over industrial farming in Bracero-Era California*. Geographies of Justice and Social Transformation Series. Athens, GA: University of Georgia Press, 2012.

Os documentos do *Bureau of Labour Statistics* (1954-56)⁸³ indicam que as regiões metropolitanas dos EUA eram os principais focos de greves no país, e tanto a Califórnia quanto, particularmente, Los Angeles aparecem como centros de maior recorrência de greves. O clima grevista era muitas vezes associado à anarquia e ao comunismo, sendo possível que, a grupos mais vulneráveis, como os trabalhadores mexicanos, fosse colada a imagem de “comunistas”, especialmente em um contexto em que sua mobilização não encontrava suporte nas entidades próprias da classe trabalhadora. Foi ainda na Califórnia que, mais tarde, entre 1959 e 1960, se organizou a *Mexican-American Political Association* (MAPA), grupo pioneiro na pressão pela representação política de imigrantes e descendentes latinos nos EUA. Mais tarde, denúncias sobre a superexploração dos *braceros* chamaram a atenção do departamento de trabalho por ser uma forma de “escravidão legalizada”⁸⁴.

11. O movimento político e social mais destacado que ocorreu no Sul dos EUA a partir da década de 1950, e no qual a ala mais progressista do protestantismo estadunidense teve notável proeminência, foi a luta pelos direitos civis e contra a segregação racial. Paulo estava integrado por duas formas aos contextos em que essa questão encontrava maior visibilidade: o meio protestante e o meio universitário – e a sua participação na fundação de um grupo de estudantes contra a discriminação racial na Flórida mostra seu engajamento com essa questão. A AFL-CIO⁸⁵ e o próprio Partido Democrata do Sul, principais meios de representação política da classe trabalhadora, mantiveram posição omissa, ambígua e muitas vezes contrária à luta pelos direitos civis até meados da década de 1960 – no caso dos democratas, as controvérsias fizeram com que a ala conservadora se deslocasse para o partido republicano⁸⁶. A partir de 1954, quando a suprema corte decidiu acabar com a segregação racial nas escolas dos EUA, a luta pelos direitos civis tomou projeção crescente no debate público nacional e produziu uma grande polarização.

Em 1956, duas mulheres negras, estudantes universitárias, Carrie Patterson, de 21 anos, e Wilhelmina Jakes, de 26, foram presas em Tallahassee, na Flórida, por se sentarem

83 UNITED STATES DEPARTMENT OF LABOR. Analysis of Work Stoppages, 1954. Major Developments and annual statistics. Bulletin No. 1184, June 1955. Disponível em: <https://www.bls.gov/wsp/publications/annual-summaries/pdf/work-stoppages-1954.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

84 BURT, Kenneth C. *The Power of a Mobilized Citizenry and Coalition Politics: The 1949 Election of Edward R. Roybal to the Los Angeles City Council*. Southern California Quarterly. Historical Society of Southern California, 2003, p. 85.

85 BRIGGS JR. Vernon M. *American Unionism and U.S. Immigration Policy*. Center for Immigration Studies, 2001. Disponível em: <https://cis.org/Report/American-Unionism-and-US-Immigration-Policy>. Acesso em: 10 out. 2018.

86 BYRON, E. *Shafer and Richard Johnston, The end of southern exceptionalism: Class, Race, and Partisan Change in the Postwar South*. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 173–74.

nos bancos da frente do ônibus, na área reservada a brancos. A prisão das estudantes gerou um grande movimento de boicote aos ônibus. A face mais visível da segregação estava diretamente relacionada à separação no acesso ao espaço público nas cidades – banheiros, bebedouros, quartos de hotel, ônibus etc.

A ação das estudantes em Tallahassee remetia ao caso de Rosa Parks, outra mulher negra – cuja família frequentava a *African Methodist Episcopal Church* – que, em 1955, havia iniciado esse tipo de ação de resistência civil, servindo de estopim para o movimento de boicote aos ônibus de Montgomery. Os cristãos protestantes, notoriamente da igreja Batista – cujo principal líder foi Martin Luther King Jr. – tiveram papel proeminente na organização e concepção de um movimento pacífico de luta por direitos civis. Em Tallahassee, o Reverendo Batista Charles Kenzie Steele foi responsável pela organização do *Inter-Civic Council*, em 1956, e foi vice-presidente do *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC), em 1957⁸⁷.

O ano de 1957 foi crítico para o movimento pelos direitos civis no Arkansas – a universidade presbiteriana de Ozarks, onde Paulo havia se formado, se tornou a primeira instituição de ensino de graduação exclusivamente branca do estado de Arkansas a aceitar negros. O episódio mais marcante no estado, porém, foi o dos *Little Rock Nine* quando, em contrariedade à aplicação da decisão da suprema corte de 1954, que ordenou o fim da segregação racial nas escolas, o governador do estado, o democrata Orval Faubus, ordenou que a Guarda Nacional barrasse a matrícula de nove estudantes negros na *Little Rock Central High School*, o que levou a uma crise de autoridade entre ele e o presidente republicano Eisenhower.

A crise acabou com a aplicação da integração nas escolas, mas a polarização fez com que Faubus ganhasse notoriedade e projeção nacional, tanto como uma das figuras mais odiadas como também uma das mais amadas dos EUA. Uma das surpresas desse episódio foi que, até então, Faubus era considerado um moderado em questões de direitos civis. Segundo o jornalista Harry Ashmore, que trabalhava desde 1947 no *Arkansas Gazette* e que ganhou o prêmio *Pulitzer* por sua cobertura da crise de *Little Rock*, a atitude do governador foi pensada para ganhar o apoio dos setores conservadores e pró-segregacionistas do estado, em especial pelo seu temor de que os republicanos se promovessem pela oposição à integração.

Faubus tinha um ponto fraco, utilizado contra ele na eleição de 1954, porém, sem sucesso. No seu passado, havia tido relações que podiam ser associadas ao comunismo: ele havia estudado no *Commonwealth College*, uma instituição associada a ideais de esquerda, e

87 FLORIDA, State Library and Archives of. *The Civil Rights Movement in Florida*. Florida Memory. Disponível em: <https://www.floridamemory.com/on-lineclassroom/civilrights/>. Acesso em: 10 out. 2018.

seu pai, um fazendeiro autodidata e crítico do capitalismo, havia batizado seus três filhos com nomes de notórios socialistas – o nome do meio de Orval era Eugene, em homenagem a Eugene V. Debs, cinco vezes candidato do partido socialista à presidência dos EUA. Em 1938, com o sucesso da popularidade do *New Deal*, Faubus se filiou ao Partido Democrata de Roosevelt.

Embora acusações como as feitas contra ele na campanha para governador já fossem mais impopulares a partir de 1954, o oportunismo de Faubus mudou totalmente a localização da sua figura no espectro político – permitiu a ele descolar-se de seu passado e passar a ser visto como um campeão das posições conservadoras pró-segregação⁸⁸. O movimento por direitos civis dos negros estadunidenses inspirou outros movimentos análogos, especialmente a partir da década de 1960, como o movimento *Chicano*.

12. O discurso político mais radical segregacionista, expresso nesse contexto no debate público americano, associava a integração com “pecado”, “ilegalidade”, e, notadamente, “comunismo”⁸⁹. A polarização entre capitalismo e comunismo produziu um binarismo classificatório do discurso político – tão absurdo analiticamente quanto extremamente eficaz. O esforço por associar pessoas, grupos e causas disruptivas do status quo podia isolar politicamente os alvos, mas também produzia uma unidade conservadora reativa. Tentar desvincular-se da “etiqueta” comunista podia ser conseguido pela radical adesão ao anticomunismo, pelo isolamento sectário das causas, ou, por vezes, pela retórica da resistência pacífica e ordeira.

O anticomunismo radical permitia a promoção e a legitimação de causas políticas conservadoras e reacionárias, como o movimento fundamentalista. Se, nos EUA, causas como a trabalhista e a dos direitos civis conseguiram se desvincular do campo comunista, pulverizando suas bandeiras de luta, no Brasil e na América Latina as lutas sociais que surgiram nesse período por fora dos marcos políticos tradicionais tiveram menos condições de conseguir resultados na arena política normal.

Na América Latina, o campo conservador, que se constituía a partir de um status quo anticomunista, produzia reações muito mais polarizadas, violentas e autoritárias. A repulsa conservadora violenta às causas sociais levou parte do movimento social e religioso mais progressista em direção à esquerda socialista. A relação da religiosidade ao lado das causas

88 REED, Roy. *Faubus: the Life and Times of American Prodigal* (p). Fayetteville: University of Arkansas Press, 1997.

89 WOODS, Jeff R. *Black struggle, red scare: segregation and anti-communism in the South, 1948-1968*. Baton Rouge: LSU Press, 2003.

sociais, ou contrariamente a elas, estava orientada por um campo binário – de difícil fuga – de conflitos internos e externos às igrejas, se construía nas Américas e, de certo modo, globalmente.

É necessário também que não se perca de vista, sob o risco de revisionismo, que as principais dimensões pelas quais os EUA se relacionam às ditaduras na América Latina são da formação direta e indireta de elites institucionais, financiamento e suporte político e militar de grupos golpistas por programas estratégicos de Segurança Continental – para os Estados Unidos –, em especial após a Revolução Cubana.

Tanto nas lutas dos mexicanos e descendentes, quanto nas lutas pelos direitos civis, as entidades representativas da classe trabalhadora e suas lideranças se demonstravam pouco interessadas em defender as minorias, ou chegavam a se colocar contrariamente às suas lutas. Parte disso se deveu a um contexto sindical que se formava nos EUA durante o pós-guerra, com a decadência cada vez maior do sindicalismo político e a ascensão de um modelo de atuação sindical cada vez mais pautado no corporativismo economicista.

A fusão da AFL-CIO⁹⁰, na década de 1950, consolidou a grande corporação sindical como a maior do mundo – estrategicamente englobando ou pressionando uma série de outros sindicatos. Em fins da década de 1940, as associações já haviam “limpado” suas fileiras das antigas lideranças comunistas, bem como enfraquecido o controle democrático dos trabalhadores sobre sua representação. O anticomunismo e a orientação menos política e menos conflituosa era apresentada como capaz de fornecer aos associados dos sindicatos melhores condições de negociação e acordos. Ao mesmo tempo, a maioria branca da classe trabalhadora via-se, dentro dessa lógica corporativa, em concorrência com as minorias, especialmente pela pressão de rebaixamento salarial que a crescente presença de imigrantes ou negros no mercado de trabalho poderia exercer. Essas condições faziam com que outras lideranças ligadas às comunidades, como as religiosas ou de bairros, tivessem proeminência como porta-vozes das causas sociais, em detrimento da representação classista.

Em fins da década de 1950, a AFL-CIO começou, em parceria com o Departamento de Estado – e com o apoio e o interesse da CIA – a buscar exportar seu modelo de organização sindical para a América Latina, particularmente no Cone Sul, onde o modelo econômico visto como oligárquico e a atuação sindical presa às amarras políticas eram tidos como risco à ordem social. Salvo em contextos de altíssima repressão – apoiada pelos EUA – com os golpes militares e em regiões sem tradição sindical, entretanto, os programas da AFL-

90 A Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais é a maior central operária dos Estados Unidos e Canadá.

CIO – que iam da formação de lideranças sindicais à construção de moradias populares – foram pouco efetivos em suplantarem as antigas organizações ou em promover rupturas com a cultura sindical local⁹¹. Por outro lado, o associativismo ganhava força, especialmente no Brasil.

13. A volta de Paulo para o Brasil, em meados de 1956, teve motivações pessoais, como o casamento com sua noiva Edi, mas também foi motivada por sua recusa ao recrutamento militar – possivelmente chamado para combater o comunismo noutra parte do mundo. As fontes são ambíguas ao tentar situar para qual conflito armado ele teria sido convocado e as datas parecem não bater, mas as fontes mais antigas citam que seria a guerra do Vietnã – o que é improvável pela data – e, as mais recentes, a Coreia – o que, apesar de a data fazer sentido, é incerto, pois esse não era o único campo de atuação dos recrutas estadunidenses. Paulo teria sido contrário a esses conflitos, pois temia perder a cidadania brasileira quando retornasse ao Brasil sem concluir a pós-graduação. Sua fuga da conscrição teria sido motivo para que ele começasse a ser procurado pelo Departamento Federal de Investigação (FBI)⁹². Apesar disso, embora Paulo pudesse intuir que seria forçado pelo serviço militar a combater o comunismo em alguma parte do mundo sob bandeira imperialista, não havia como ter certeza de onde seria alocado.

Durante a Guerra Fria, houve algumas leis sobre a conscrição ou o recrutamento involuntário. Uma delas foi a *Selective Service Act*, de 1948. A lei requeria que todos os homens de idade entre 18 e 26 anos se registrassem, podendo ser chamados. Esses homens poderiam ser chamados para até vinte e um meses – mais tarde ampliados para vinte e quatro – na ativa ou cinco anos na reserva. Apesar disso, foi só com a Guerra da Coreia que grandes contingentes foram chamados, somando, entre 1950 e 1953, cerca de um milhão e meio de conscritos⁹³. Mesmo após o armistício, o medo da conscrição serviu como arma para induzir os jovens estadunidenses a se voluntariarem ao serviço militar. Ao todo, o Departamento de Justiça teria investigado mais de 80 mil casos de evasão da conscrição durante a Guerra da Coreia⁹⁴. Paulo Wright pode ter sido um deles. Em julho de 1956, ele teve sua primeira experiência subterrânea, saindo clandestinamente dos EUA por via terrestre⁹⁵. Paulo

91 CORRÊA, Larissa Rosa. Looking at the Southern Cone: American Trade Unionism in the Cold War Military Dictatorships of Brazil and Argentina. *International Review of Social History* 62, no. S25, December 2017, p. 245–69.

92 WRIGHT, op. cit., p. 23.

93 SELECTIVE SERVICE SYSTEM. (May 27, 2003). Induction Statistics. In Inductions (by year) from World War I Through the End of the Draft (1973). Archived May 7, 2009, at the Wayback Machine. Retrieved May 5, 2009.

94 FLYNN, G. *The Draft, 1940–1973*. Lawrence, KS: University of Kansas Press, 2000.

95 WRIGHT, op. cit., p. 24.

renunciou à guerra imperialista. Para o governo estadunidense, ele era um desertor.

14. Durante os anos nos quais Paulo esteve nos Estados Unidos, a situação política do Brasil se acirrou cada vez mais. Como já vimos, existia já antes de 1953 um campo político progressista com base em alguns consensos, sendo eles: a “industrialização com base em capitais nacionais, a instituição das empresas estatais para enfrentar os monopólios norte-americanos, a defesa da soberania nacional e a ampliação dos direitos sociais no campo e na cidade”⁹⁶. Em 1953, porém, a economia do país vinha se deteriorando. O Brasil passava por uma situação fiscal difícil, com deterioração da moeda e dificuldade de financiar o déficit público. Por outro lado, uma onda inflacionária fez greves estourarem nos centros urbanos, com exigências de reposição salarial de até 60% em São Paulo. Essas demandas foram organizadas em uma grande greve que ficou conhecida como “Greve dos 300 mil”.

Nesse contexto, João Goulart, escolhido como ministro do trabalho por Vargas, buscou iniciar um novo processo de aproximação entre o Estado e os sindicatos, bem como entre os sindicatos e o PTB. Em paralelo, os próprios sindicalistas se aproximavam da política, buscando construir um programa seu e lançar candidaturas próprias ou associadas às suas demandas. Crescia o protagonismo dos trabalhadores e o prestígio dos sindicalistas ligados ao campo nacionalista. Surgiam também organizações intersindicais que passaram a articular esses trabalhadores de várias categorias em conjunto – algo que era proibido pela CLT – especialmente a partir do sucesso da “Greve dos 300 mil” em São Paulo, a qual saiu vitoriosa, conquistando um reajuste médio de 32%⁹⁷.

O governo de Vargas começou a ver que o apoio dos trabalhadores não era incondicional e, com essa experiência, passou por uma guinada à esquerda. João Goulart, à frente do ministério do trabalho, passou a abrir negociações importantes com os trabalhadores, desde aumentos salariais até questões previdenciárias. A luta sindical era um ponto no qual ocorria uma importante aproximação entre trabalhistas e comunistas. Organizações de classe defendiam pautas que iam da defesa da indústria nacional, dos direitos sociais até o reatamento das relações com a União Soviética. Buscando atender às necessidades dos trabalhadores com a onda inflacionária, Jango colocou sobre a mesa uma proposta que duplicaria o salário mínimo.

Essa efervescência dos movimentos de trabalhadores e o processo de acolhida desses grupos sociais pelo governo Vargas levou a oposição de direita a se radicalizar. A UDN e a

96 FERREIRA, op. cit., p. 28.

97 Ibid., p. 28–30.

imprensa antigetulista associavam os movimentos dos trabalhadores à desordem e ao caos e passaram a recorrer às Forças Armadas para pedir que os militares intervissem contra Getúlio e João Goulart. Estes eram acusados de promoverem uma “república sindicalista”, principalmente pelo jornalista e político Carlos Lacerda, que era um dos mais ferozes críticos do governo. Setores do exército começavam a responder em favor dessas manifestações golpistas, dando eco às críticas ao governo Vargas. Tentando, ao mesmo tempo, dar uma resposta às pressões da oposição e às expectativas dos trabalhadores, Getúlio tomou uma posição ambígua, negociada com João Goulart: aceitou a demissão de Jango e, simultaneamente, duplicou o salário mínimo⁹⁸.

A partir daquele momento, com o agravamento da crise econômica, a oposição foi se tornando cada vez mais golpista. Chegavam denúncias falsas de que Vargas e Perón conspiravam para construir um bloco de resistência à política norte-americana na América do Sul. Isso levou a UDN a recorrer, num primeiro momento, a um pedido de *impeachment*, ao mesmo tempo em que os setores mais radicais amadureciam seu plano golpista.

Em agosto de 1954, finalmente, ocorreu um episódio que fez vir abaixo as tensões que se acumulavam entre o governo e a oposição: Gregório Fortunato, chefe de segurança de Vargas, promoveu um atentado contra o jornalista e opositor Carlos Lacerda, atingindo-o no pé e matando seu guarda-costas, o major da Aeronáutica Rubens Vaz. Tudo indica que Fortunato agiu sozinho com seus capangas, sem a aprovação de Vargas, porém, o “atentado da rua Toneleros” seria o estopim para que a oposição começasse a incitar cada vez mais abertamente que os militares derrubassem Vargas da presidência da República. E os militares responderam⁹⁹.

Em 24 de agosto de 1954, Vargas presidiu sua última reunião ministerial. Tanto seus ministros militares na reunião quanto um grupo de generais, que chegou mais tarde, defenderam a sua renúncia. Vargas, então, se recolheu aos seus aposentos e, algum tempo depois, cometeu suicídio, dando um tiro no próprio coração. Sobre a mesa foi encontrada uma carta-testamento. Nela, Vargas condenava a conspiração de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas e convocava o povo a lutar contra essa conspiração.

A carta surtiu efeito, sendo repercutida por jornais já no dia seguinte. Uma multidão de trabalhadores saiu pelas ruas do Rio de Janeiro, capital da República, especialmente motivada a mostrar apoio a Vargas e depredar tudo o que representasse seus opositores. O mesmo aconteceu no dia seguinte, quando o caixão chegou de avião a Porto Alegre. Foram

98 Ibid., p. 30–34.

99 Ibid., p. 34–37.

depredadas sedes dos partidos – indo da UDN até o PSD –, redações de jornais e rádios oposicionistas e mesmo a representação diplomática dos Estados Unidos. As forças militares tentaram reprimir as multidões sucessivas vezes até que finalmente conseguiram, não sem evitar que houvesse alguns mortos e algumas dezenas de feridos nas duas cidades. Em várias outras cidades também ocorreram passeatas e atos públicos. O suicídio de Vargas atingiu em cheio os grupos golpistas, que perderam sua legitimidade e passaram a buscar uma posição de mais prudência política¹⁰⁰.

Após o suicídio de Vargas, assumiu o poder Café Filho, porém seu governo contrariou qualquer expectativa de quem o via como um político esquerdista. Seu governo abriu ainda mais espaço para as corporações internacionais e foi apoiado por uma aliança informal de centro-direita entre a UDN – antigetulista – e o PSP, que dava lugar aos interesses cafeeiros e financeiros e à contenção da classe trabalhadora.

Apesar do recuo dos grupos golpistas, porém, o clima de radicalização não diminuiu, especialmente com a aproximação das eleições presidenciais. Dentro do PSD, Juscelino Kubitschek (JK), que era visto pela UDN como getulista e pelos setores conservadores do próprio partido como “esquerdista”, conseguiu se lançar candidato e anunciou o ex-ministro do trabalho João Goulart como seu vice, o que colocava a chapa como a sucessora natural do campo varguista: João Goulart buscava representar os aspectos mais estatizantes, nacionalistas e reformistas do varguismo, enquanto Juscelino Kubitschek buscou implementar uma política de desenvolvimento que reforçava o padrão de “desenvolvimento associado” – ou dependente. Mesmo em meio a muitas candidaturas, a força da chapa PSD-PTB era evidente, e a UDN, embora tivesse Juarez Távora como candidato, questionava a legitimidade das eleições, dado o clima político tenso, conclamando os militares ao golpe, discurso que encontrava eco em setores das Forças Armadas. Ambos os candidatos foram eleitos, mas os setores golpistas não aceitaram o resultado¹⁰¹.

Os trabalhadores conquistaram uma série de direitos com Getúlio Vargas e votavam, em sua maioria, nos candidatos que defendiam seu legado dos direitos sociais. A direita golpista via isso com preocupação, pois, para ela, os direitos sociais “desvirtuariam” ou “corromperiam” o voto dos trabalhadores, sendo necessário “sanear” a política, ou seja, tirar os trabalhadores e os seus eleitos de cena. Em 1955, uma nova conspiração golpista se articulava contra a posse de JK e Jango e, ao mesmo tempo, setores importantes da sociedade se manifestavam, denunciando essa conspiração e clamando pela defesa da legalidade.

100 Ibid., p. 39-40.

101 Ibid., p. 41 – 44.

Nesse momento, existiam três posições concorrentes nas Forças Armadas: duas delas estavam alinhadas e eram simpáticas ao golpismo desde o segundo Governo Vargas, os chamados “nacionalistas direitistas”, que, embora defendessem o nacionalismo, aderiam ao anticomunismo, e os “cosmopolitas de direita”, visceralmente anticomunistas, antitrabalhistas e contra políticas nacionalistas; e o terceiro grupo eram os “nacionalistas de esquerda”, que aderiam tanto ao nacionalismo quanto aos direitos sociais e não eram anticomunistas, embora também não aderissem ao comunismo¹⁰².

Nesse contexto específico, os “nacionalistas de esquerda” começaram a marcar posição e projetar sua voz em favor da legalidade e da democracia. O ministro da guerra, general Henrique Teixeira Lott, aderiu à legalidade, contrariando, inclusive, os ministros da Marinha e da Aeronáutica¹⁰³.

Em 3 de novembro de 1955, o presidente Café Filho sofreu uma crise cardiovascular. Assumiu o seu lugar o deputado Carlos Luz, presidente da Câmara de Deputados. Em 10 de novembro, em uma audiência, Lott foi humilhado e desautorizado por Carlos Luz, o que levou o ministro da guerra a pedir exoneração do cargo – fato que abriria espaço para o golpe de Estado contra a legalidade. Entretanto, o que se sucedeu foi o contrário: preventivamente, diversos generais passaram a articular um contragolpe em defesa da Constituição, cuja liderança foi assumida por Lott. Foi convocado o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, que aderiu à legalidade, sendo ele votado em sessão extraordinária e eleito pelo PSD, com apoio do PTB, para presidente da República.

Vendo a vitória dos setores legalistas, Carlos Luz, juntamente com aliados, como Carlos Lacerda, embarcaram para Santos, onde pretendiam estabelecer o governo – o que poderia ter iniciado uma guerra civil. Apesar das tentativas de se rearticular, os golpistas foram frustrados e a ordem legal restabelecida. A partir desse momento, os setores progressistas passaram a acreditar que seria possível disputar o proselitismo das Forças Armadas com os setores antipopulares. Entretanto, isso acirrou ainda mais a oposição de outros setores da oficialidade, que viam esse proselitismo como uma ação que feria os códigos próprios da instituição militar¹⁰⁴.

15. Em dezembro de 1956, Paulo e Edimar Ricki se casaram. Era uma nova fase há muito esperada na vida dos dois, uma realização cuja expectativa havia sido alimentada por

102 Ibid., p. 45.

103 Ibid., p. 45.

104 Ibid., p. 46 – 49.

três anos nos quais apenas haviam podido se corresponder por cartas – algumas das quais Edi guardou por toda sua vida. Da união nasceriam seus filhos e formariam em breve uma família unida – ao menos por algum tempo. Recém-chegado de sua primeira experiência clandestina, fugindo dos EUA, mal sabia Paulo que teria de passar a viver clandestinamente de novo alguns anos depois. Nas cartas que trocavam, Paulo esperava que ele e Edi pudessem trabalhar juntos por um propósito maior, edificando sua união em torno dessa causa comum. Até onde essa causa o levaria e como isso afetaria a união dos dois eram coisas ainda intangíveis.

Os tempos que viriam seriam de uma fase nova e de intensa atividade. Paulo encontrou no Brasil uma sociedade marcada pela polarização política e pela efervescência social e uma igreja em que os jovens se engajavam cada vez com mais força na sociedade. Ele tomaria partido nas disputas na sua igreja e no seu país, mergulhando profundamente em seu contexto e se engajando como podia nas ações sociais da igreja, na vida político-partidária e no movimento de juventude e estudantil cristão. Viveu em São Paulo, Joaçaba e Florianópolis, se aproximou dos trabalhadores, participou e fundou sindicatos, se tornou uma importante liderança na igreja e se candidatou duas vezes, vencendo uma eleição – como Deputado. Paulo atuou diretamente nas lutas pela democracia e pela legalidade que se seguiram. Foi uma longa e importante trajetória de constituição e projeção de uma liderança popular, que, como tantas outras, sofreria sua interrupção com o golpe civil-militar de 1964. Paulo se tornaria, de Deputado eleito, novamente em um clandestino e teria que fugir, mais uma vez, do país em que morava.

3 PAULO E A LUTA POLÍTICA NA PASSAGEM DOS ANOS 1950 E 1960 (1956-1964)

1. Era junho de 1956 e Paulo Stuart Wright voltava dos Estados Unidos para o Brasil. Ele havia se recusado a prestar serviço militar nos EUA e agora tinha que sair clandestinamente do país por terra – era a primeira experiência clandestina de Paulo, mas não seria a última ou a mais significativa de sua vida. Ele aproveitou a situação para fazer uma viagem de observação por Equador, Peru e Bolívia, o que provavelmente contribuiu para formar, mais tarde, uma forte convicção sobre os problemas sociais que atingiam a América Latina como um todo e uma forte crítica ao imperialismo. A crítica ao imperialismo e a perspectiva latino-americana seriam duas marcas dos discursos e da atuação de Paulo.

Nos Estados Unidos, Paulo havia tido algumas experiências de atuação social: junto aos trabalhadores mexicanos, cujas condições de trabalho estavam bem abaixo da média da classe e, ainda, em grupos contra a discriminação racial na Flórida, em um contexto no qual as lutas pelos direitos civis e contra o racismo se espalhavam pelo país e se tornavam incontornáveis no debate político. Seus estudos em sociologia haviam entrado em consonância com a prática social. As cartas que ele trocava com Edi, sua esposa, mostravam já o caminho que pretendia seguir na vida após voltar ao Brasil: um caminho junto aos que mais precisassem, aos que mais sofressem, aos mais injustiçados e àqueles que buscassem transformação. Ele retornava ao Brasil com novas ideias.

2. Nos últimos meses de 1956, Paulo chegou de volta ao Brasil. Ele tinha, então, 23 anos. Sua formação nos EUA havia dado a ele uma forte opinião sobre qual caminho de vida deveria seguir: se via compelido à atuação junto aos mais pobres, ao combate às injustiças e à luta pela transformação social. Ele não se via sozinho em suas convicções, pois, assim como Paulo, muitos jovens presbiterianos se viam compelidos a atuar buscando uma sociedade mais justa. Influenciados pela pregação de Richard Shaul, Paulo e outros jovens presbiterianos decidiram articular um projeto junto aos operários na Igreja Presbiteriana da Lapa, em São Paulo. Ainda em novembro, Paulo tirou sua Carteira de Trabalho, registrando-se como “servente”, provavelmente devido à experiência junto aos trabalhadores da construção civil nos Estados Unidos.

No fim de dezembro de 1956, Paulo realizava um desejo que havia sonhado por muito tempo: há muito estava noivo de Edimar Ricki, sua amada, com quem trocava cartas desde que fora para os Estados Unidos. Por bastante tempo, havia guardado o seu retrato para

sempre lembrar-se dela, mesmo distante. Paulo e Edi decidiram se casar em Curitiba. Quem celebrou este casamento foi o irmão de Paulo, o reverendo Jaime Wright¹⁰⁵.

Jaime foi importantíssimo na trajetória de Paulo, pois, além de abençoar seu casamento, sempre teve convicções em defender aquilo que considerava a vocação do irmão, mesmo contra as dúvidas do pai; foi seu amigo e correspondente por todo o período de exílio e clandestinidade. Mais do que isso, após Paulo ter caído nas garras da Ditadura e desaparecido em seus porões, sem que se soubesse se ele teria sofrido tortura, se teria sido executado, ou qual teria sido seu paradeiro, Jaime partiu em uma saga sem fim por seu irmão. Essa saga o levaria a ocupar uma posição central nas denúncias contra as violações de direitos humanos da Ditadura brasileira¹⁰⁶, na feitura da obra *Brasil: Nunca Mais*¹⁰⁷, tendo sempre uma importante participação como denunciante do regime militar. Jaime não seguiu a mesma trajetória de Paulo, mas ao seu modo acabou por lutar contra as mesmas forças que ele. Os testemunhos, registros e, especialmente, as cartas que ele guardou contribuem em grande parte para esse trabalho.

Voltando enfim ao tema inicial, foi esse importante personagem de nossa narrativa, o irmão de Paulo, Jaime Wright, o reverendo responsável pelo casamento de Paulo Wright com Edimar Ricki. Edi, como era chamada, passou a acompanhar Paulo em sua atuação. O casal se mudou para o bairro Vila Anastácio, em São Paulo, onde deram continuidade ao projeto social da Igreja Presbiteriana da Lapa, de atuação junto aos operários do bairro. Paulo conseguiu um trabalho como torneiro-mecânico na empresa Sofunge¹⁰⁸, um trabalho que o colocava mais próximo desses operários, com os quais buscava atuar.

A escolha do casal de se mudar para São Paulo, bairro Vila Anastácio, tinha relação direta com os trabalhos sociais desenvolvidos pela Igreja Presbiteriana do Brasil. Lá, sob influência do pastor estadunidense Richard Shaul, um grupo composto especialmente por

105 Jaime Wright (Curitiba, 12 de julho de 1927 - Vitória, 29 de maio de 1999) foi um eminente pastor presbiteriano e fundador da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil 1978. Foi um importante nome em defesa dos direitos humanos e na denúncia de crimes cometidos pela ditadura brasileira.

106 Denúncias essas que foram, inclusive, promovidas em eventos como a missa ecumênica em memória do jornalista Vladimir Herzog, vítima da ditadura, na Catedral da Sé em São Paulo, em 31 de outubro de 1975, quando se reuniram três lideranças religiosas para celebrar a missa: o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, representando a Igreja Católica, Jaime Wright, representando o protestantismo, e o rabino Henry Isaac Sobel, representando o judaísmo – religião que era seguida por Herzog.

107 O projeto *Brasil: Nunca Mais* também foi desenvolvido como uma parceria envolvendo pessoas como Dom Paulo Evaristo Arns, Henry Sobel e Jaime Wright, além de uma equipe. Esse projeto se desenvolveu no período final da ditadura militar, entre 1979 e 1985, e gerou uma importante documentação (mais de mil páginas contidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar), revelando a extensão da repressão política e das violações de direitos humanos entre 1961 e 1979. O relatório final foi publicado em forma de livro pela Editora Vozes em 15 de julho de 1985, e teve um importante papel na divulgação dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante da ditadura.

108 A Sociedade Técnica de Fundições Gerais S/A (Sofunge), uma indústria pioneira no país, surgida em 1941, que operava na Vila Anastácio, Lapa, na Rua Bartolomeu Paes, 136. Essa empresa seguiu existindo até 1996, quando foi liquidada.

estudantes e jovens presbiterianos buscava construir um projeto social voltado para a atuação junto à classe operária paulista. Não apenas Paulo Stuart Wright, mas outros presbiterianos proeminentes, como o intelectual e educador Rubem Alves¹⁰⁹, atuaram nesse projeto de Shaull. Nesse contexto de fortalecimento e ampliação do engajamento social e político dentro das igrejas, especialmente para os presbiterianos, o pastor estadunidense era a mais importante liderança teológica no Brasil.

3. Millard Richard Shaull nasceu em 1919, no distrito de Felton, localizado no condado de York, sul da Pensilvânia. Cresceu em um lar intelectualmente desafiador e questionador, influenciado por seu pai, do qual herdou a indignação com as injustiças que afetavam os “de baixo” na sociedade. Tinha acesso a jornais progressistas que ajudavam a instigar sua visão crítica do mundo. A experiência da Grande Depressão e do adoecimento de seu pai o teriam levado a engajar-se ao mesmo tempo na fé e contra a miséria no mundo.

Sua formação superior começou no Elizabethtown College, município de Lancaster, na Pensilvânia, uma universidade da Igreja dos Irmãos, cuja influência protestante remetia aos princípios do anabatismo e do pietismo¹¹⁰. Lá, conheceu Mildred Miller, com quem se casaria em 1942. Nessa universidade, Shaull teve contato com a sociologia e com a herança da Reforma Radical do século XVI, que endossava os princípios do Estado laico e da não violência, o que abonava a sua preocupação pelas lutas sociais.

Mais tarde, foi aceito no Seminário Presbiteriano de Princeton¹¹¹. Inicialmente, não encontrou um ambiente propício para suas ideias: o seminário parecia “envelhecido”. Posteriormente, no entanto, descobriu professores que foram suas referências. Entre eles, Josef Hromadka¹¹² se tornou seu mentor teológico. Com a influência desse professor, Shaull

109 Rubem Azevedo Alves (Boa Esperança, 15 de setembro de 1933 — Campinas, 19 de julho de 2014), de origem presbiteriana, foi um importante educador e teólogo brasileiro, considerado um dos principais pedagogos brasileiros, juntamente com Paulo Freire e uma importante influência para a Teologia da Libertação. Foi professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

110 O Anabatismo foi uma das vertentes das Reformas Protestantes do século XVI, nomeada assim pois seus membros deveriam se batizar apenas na vida adulta, já conscientes de suas escolhas. Entre seus principais pregadores estavam Thomas Münzer, Conrad Grebel, Felix Manz, João de Leyde e Nicolau Storch. Ele não consistia em um movimento religioso unificado, recebendo influências tanto do humanismo como também das classes exploradas da sociedade, como camponeses e trabalhadores urbanos. Essa segunda influência fez com que os anabatistas encontrassem na religião uma discordância com relação à sua situação social. Muitas das comunidades anabatistas chegaram a buscar novas formas de organização social, baseadas nos ideais de igualdade do cristianismo primitivo. Essa vertente religiosa chegou a ter uma importante influência nas revoltas camponesas de 1524, na Alemanha.

111 O Seminário Teológico de Princeton, localizado em Nova Jersey, é um dos mais destacados seminários presbiterianos da história dos EUA.

112 Josef Hromadka (8 de junho de 1889 Hogsalvice – 26 de dezembro de 1969 Praga) foi um teólogo protestante tcheco, fundador da Conferência Cristã da Paz. Nascido em uma família de camponeses luteranos, no império Austro-Húngaro, mudou-se para os Estados Unidos em 1939, com a invasão nazista do país, tendo atuado no Seminário Teológico de Princeton até 1947, quando retornou ao seu país.

começou a pensar sobre o papel do marxismo e da revolução na transformação social necessária. Mas, para os cristãos que buscavam uma atuação social da Igreja, em especial aqueles que viam o marxismo como uma ferramenta da luta dos oprimidos, sempre se tornava necessário reagir às acusações de “comunista”¹¹³. Com seu professor, Shaull aprendeu a dialogar com o comunismo como cristão. Apesar disso, suas diferenças em relação ao anticomunismo predominante no ambiente evangélico o forçavam a defender-se das acusações de ser comunista.

Outra grande influência que Shaull teve na sua estadia em Princeton foi a do reitor da Universidade, John Alexander Mackay¹¹⁴ – o mesmo que escreveu o documento, já citado, *Letters to Presbyterians*¹¹⁵, em que denunciava o anticomunismo que havia tomado conta do país e das igrejas. Mackay ministrou dois cursos para o jovem Shaull: Ecumênica e Cristianismo na América Latina, os quais influenciaram imensamente o pensamento e a atuação de Shaull. Mais tarde, em 1959, o próprio Shaull foi convidado a retornar a Princeton para ocupar a cadeira de Ecumênica.

Shaull buscou seguir os passos do reitor: questões como o ecumenismo, o papel da juventude, o missionarismo na América Latina e o enfoque na educação atravessaram a trajetória das duas lideranças presbiterianas. Sua atuação, após se formar no seminário de Princeton, teve três momentos distintos: atuou como missionário na Colômbia, como intelectual e teólogo orgânico no Brasil e, posteriormente, retornou aos Estados Unidos, onde passou o restante de sua vida.

Na Colômbia, Shaull esteve em contato direto com a fome e a miséria do povo, tanto no campo como nas cidades. Convenceu sua esposa para que se mudassem para uma favela

113 A Revista *Unitas*, de dezembro de 1954 (p. 25-26), traz o seguinte informe: “DR. JOSEPH HROMADKA, de Praga, que esteve na II Assembleia do Concílio Mundial de Igrejas em Evanston e foi largamente acusado, por certos americanos, de ser o “comunista nº 1” entre os líderes eclesiais vindos de países da “cortina de ferro”, negou categoricamente ser ou ter sido comunista ou simpatizante. Traduzimos a seguir algumas das palavras do famoso teólogo tcheco: “Cada sermão que prego é uma crítica da ideologia comunista. A defesa da ideologia cristã contra a comunista é o serviço mais patriótico que posso prestar a meu país... Cristo exige de mim que eu viva no meio de comunistas. Amo-os. Há, naturalmente, diferenças entre nós, pois eles são comunistas e eu sou cristão. Mas amo-os como indivíduos e quero apresentar-lhes Cristo pela minha vida. O Senhor veio morrer por eles, quer eles o saibam quer não. Não posso ajudar o povo se o não amar. Vim aos Estados Unidos como cristão. Não podia vir na qualidade de comunista, como têm afirmado esses acusadores, porque não sou comunista; sou cristão”. O teólogo tcheco mostrou-se desiludido com o fato de muitos líderes eclesiais americanos não crerem na Segunda Vinda de Cristo. “A volta de Jesus Cristo”, afirmou, “é a verdadeira esperança do mundo... Jesus Cristo pode voltar hoje... Quando contemplamos o futuro, não olhamos para dentro de um vácuo; vemos, no fim da história, o Senhor Jesus Cristo, crucificado, ressuscitado e vindo de novo. É isso que eu ensino incansavelmente””. Apus: GARCIA JUNIOR, Colez et al. *Richard Shaull, um educador presbiteriano*. 2019. 150 f. Dissertação (Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019, p. 44.

114 Shaull chega a afirmar que Mackay teria sido a maior influência em sua vida. Ver: SHAULL, Richard. *Surpreendido pela graça: memórias de um Teólogo*. Estados Unidos. América Latina, Brasil, 2003, p. 30- 31.

115 DECELLE, opus citatum.

em Barranquilha¹¹⁶, de onde pretendia organizar os operários de uma pequena fábrica. Começou também uma campanha nacional de alfabetização, para a qual chegou a conseguir apoio do governo. Buscou a atenção dos jovens presbiterianos para acompanhar as favelas e zonas rurais e participar dos projetos e da evangelização do povo. Na casa para onde se mudou, em um bairro pobre de operários, aproveitava a sala e a garagem conjugadas para fazer classes noturnas para os operários, além de um programa educacional, recreativo e religioso para as crianças, sempre promovidos pelos jovens da igreja. Manteve também o contato com vários sindicatos.

Graças à sua atuação, a comunidade religiosa na qual Shaull atuava cresceu e tornou-se uma congregação. Nas pregações, sempre era enfatizado que a experiência da fé em Deus e em Jesus Cristo levaria à preocupação pelo próximo. Portanto, a evangelização deveria sempre refletir essa preocupação e esse cuidado. O que diferia decisivamente essa atuação da mera caridade religiosa é que, para combater a extensão e as causas da pobreza, a congregação trabalhava lado a lado com as organizações e movimentos que atuavam combatendo essas causas. Os jovens se filiavam aos seus sindicatos, fundavam seus próprios e faziam o diálogo sobre essa luta com os trabalhadores.

Mais tarde, Shaull participou da formação do grupo “Los Cristófilos”¹¹⁷, um grupo de pessoas – nem todas elas ligadas ao protestantismo – que se reuniam no subsolo do templo para fazer discussões sobre temas relacionados à sociedade da Colômbia. Logo juntaram um grupo de cerca de vinte homens, na sua maioria profissionais liberais – advogados, médicos, professores, comerciantes – e, durante o primeiro ano, mais de 150 pessoas tomaram parte nessas discussões, tendo cada semana um tema social ou religioso escolhido pelo grupo. Depois, muitos deles passaram a atuar em um projeto social em El Carmen, uma das mais pobres favelas da cidade.

Toda essa experiência significativa, porém, teve seu fim em 1951, à medida que a situação política foi se deteriorando na Colômbia. A crise vinha se agravando desde 1948 quando a violência política estourou, vindo da área urbana para a rural. Naquele ano, o

116 Barranquilha é uma cidade do Norte da Colômbia, capital do departamento do Atlântico, sendo atualmente uma das cidades mais populosas do país.

117 “Los Cristófilos” eram uma associação de membros de classe média e alta da Colômbia que se organizavam filantropicamente a partir da orientação de Richard Shaull. Entre seus membros estavam um ex-presidente e membros do Comitê Nacional do Partido Liberal. Esses membros, por disporem de recursos financeiros para tal, passaram a investir em um programa de evangelização na favela de El Carmen. Eles viabilizaram aulas noturnas, filmes educacionais, conferências culturais, consultas médicas e serviços evangelizadores. Por causa de seu trabalho, Shaull virou uma figura proeminente politicamente, especialmente entre os membros do Partido Liberal. Ver: SANTIAGO-VENDRELL, Angel D. *Contextual theology and revolutionary transformation in Latin America: the missiology of M. Richard Shaull*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2010.

candidato derrotado nas eleições, Jorge Eliécer Gaitán¹¹⁸, ligado aos trabalhadores, foi assassinado no centro de Bogotá. Esse acontecimento recebeu o nome de “bogotazo”¹¹⁹ e foi o estopim de uma grande rebelião que durou uma década, matando cerca de 250.000 pessoas. A situação desencadeou um estado de sítio a partir de 1949 e um golpe militar em 1953¹²⁰. Já em outubro de 1952, Richard Shaull esteve no Brasil e disse que não poderia mais voltar à Colômbia, após ter servido ao povo colombiano por 8 anos. Informou também que a experiência colombiana, outrora muito mais democrática que a brasileira, poderia se repetir aqui – o que se provou, mais tarde, um acerto.

Shaull acabou ficando no Brasil, onde, inicialmente, atuou junto aos universitários: primeiro no Rio e, depois, como convidado pela Missão Presbiteriana do Brasil Central para lecionar no Seminário Presbiteriano do Sul¹²¹, em Campinas, ligado à IPB. Além disso, se envolveu com grupos de jovens e estudantes cristãos. Junto à Confederação da Mocidade Presbiteriana da IPB, atuou como conferencista em congressos e como colaborador do jornal *Mocidade* – jornal da juventude presbiteriana que, mais tarde, foi fechado pela igreja por suas posições críticas à instituição e à sociedade, posições essas acusadas muitas vezes de comunistas.

Realizou também palestras sobre o pensamento católico e buscou promover encontros entre seminaristas protestantes e dominicanos, com o intuito de integrá-los. A participação ecumênica em estudos bíblicos era parte também das atividades que desenvolveu junto à UCEB, União Cristã de Estudantes do Brasil. O projeto na Vila Anastácio, do qual Paulo Stuart Wright participou – o educador Rubem Alves também – foi idealizado por Shaull, que convidou alguns de seus estudantes para se engajarem junto aos operários, inspirado nos padres operários da França. Formou-se um grupo de estudantes-operários da indústria, que passaram a buscar fazer ações sociais e partilhar da vida daquela comunidade. O próprio Shaull, porém, conseguia visitar pouco a comunidade, cerca de uma vez por semana.

118 Jorge Eliécer Gaitán (23 de janeiro de 1898 – de abril de 1948) foi um político e advogado colombiano, tendo sido prefeito e ministro. Era o candidato a presidente mais cotado para as eleições nacionais de 1949. Seu assassinato desencadeou uma grande onda de violência no país que durou os próximos anos.

119 O “Bogotazo” foi uma série de protestos que surgiu após o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán durante o governo de Mariano Ospina Pérez. Esses protestos deram origem a um longo período de conturbação política no país, conhecido como “La Violencia”, que durou até 1958.

120 O Golpe de Estado militar de 1953, na Colômbia, derrubou o governo do conservador Laureano Gómez; foi um dos eventos ocorridos no período conhecido como La Violencia. Esse golpe encerrou os três anos da gestão conservadora e colocou no governo o general Gustavo Rojas Pinilla.

121 O Seminário Presbiteriano do Sul é um seminário situado na cidade de Campinas, São Paulo.

Apesar de não estar sempre presente em todas essas iniciativas, Shaull continuava como o grande intelectual por detrás desse movimento da juventude, disputando um sentido cristão para uma palavra ligada ao ideário das esquerdas brasileiras: Revolução. Para ele, essa era uma categoria teológica, ligada à própria transcendência. Mas, ao mesmo tempo, a palavra servia como uma ponte entre a fé cristã e a situação concreta experimentada pelos cristãos em seu contexto histórico. Shaull buscava entender como Deus estaria agindo em cada momento e o que estaria nos chamando a fazer.

Ele atuava como intelectual orgânico¹²² de um movimento evangélico de caráter ecumênico e progressista que, mais tarde, seria interrompido pelas reações conservadoras da Igreja e pelo golpe de 1964. Como teólogo e agente social, Shaull buscava refletir do ponto de vista cristão sobre temas que penetravam sua atuação prática, fosse a reflexão sobre o comunismo e o marxismo, sobre o desenvolvimento, sobre o imperialismo, ou, especialmente, sobre as estruturas sociais que produziam a pobreza e a miséria¹²³.

4. Paulo passou os meses seguintes trabalhando lado a lado com os operários e vivendo em um bairro operário de São Paulo, juntamente com outros colegas presbiterianos que lá atuavam. Essa experiência, porém, durou apenas alguns meses, pois, em março de 1957, a sua mãe, dona Bella, veio a falecer. Foi quando Paulo e Edimar decidiram mudar os planos que tinham naquele momento: o casal decidiu ir para Joaçaba para poder ficar mais próximo do reverendo Lathan Wright, pai de Paulo.

Lathan, que era apelidado de “*Daddy*” pela família, continuava com a sua missão estruturada no Vale do Rio do Peixe, e Paulo se aproximaria, ao seu modo, do trabalho do pai. Edimar também passou a ser mais próxima do sogro e criar afeição por ele. Sempre houve uma certa tensão entre pai e filho. Mesmo que ambos, cada um ao seu modo, tivessem uma atuação social, a forma mais política como Paulo fazia as coisas preocupava o reverendo, que por vezes o repreendia. Mas isso não desviou o jovem Wright das suas convicções sobre a importância de aproximar-se dos operários: ainda em Joaçaba, ele se empregou como torneiro mecânico em uma pequena indústria local e ajudou na fundação de dois sindicatos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joaçaba e o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil.

122 GARCIA JUNIOR, Colez et al. *Richard Shaull, um educador presbiteriano*. 2019. 150 f. Dissertação (Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019, p. 61-62.

123 Em 1962, como uma consequência das tensões políticas que se passavam no Brasil – como antes na Colômbia –, Richard Shaull voltou para os Estados Unidos para ensinar a matéria de Ecumenismo no Seminário Teológico de Princeton. Morreu em 25 de outubro de 2002, aos 82 anos.

A atuação política de Paulo o levou a aproximar-se do PTB, partido ao qual filiou-se no ano de 1958. Neste mesmo ano, Paulo inaugurou a sua carreira política, candidatando-se a vereador. Foi a primeira campanha eleitoral de Paulo e nessa eleição ele não obteve sucesso. Mesmo sem ter conseguido se eleger, ele se aproximava da vida política com algum destaque na cidade, o que o levou a ser convidado para assumir o cargo de secretário da prefeitura. Embora tenha ficado pouco tempo nesse cargo, certamente acumularia cada vez mais experiência política para os anos seguintes.

O PTB, fundado em 1945 e alicerçado especialmente nos sindicatos urbanos, constituía-se em um dos três principais partidos políticos em 1958, tendo muitos operários e sindicalistas filiados. Ele representava o legado trabalhista do getulismo, legado esse que permaneceu vivo na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)¹²⁴. O partido, entretanto, possuía certa fragmentação regional, não conseguindo se consolidar em algumas regiões – a exceção de centros como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde se concentrava o núcleo do poder do partido. Mesmo em São Paulo, com o maior contingente eleitoral e de trabalhadores do país, o PSP de Adhemar de Barros conseguia captar com mais efetividade esse eleitorado dos trabalhadores.

Na data de sua fundação, o PTB atendia dois objetivos principais: “defender a legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária”¹²⁵. A inclusão dos temas sociais¹²⁶ na plataforma política do partido era o seu principal diferencial em relação às outras duas grandes agremiações, a UDN e o PSD.

O PTB foi o partido que mais cresceu entre os anos de 1945 e 1964. Em 1945, representava apenas 8% dos parlamentares no Congresso Nacional, em 1958 já representava 20,2% e até 1962 chegaria à marca de 29,3%, como a segunda maior bancada, a frente da

124 A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma lei brasileira que figura como base para os direitos trabalhistas no Brasil, tendo representado uma unificação da legislação trabalhista existente. Foi sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1943.

125 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.

126 Entre as metas do partido estavam: a) Defesa do regime democrático e do voto universal; b) Defesa dos princípios contidos na Consolidação das Leis do Trabalho; c) Amparo da legislação social aos trabalhadores rurais; d) Direito ao trabalho, a salário razoável e à jornada de oito horas; e) Aprimoramento profissional e intelectual de trabalhadores; f) Maior autonomia para entidades sindicais; g) Aumento do nível de vida da população brasileira; h) Educação primária obrigatória e gratuita; i) Proteção ampla à maternidade e à infância; j) Planificação econômica pelo Estado; l) Melhor distribuição da riqueza; m) Participação equitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas; n) Extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se direito da posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la; o) Maior solidariedade entre os povos; p) Defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e ilegal. Ver: DELGADO, opus citatum.

UDN¹²⁷. Esse crescimento se deveu em especial à definição das questões sociais como prioritárias para o partido, o que certamente agradou Paulo Wright. O partido, entretanto, sofria com as duras acusações da UDN, que associavam o trabalhismo ao Peronismo ou mesmo ao comunismo e à implantação de uma “República Sindicalista no Brasil”.

Após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, o partido perdeu parte do seu caráter personalista e getulista e se tornou mais centrado em sua plataforma reformista – focado na defesa do nacionalismo e de reformas sociais e econômicas no país. Com o passar do tempo, isso fez com que o partido se distanciasse cada vez mais do PSD, que representava mais marcadamente os interesses empresariais e agrários dentro do legado getulista, e se aproximasse do PCB, partido que estava na ilegalidade e que era originalmente um rival eleitoral¹²⁸. Essa aproximação, entretanto, jamais significou a vinculação do PTB aos ideais comunistas, sendo apenas uma confluência de objetivos, visto que esses eram os dois partidos que mantinham o nacionalismo e as questões sociais como seu foco.

5. Paulo seguia atuando em Joaçaba, até que, em 1959, seu pai, o reverendo Lathan Wright, decidiu voltar para os Estados Unidos. Paulo e Edí já não tinham mais o que os prendesse em Joaçaba naquele momento, portanto decidiram voltar ao seu antigo projeto: mudaram-se de volta para São Paulo, para o bairro Vila Anastácio. Lá, Paulo voltou a atuar junto aos operários como torneiro mecânico, dessa vez na Lambretta do Brasil S.A.¹²⁹ e como sócio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Nessa época, Paulo começou a se engajar cada vez mais no seu projeto de vida. Durante a semana, atuava na fábrica, próximo aos operários. À noite e aos fins de semana ele lia, escrevia muito e ampliava os seus contatos com estudantes cristãos, além de dar aulas de sociologia no Instituto Metodista¹³⁰, para o qual tinha por hábito levar um jornal, que utilizava para levantar questões a serem discutidas em sala de aula. Foi nessa época que escreveu, em um artigo no jornal *Mocidade*¹³¹, da Igreja Presbiteriana:

O nosso compromisso é o de estarmos atentos a este trabalho que Deus está fazendo, testemunhando sua ação redentora, sentindo completa liberdade de tomar partido, sofrendo com os que sofrem, chorando com os que choram, alegrando-se com os que se alegram, dando de comer aos que têm fome, de beber aos que têm sede. Nossa atitude certamente não poderá ser de conversar os enormes e assustadores

127 DELGADO, opus citatum.

128 Ibidem.

129 A Lambretta do Brasil S.A. foi a primeira fábrica de veículos (motonetas) do Brasil, localizada no bairro da Lapa, em São Paulo. Seu apogeu foi entre 1958 e 1960, quando a fábrica superou 50.000 unidades por ano.

130 O Instituto Metodista de São Paulo começou com a fundação do Colégio Piracicabano, o primeiro colégio metodista do Brasil, em 1881, em Piracicaba, no interior de São Paulo.

131 Já citado.

desequilíbrios que existem em nossa sociedade. O nosso testemunho no campo missionário e político é de estarmos sempre do lado dos deserdados, sejam deserdados no sentido espiritual ou material, pois Deus de tal forma amou o mundo que enviou o seu Filho, que se tornou o mais deserdado de todos os homens para que nele pudéssemos descobrir o sentido da vida e, esta, em abundância.¹³²

Edimar e Paulo levavam uma vida simples. Nessa época, Edi ficou grávida do primeiro filho. A criança foi muito esperada pelo casal. Paulo levou sua esposa para dar à luz nas mesmas condições que as mulheres dos demais trabalhadores, na maternidade da Lapa, filiada ao IAPI¹³³. Seu filho esperado recebeu o nome de Charles Granville Wright. Mas as condições precárias do hospital foram fatais para a criança, que sofreu com as complicações do parto e, com falta de assistência médica, não resistiu. No dia seguinte, Charles estava morto. Edi também sofreu com as complicações do parto, mas resistiu, para chorar junto de Paulo a morte do filho, que se foi nas mesmas condições de tantos filhos da classe trabalhadora. Jaime Wright conta¹³⁴ que a perda do filho teria sido decisiva para as convicções de Paulo, que decidiu lutar para que isso não se repetisse mais com as famílias trabalhadoras.

Em 1960, Paulo assumiu o posto de secretário regional da União Cristã de Estudantes do Brasil. Nesse período, ele participou do I Encontro Sul-Americano de Estudos sobre Calvinismo, e escreveu:

[...] É certamente possível à obra humana acabar com a fome, a miséria e o analfabetismo. Nossa maneira de amar nosso próximo deve certamente ir além de ajudas que possamos dar a indivíduos necessitados; deve levar a sério nossa responsabilidade de fazer acabar com a miséria e a fome, pois estas forças não têm mais poder e foram destronadas por Jesus Cristo.

A Compreensão de que nós, Igreja, somos o povo servidor, chamado a ser a cabeça-de-ponte da humanidade de Deus no mundo, convocada para exibir Jesus Cristo perante o mundo, deve levar-nos a sentir que é em relação com o mundo que realmente podemos cumprir nossa missão.

O fato que temos de apresentar o testemunho do Senhor, que se fez nosso servo para nós da Igreja e do mundo, deve dar-nos inteira liberdade para servirmos à obra humana no mundo, pois nisto consiste a nossa missão.

Fazendo parte da tradição reformada e presbiteriana, temos ainda a vantagem de compreendermos que, sendo a Igreja composta de pecadores num mundo revolucionário, é preciso que levemos muito a sério a necessidade de estarmos sempre em reforma para mantermo-nos em condições de sermos dirigidos e reformados pelo Espírito Santo na situação em que Ele nos tem colocado.

Se Jesus entrou na vida do mundo e dos homens é preciso que nós, na Igreja, estejamos em condições de fazer o mesmo [...].¹³⁵

132 WRIGHT, Paulo Stuart, apud WRIGHT, Delora Jan. *O Coronel tem um segredo*: Paulo Wright não está em Cuba. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 27-28.

133 A Maternidade da Lapa foi fundada em 1945. Em 1951 passou a se chamar Hospital e Maternidade da Lapa S.A. Paulo Wright buscou essa maternidade a partir do seu trabalho como operário, sendo filiado ao IAPI, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes. Vale citar que, à época, não existia um sistema público de saúde como o atual SUS, portanto apenas algumas categorias de trabalhadores conseguiam ter acesso a esse direito.

134 WRIGHT, Paulo Stuart, apud WRIGHT, op. cit., p. 29-30.

135 Ibid., p. 29-30.

Ainda em 1960, Edimar e Paulo voltaram para Joaçaba. Naquele ano, os partidos estavam definindo quem seriam os candidatos a prefeito e deputado estadual nas eleições. Em Joaçaba, como em muitos municípios brasileiros, os candidatos das famílias poderosas intercalavam-se no poder. Naquela eleição, a tendência era que a UDN elegeesse o deputado estadual e o PSD elegeesse o prefeito. Havia, porém, uma pressão sobre o PTB, feita pelas bases trabalhistas e idealistas para que ele lançasse seu próprio candidato. Assim, surgiu o nome de Paulo, que sairia como candidato a prefeito do PTB, apoiado pelo PSD¹³⁶.

Paulo se fez candidato:

Conversou com os trabalhadores das pequenas indústrias, das madeireiras, da zona rural, debateu com pessoas das Igrejas católica e protestantes, andou de casa em casa trocando ideias com as donas-de-casa, falou na rádio, escreveu no jornal, distribuiu seu programa em comícios, recebeu a visita de apoio do presidente do PTB, Doutel de Andrade ^[137], incentivou a participação de mulheres na campanha. Não descansou. ¹³⁸

A popularidade do jovem de 27 anos fez com que as elites tradicionais da UDN temessem. Para contê-la, passaram a fazer acusações sobre o candidato trabalhista, a mais significativa delas era acusá-lo de comunista. O anticomunismo ganhou o tom, ideia que era espalhada pela rádio local¹³⁹. A política de contenção surtiu efeito: Paulo perdeu por muito pouco. Quão pouco? Oito votos! Foram 4.276 votos para ele e 4.284 votos para o candidato da UDN¹⁴⁰. A derrota, por margem tão magra, levou a protestos, passeatas e recontagem, mas nada disso reverteu o resultado. De qualquer forma, a carreira política do jovem presbiteriano estava apenas começando.

6. O anticomunismo brasileiro pode ser percebido desde o período após a Revolução Russa, de 1917, e ao longo da década de 1920, embora os comunistas em si tivessem pouca presença no Brasil. A partir da década de 1930, o comunismo, assim como o Partido Comunista do Brasil¹⁴¹, ganhou mais projeção, com figuras como Luís Carlos Prestes¹⁴² e

136 WRIGHT, Delora Jan. *O Coronel tem um segredo*: Paulo Wright não está em Cuba. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 30.

137 Armindo Marcílio Doutel de Andrade (17 de novembro de 1920, Rio de Janeiro – 7 de janeiro de 1991) foi um advogado, jornalista e político brasileiro, tendo sido vice-governador de Santa Catarina e Deputado Federal tanto por esse mesmo estado quanto pelo Rio de Janeiro.

138 WRIGHT, op. cit., p. 30-31.

139 Ibid., p. 31.

140 Ibid., p. 31.

141 O Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), também chamado de Partido Comunista do Brasil e, posteriormente, Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi fundado em 1922, baseado nos ideais do marxismo-leninismo, tendo conquistado expressão nacional especialmente pela sua penetração nos meios sindicais e estudantis ao longo da história. O “Partidão”, como também era chamado, foi o primeiro partido assumidamente de esquerda no Brasil, e passou a maior parte de sua existência na ilegalidade – excetuando-se um breve período entre 1945 – na época da constituinte – e 1947 – quando o Supremo Tribunal Eleitoral cassou a legalidade do partido.

organizações de massa como a Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹⁴³. Mas foi a partir de 1935, com a “Intentona” Comunista¹⁴⁴, que o anticomunismo efetivamente se disseminou e se consolidou na sociedade brasileira. Começava uma tradição anticomunista que duraria por décadas, pelas ações do Estado, de organizações sociais e de indivíduos, constituindo um verdadeiro imaginário sobre o comunismo. Essa tradição se manteve presente nas campanhas e discursos políticos, com maior ou menor intensidade. A tensão anticomunista se agudizou em alguns períodos, servindo de pretexto para os golpes de 1937¹⁴⁵ e 1964, mas sempre esteve presente¹⁴⁶.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, o anticomunismo tomou uma nova projeção. Embora o PCB tenha participado da constituinte, sua legenda fora cassada por 3 votos a 2 no Tribunal Supremo Eleitoral, em 1947¹⁴⁷. Apesar de não poder participar diretamente das eleições, porém, o PCB continuava como uma força política significativa, mobilizando especialmente sindicatos e bases trabalhadoras, e atuando como podia atuar. Apesar do Partido Comunista formar a própria organização, não era incomum que outros candidatos com linhas políticas de esquerda, que se aproximavam em pautas específicas nacionalistas e de esquerda, fossem acusados de comunismo. Isso ocorria em especial com o PTB, que atuava muitas vezes junto aos comunistas no plano sindical, e ocorreu com mais frequência à medida que chegava o ano de 1964.

142 Luís Carlos Prestes (Porto Alegre, 3 de janeiro de 1909 – Rio de Janeiro, 7 de março de 1990) foi um militar e político comunista brasileiro. Ganhou fama inicialmente na década de 1920, quando foi um dos líderes da chamada Coluna Prestes. No exílio, no fim da mesma década, converteu-se ao marxismo-leninismo. Voltou para o Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, tendo sido preso nesse período e anistiado mais tarde. Foi secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro entre 1943 e 1980.

143 A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma frente de esquerda, organizada durante o governo de Getúlio Vargas, que compunha diversos setores anti-imperialistas e antifascistas.

144 A “Intentona” Comunista foi um levante armado feito pela ANL, com apoio do PCB, organizado em 1935. Esse levante militar, que se iniciou em Natal (RN) e mais tarde se espalhou para outras regiões, como Recife e Rio de Janeiro, foi contido pelas forças do governo em cerca de quatro dias. A ANL, que já havia tido seu fechamento decretado com base na Lei de Segurança Nacional, foi duramente reprimida, sendo desarticulada. A repressão atingiu também grupos que não eram vinculados ao levante. O episódio serviu de pretexto para o fechamento do regime político no país, culminando no Golpe do Estado Novo, em 1937.

145 O Plano Cohen foi um documento falso, forjado por militares brasileiros, que serviu como pretexto para o golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo em 1937. O documento, fraudulentamente atribuído aos comunistas, teria sido “descoberto” pelas Forças Armadas e continha uma série de ações para a derrubada do governo.

146 MOTTA, Rodrigo Patto Sá; PATTO, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. Vol. 180. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, p. 6-8.

147 O PCB, embora existisse desde 1922, tornou-se legal apenas em 1945, com o avanço da redemocratização do país nesse período. O partido teve uma importante projeção eleitoral, tendo eleito uma série de deputados constituintes e um Senador – Luís Carlos Prestes. Em 7 de maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral cassou a legenda do partido e, em 1948, os parlamentares eleitos por ele também tiveram seus mandatos cassados. Só voltou à legalidade em 1986, quando já estava dividido em duas agremiações distintas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em 1960, foi feita a eleição para presidente e vice-presidente da República¹⁴⁸. O pleito se deu em meio a tensões, e algumas figuras políticas, como Juscelino, temiam cautelosamente que a UDN não aceitasse uma nova derrota e partisse decisivamente para uma solução golpista, caso perdesse o pleito. O candidato à presidência pela chapa PTB/PSD era o General – já da reserva – Henrique Teixeira Lott¹⁴⁹.

O General Lott foi notório por ser, dentro das Forças Armadas do Brasil, uma figura fundamental na defesa da ordem democrática e da Constituição. Seu momento de maior projeção foi o ano de 1955, após a eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência (PSD) e João Goulart (PTB), para vice. Ambos eram vistos como continuadores do getulismo e, por isso, rechaçados pelo establishment antigetulista presente no Brasil desde antes do suicídio de Vargas. Havia uma significativa articulação política e militar para impedir que a chapa vencedora tomasse posse, o que envolvia o próprio presidente da República em exercício, Carlos Luz¹⁵⁰, que assumira o cargo após a internação do então presidente Café Filho por causa de um infarto. Lott, que ocupava o posto de Ministro da Guerra, foi, então, destituído do cargo por suas posições a favor da Constituição, mas, mesmo assim, decidiu se articular com outros líderes militares e políticos para impedir o golpe, que na opinião deles era inaceitável.

Essa articulação político-militar ficou conhecida como “movimento de 11 de novembro” e garantiu, com o impedimento do presidente em exercício e com as tropas na rua, a continuidade democrática, com a posse de Juscelino e Jango¹⁵¹. Um movimento militar sem dúvidas muito distinto daquele que se daria em 1964. Mas o General Lott acabou sendo derrotado no pleito de 1960.

O candidato eleito foi Jânio Quadros¹⁵², apoiado pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL¹⁵³. Jânio vinha de uma carreira política notória, tendo sido eleito vereador de São Paulo

148 Na época, as eleições para presidente e vice-presidente eram separadas, sem que os candidatos formassem uma chapa. Isso fazia com que fosse possível que presidente e vice-presidente viessem de agrupamentos diferentes e mesmo que tivessem programas opostos para o país.

149 Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (Barbacena, 16 de novembro de 1894 – Rio de Janeiro, 19 de maio de 1984) foi um militar e político brasileiro, tendo ocupado o posto de marechal – o mais alto cargo do exército – e Ministro da Guerra. Ficou conhecido por preservar a Constituição no Movimento de 11 de novembro, quando foi o líder militar responsável pela garantia da posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.

150 Carlos Coimbra Luz (Três Corações, 4 de agosto de 1894 – Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1961) foi um advogado, professor e político brasileiro. Em fevereiro de 1955, foi eleito presidente da Câmara de Deputados, tendo ocupado o cargo de presidente do Brasil após o adocimento do então presidente Café Filho. Foi, porém, derrubado do cargo três dias depois, sob acusações de conspiração contra a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.

151 O Movimento 11 de novembro foi um golpe preventivo organizado por uma série de setores político-militares para a garantia da posse do presidente e vice-presidente eleitos em 1955, respectivamente, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

152 Jânio da Silva Quadros (Campo Grande, 25 de janeiro de 1917 – São Paulo, 16 de fevereiro de 1992) foi um advogado, professor, literato e político brasileiro, tendo se eleito para diversos cargos políticos, incluindo a presidência, que exerceu entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto do mesmo ano, quando renunciou. Utilizava-se de uma imagem de combate à corrupção e de moralização do serviço público.

em 1947, deputado entre 1951 e 1953, prefeito de São Paulo entre 1953 e 1955 e governador de São Paulo entre 1955 e 1959. Seu discurso político era marcado pela retórica de combate à corrupção e de “varrer a sujeira da administração pública”. O discurso moralista havia sido alimentado por décadas de denúncias – a maioria falsas – sobre figuras políticas diversas e sobre a administração pública, e Jânio soube se aproveitar do imaginário político. Ele foi eleito com votação recorde até então, 5,6 milhões de votos.

O vice-presidente eleito, porém, não era da sua chapa – era João Goulart, o antigo ministro do trabalho de Getúlio Vargas, responsável pelo aumento de 100% do salário mínimo e antigo vice-presidente de Juscelino Kubitschek. Pela impopularidade do General Lott, muitos eleitores apostaram na chapa “Jan-Jan” para a presidência e vice-presidência. Mas se a chapa fazia sentido para o eleitorado, politicamente havia uma grande tensão entre os dois grupos. Um episódio em particular durante a campanha mostrou o quão tênue era a linha que sustentava a democracia: em meio à campanha política, Jânio Quadros ameaçou renunciar à candidatura à presidência, mais ou menos na mesma época que se espalhava um boato de que o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, planejava dar um golpe de Estado. As repercussões tanto da ameaça de renúncia quanto do boato foram avassaladoras para os setores que temiam que os grupos getulistas continuassem no poder. Foi quando uma conspiração militar se formou entre grupos de oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB).

Um grupo militar, liderado pelo tenente-aviador João Paulo Burnier, planejava fazer uma operação para bombardear o Palácio do Catete e das Laranjeiras. Pretendiam conseguir a adesão de outros oficiais para varrer do país o marechal Lott, Jango e tudo o que mais fosse visto como uma ameaça de uma “república sindicalista”. Os conspiradores chegaram a tomar uma base aérea e sequestrar aviões para dar início às suas operações. Acabaram, entretanto, por ser dissuadidos de sua operação militar por medo de que ela comprometesse a adesão de outros oficiais. Lançaram um manifesto pró-Jânio e esperaram as adesões, em vão. Acabaram decidindo fugir do país e se exilar com medo de represálias¹⁵⁴. O episódio serve de exemplo do quão tênue era a linha que separava grupos militares do golpismo desde então.

153 Partido Trabalhista Nacional (PTN) – Partido Democrata Cristão (PDC) – União Democrática Nacional (UDN) – Partido Republicano (PR) – Partido Liberal (PL).

154 A Revolta de Aragarças foi uma revolta militar ocorrida em 2 de dezembro de 1959, envolvendo setores da Aeronáutica e do Exército.

7. Em 1961, Paulo mudou-se para Florianópolis. A pedido do PTB, o governador do Estado¹⁵⁵ o havia designado como diretor da Imprensa Oficial do Estado¹⁵⁶, cargo que ocupou por um breve período. Lá, “Paulo implementou um espírito de equipe entre os funcionários, organizou o órgão e implantou a eficiência no trabalho”¹⁵⁷. Foi ainda eleito presidente de honra do Imprensa Futebol Clube¹⁵⁸.

Ainda em 1961, o jovem presbiteriano assumiu a secretaria da Delegacia Regional Fronteira Sudoeste; participou como conferencista nos encontros regionais da União Cristã de Estudantes do Brasil; do IV Congresso de Trabalhadores de Joinville; da Conferência do Nordeste da Confederação Evangélica do Brasil¹⁵⁹; do Movimento de Resistência Democrática¹⁶⁰; e dos movimentos pró-Revolução Cubana.

Também começou a organizar 27 cooperativas de pescadores. Em junho de 1961, passou a viajar pelo litoral catarinense para fazer esse trabalho¹⁶¹.

[...] Partindo do princípio de que, numa região de tão escassos recursos financeiros, os únicos elementos de que poderia dispor seriam os oferecidos pela natureza – uma extensa costa habitada por cardumes os mais ricos e variados – e o trabalho conjunto da grande massa de pescadores, chegou à conclusão de que a primeira medida a ser tomada seria a unificação das diversas populações praianas. E, assim, idealizou uma rede de pequenas cooperativas federadas que trabalhavam com vistas a um ideal único e em benefício da coletividade. ‘Naquela oportunidade’ – explica o próprio Paulo Wright – “percorri, em companhia de vários companheiros, todas as colônias de pesca do Estado, de norte a sul. Em cada localidade permanecemos durante algum tempo, explicando aos pescadores as razões pelas quais se fazia necessária a unificação, descobrindo lideranças naturais ou eventuais e marcando assembleias para a eleição das diretorias dos primeiros núcleos que se constituiriam, mais tarde, nas cooperativas federadas. Estava iniciado o movimento”. Concretizado aquele primeiro passo, Paulo e seus companheiros passaram a buscar recursos para o primeiro impulso. Havia apelado ao governo federal e aguardavam que uma das ‘unidades móveis de crédito agrícola’, recém-criadas pelo então presidente Jânio Quadros, viesse a atender às suas necessidades. ‘Esperávamos’, afirmou o jovem líder cooperativista à *Cruz de Malta*^[162], “que o Sr. Jânio Quadros, através de um de

155 Na época, o governador era Celso Ramos (Lages, 18 de dezembro de 1897 – Florianópolis, 1 de abril de 1996), um notório industrial e político brasileiro filiado ao PSD, membro de uma oligarquia local da família Ramos, que possuiu diversos políticos notórios no estado de Santa Catarina.

156 A Imprensa oficial do estado de Santa Catarina foi fundada em 5 de fevereiro de 1934 pelo então Interventor Federal Aristiliano Ramos e tinha como sede o antigo prédio da Assembleia Legislativa, na rua Jerônimo Coelho, 15, no centro de Florianópolis. Esse órgão centralizava as publicações oficiais das repartições públicas estaduais.

157 WRIGHT, op. cit., p. 32.

158 O Imprensa futebol clube era um clube de futebol que, na época, existia em Florianópolis.

159 A Conferência do Nordeste, ocorrida em 1962 no Recife, foi uma iniciativa do Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil. Seu tema foi “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Participaram do evento vários intelectuais importantes da época, como Celso Furtado, Gilberto Freire e Paul Singer. A conferência marcou uma forte reação dentro das igrejas e um processo de polarização entre os setores progressistas e conservadores.

160 Trata-se de uma referência à Campanha da Legalidade.

161 WRIGHT, op. cit., p. 32.

162 A revista Cruz de Malta, fundada em 1928 no município de Santa Maria – RS, era, desde 1930, uma revista ligada às Sociedades Metodistas de Jovens da Igreja Metodista do Brasil.

seus famosos bilhetes^[163], viesse a liberar o financiamento necessário para colocarmos em funcionamento as cooperativas”. Àquela altura, entretanto, estourou a crise de agosto^[164], e todas as esperanças de financiamento foram por água abaixo. Paulo Wright e seus companheiros, todavia, não desistiram do intento de redimir os pescadores catarinenses e, passados aqueles dias de conturbação nacional, iniciaram o recolhimento da documentação e dos dados necessários à construção da federação. Meses após o reinício das atividades – já em princípios de 1962 – e depois de uma assembleia da qual tomaram parte todos os núcleos anteriormente visitados, era organizada a FECOPESCA, com um total de 27 cooperativas associadas.¹⁶⁵

Paulo se engajava nesse projeto político e social quando, ainda em outubro de 1961, nasceu sua segunda filha, Leila Cristina Wright.

8. Ainda no ano de 1961, um impasse foi imposto à política brasileira. O presidente do Brasil, Jânio Quadros, eleito por uma aliança de direita, mas que se via privado do apoio do Congresso, decidiu renunciar. Jânio era afeito a ameaças de renúncias desde as suas candidaturas, como forma de pressionar suas bases a apoiá-lo com mais veemência, em uma espécie de chantagem política. Muito se fala que mesmo a sua carta de renúncia, entregue ao Congresso Nacional, teria como objetivo estimular uma articulação de apoio à sua permanência, uma espécie de “fica Jânio”, que serviria de base de sustentação para seu governo. Entretanto, a mensagem não foi recebida dessa maneira, muito pelo contrário, a renúncia foi lida e aprovada sem que qualquer objeção vingasse¹⁶⁶.

163 Os famosos bilhetes de Jânio Quadros eram uma forma que o presidente encontrava para parecer presente nos mais diversos assuntos que envolviam a administração pública. Ele encaminhava bilhetes para vários setores, iam desde puxões de orelha em membros da administração pública até comentários irônicos.

164 A crise de agosto refere-se às tensões que se seguiram após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

165 WRIGHT, op. cit., p. 33-34.

166 A carta renúncia de Jânio Quadros dizia:

"Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

"Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

"Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

"Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

"Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um.

"Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria."

Brasília, 25 de agosto de 1961.

Jânio Quadros" CARTA RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS. In: *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conta_Ren%C3%BAncia_de_J%C3%A2nio_Quadros. Acesso em: 21 jun. 2022.

Se a renúncia em si não deu origem a um impasse, a sucessão, por sua vez, colocou o país inteiro à beira do golpismo. A Constituição do país era clara: na falta do presidente o cargo passaria para aquele que fora eleito para o cargo de vice. O vice-presidente, João Goulart, líder do PTB, porém, estava em viagem diplomática na China. Quem assumiu o cargo, de imediato, foi o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli¹⁶⁷, ficando seu poder, no entanto, limitado pelos ministros militares: Marechal Odílio Denys¹⁶⁸, da Guerra; Vice-Almirante Sílvio Heck¹⁶⁹, da Marinha; e Brigadeiro do Ar, Gabriel Grün Moss¹⁷⁰, da Aeronáutica. Dotados de um forte rompante anticomunista, esses ministros começaram manobras para convocar novas eleições, rompendo assim a ordem constitucional, por associarem o trabalhismo de Jango ao comunismo. A manobra foi apoiada por lideranças políticas como o governador da Guanabara¹⁷¹, Carlos Lacerda.

Essa tentativa de golpe, porém, viu surgir uma forte reação política. Os ministros não tinham pleno apoio das Forças Armadas nesse momento para viabilizarem a ruptura constitucional. Lideranças como o governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira¹⁷² e o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola¹⁷³, prontamente se puseram a favor da legalidade e começaram a articular uma campanha contra a manobra. Essa ficou conhecida como a “Campanha da Legalidade”, formada por uma grande articulação política, de mídia, militar e popular. Brizola mobilizou as emissoras de rádio formando a “Cadeia da Legalidade”, em uma tentativa de influenciar a opinião sobre a questão, ao mesmo tempo que

167 Paschoal Ranieri Mazzilli (Caconde, 27 de abril de 1910 – São Paulo, 21 de abril de 1975) foi um advogado, jornalista e político brasileiro. Como presidente da Câmara dos Deputados, governou o Brasil por treze dias após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Depois do golpe de Estado de 1964, ocupou novamente o cargo por outros treze dias. Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, ele recebeu o seguinte recado dos ministros militares:

“Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Tenho a honra de comunicar à Vossa Excelência que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, os Ministros Militares, na qualidade de Chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente da República, João Belchior Marques Goulart.

— Ranieri Mazzilli. Brasília, 28 de agosto de 1961.”

168 Odílio Denys (Santo Antônio de Pádua, 17 de fevereiro de 1892 – Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1985) foi um marechal brasileiro e ministro da Guerra.

169 Sílvio de Azevedo Heck (Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1905 – Rio de Janeiro, 5 de julho de 1988) foi um militar brasileiro e ministro da Marinha.

170 Gabriel Grün Moss (Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1904 – Rio de Janeiro, 13 de julho de 1989) foi um militar brasileiro e ministro da Aeronáutica.

171 O Estado da Guanabara foi um estado brasileiro existente entre 1960 e 1975, correspondente ao território do município do Rio de Janeiro, que deixava de ser Distrito Federal, após a construção da nova capital, Brasília.

172 Mauro Borges Teixeira (Rio Verde, 15 de fevereiro de 1920 – Goiânia, 29 de março de 2013) foi um militar e político brasileiro.

173 Leonel de Moura Brizola (Carazinho, 22 de janeiro de 1922 – Rio de Janeiro, 21 de junho de 2004) foi um engenheiro civil e político brasileiro. No período que antecedeu o golpe de 1964, se destacou como uma das principais lideranças nacionalistas e de esquerda no país. Era também cunhado de João Goulart.

acionou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul¹⁷⁴. O III Exército¹⁷⁵, sediado no Rio Grande do Sul, chegou à iminência de intervir, e seu comandante, Machado Lopes¹⁷⁶, acabou rompendo com seus superiores e aderindo à campanha. O impasse estava formado e levava o país à beira de uma Guerra Civil.

Para resolver a situação, os dois lados tiveram que ceder. Foi feito um acordo geral no qual os setores golpistas aceitariam a posse de João Goulart como presidente do país. Por outro lado, os setores legalistas também teriam que ceder a uma mudança de regime político: Jango seria presidente, mas dentro de um regime parlamentarista, ou seja, o governo seria composto por um Primeiro Ministro, referendado pelo Congresso Nacional¹⁷⁷. Isso, por si só, já rompia com a Constituição, mas foi uma maneira de amenizar ou, ao menos, adiar o furor golpista de setores das elites militares e políticas.

9. Para viabilizar seus projetos políticos, em 1962, Paulo foi lançado como candidato a deputado estadual. O PTB, entretanto, já tinha um candidato, o deputado Agostinho Mignoli¹⁷⁸, que disputava a reeleição.

[...] Era o amigo que tinha estado com ele na canoa que levava os dois irmãos que morreram afogados; o mesmo que o indicou para ser candidato a prefeito enquanto ele próprio se elegia deputado; e o mesmo que, como deputado e primeiro secretário da Assembleia Legislativa o apoiou na organização da FECOPESCA e se defendeu da acusação de estar usando recursos da Assembleia para formar “Ligas Marítimas Comunistas” uma alusão às Ligas Camponesas de Francisco Julião [...].¹⁷⁹

As Ligas Camponesas foram um movimento agrário formado pelo PCB em 1945, mas acabaram sendo abafadas após o governo de Vargas, em especial com a cassação do Partido Comunista, e só ressurgiram em 1954, tendo atuado, desde então, continuamente até o golpe militar de 1964. Foram, na época, um importante movimento pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida no campo. Embora, de 1945 a 1947, as ligas tenham sido, de fato, organizadas pelo partido comunista, o seu ressurgimento foi distinto: começou com

174 A Brigada Militar do Rio Grande do Sul é a força de segurança pública no Rio Grande do Sul, com função de policiamento ostensivo, sendo correspondente à polícia militar dos demais estados.

175 O Comando Militar do Sul ou III Exército, sediado em Porto Alegre, é um dos comandos militares de área do Exército Brasileiro, sendo responsável pela região sul do país.

176 José Machado Lopes (Rio de Janeiro, 13 de maio de 1900 – Rio de Janeiro, 18 de março de 1990) foi um militar brasileiro, integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, mais tarde interventor no Ceará e, na época da Campanha da Legalidade, comandante do III Exército em Porto Alegre.

177 Essa foi a primeira experiência de Parlamentarismo no Brasil após a Proclamação da República. Uma comissão criada pelo Congresso decidiu pela apreciação urgente de um projeto de Emenda Constitucional que institua o sistema parlamentarista no Brasil. Devido ao agravamento da situação no país, em 2 de setembro de 1961 a emenda foi aprovada, com 288 votos a favor e 55 contrários. O regime parlamentarista durou, porém, apenas até 24 de janeiro de 1963, quando um referendo revogou a lei que o impunha.

178 Agostinho Mignoli (Veranópolis, 6 de junho de 1919) é um político brasileiro, tendo sido deputado estadual em Santa Catarina pelo PTB na 4ª e 5ª legislaturas (1959-1963 e 1963-1967, respectivamente).

179 WRIGHT, op. cit., p. 34.

uma organização de trabalhadores agrícolas no Engenho da Galileia, em Pernambuco, com uma associação chamada Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Foram os setores conservadores da imprensa e da Assembleia que passaram a chamar esse movimento de Ligas Camponesas, em associação às organizações comunistas anteriores. O fato é que o nome pegou.

Seus objetivos iniciais eram de arrecadar recursos para os enterros dos mortos, até então depositados em valas comuns, assim como outras finalidades assistenciais mais amplas, de angariar recursos para educação e saúde, bem como para a compra de adubo. Na década de 1960, as ligas estavam especialmente espalhadas pelo Nordeste do Brasil, e tinham como seu principal líder o advogado Francisco Julião¹⁸⁰, que havia ajudado a legalizar a sua atividade. Um dos fatores que ajudou na projeção das ligas foi que, em 1959, os trabalhadores da SAPPP conseguiram a desapropriação do engenho da Galileia, o que tornou o seu movimento um símbolo na luta pela reforma agrária.

Se, por um lado, existiam semelhanças entre a FECOPESCA e as ligas camponesas – afinal eram associações de trabalhadores ligados a um ofício comum, os quais se organizavam coletivamente para um propósito de assistência mútua e lutavam para não sofrer abusos dos poderosos que os exploravam –, também havia muitas diferenças. As ligas camponesas foram organizadas fora do Estado, a partir das lutas cotidianas dos trabalhadores nas pautas que tocavam, de uma forma ou de outra, na questão da propriedade – o que é sempre um ponto delicado dentro do sistema capitalista.

Com o passar do tempo, as Ligas Camponesas se radicalizaram na sua luta, inclusive devido às tensões da violência no campo e de assassinato de líderes, e mesmo evitaram a colaboração com o Estado brasileiro, defendendo uma pauta radical de reforma agrária “na lei ou na marra”. Já a FECOPESCA foi uma entidade organizada a partir do diálogo com setores políticos e com o Estado e tocava mais as relações de exploração do trabalho e das relações comerciais desiguais. A organização em si jamais teve um caráter radical. Por outro lado, a associação de pescadores se articulava com um ideal nacional-desenvolvimentista ligado à ideia de justiça social. Isso bastava para que, aos olhos dos grupos liberais-conservadores mais radicais, pudessem ser taxadas de comunistas.

180 Francisco Julião (Bom Jardim, 16 de fevereiro de 1915 – Cuernavaca, 10 de julho de 1999) foi um advogado, político e escritor brasileiro, responsável por liderar politicamente o movimento camponês brasileiro conhecido como as ligas camponesas entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960.

Paulo, então, se candidatou pelo PSP de Ademar de Barros¹⁸¹, um partido de pouca expressão em Santa Catarina. Esse partido se centrava especialmente em São Paulo e em torno da figura do próprio Ademar, tendo assim uma característica personalista, mas também podia oscilar em sua linha mestra, o que dava a ele um caráter também oportunista. Ele próprio tentou por vezes buscar aproximações com o PCB, na ilegalidade, para conseguir ampliar a sua base política e militante. Em 1961, o PSP se aproximava das esquerdas, uma vez que aderiu à Campanha da Legalidade. Enquanto o PTB buscava candidatura própria, o PSP, que, nesse contexto, se encontrava mais à esquerda e do lado da legalidade, parecia um espaço possível para os candidatos que não tinham a possibilidade de se lançar por outro partido. Para o partido, a estratégia se mostrou frutífera, pois Ademar de Barros, candidato a governador de São Paulo, conseguiu em sua campanha, com o apoio dos setores cooptados e especialmente os votos do interior do estado, vencer Jânio Quadros, ex-presidente que concorria com ele ao cargo.

A campanha de Paulo a deputado estadual foi focada em alguns segmentos: esperava-se conseguir “1000 votos em Joaçaba, 500 no resto da região oeste do Estado, 1500 votos no litoral e cerca de 500 votos na capital”¹⁸².

Documentos de campanha:

- PSP:

Paulo Wright, além de ser autêntico e possuir uma instrução sincera e à altura das exigências de um legislador, é portador de um predicado que só poucos possuem. Ele é sociólogo. Ser sociólogo é ser tarimbado para uma vida intensa de lutas e de planificações, incorporado na realidade de um sistema político, social e econômico.¹⁸³

- Comitê de Insistência Operária Orgulho d'Oeste:

Inteligente, dinâmico, capacitado e lutando sempre com tenacidade e coragem pelas causas dos operários, nos sindicatos, nos congressos de trabalhadores, nas ruas, nos comícios onde quer que tenha sido chamado, Paulo Stuart Wright sempre demonstrou que é o legítimo e o genuíno representante dos operários e o homem traçado, ideal e digno de ser nosso representante na Assembleia Legislativa.¹⁸⁴

- Mensagem de Paulo aos cristãos de Santa Catarina:

[...] Como membros da Igreja de Jesus Cristo, recebemos a vocação irrecusável de testemunharmos perante o mundo o Reino de Deus, proclamando aos oprimidos, aos humildes, aos injustiçados, a justiça de Deus que deseja que todos os homens vivam em união com Ele e uns com os outros. [...] Dar um testemunho cristão na vida política significa estar sempre ao lado dos oprimidos em favor de uma ordem social mais justa. No momento em que o povo brasileiro atravessa uma das fases mais

181 Ademar Pereira de Barros (Piracicaba, 22 de abril de 1901 – Paris, 12 de março de 1969) foi um aviador, médico, empresário e político brasileiro, influente entre as décadas de 1930 e 1960.

182 WRIGHT, op. cit., p. 35.

183 Ibid., p. 35.

184 Ibid., p. 35.

decisivas de nossa história, vivendo num instante em que as estruturas econômicas, sociais e políticas de nosso país tornaram-se obsoletas e insuportavelmente injustas para com a maioria do povo, é preciso fazer ouvido claramente o testemunho dos cristãos em defesa da humanidade do homem brasileiro. [...] Caros irmãos, a finalidade desta carta não é simplesmente pedir o apoio dos irmãos em Santa Catarina à minha candidatura, mas acima de tudo convocar todos os cristãos em nosso Estado a uma luta sem tréguas contra a injustiça social, contra a miséria, contra o analfabetismo, contra a doença que ceifa tantas vidas, a fim de que possamos ter uma ordem social mais justa, onde o agricultor não permaneça abandonado no seu esforço de alimentar o povo, onde o trabalhador possa levantar bem alto a sua cabeça e usufruir da riqueza que ele produz numa sociedade mais humana e onde os homens possam sentir mais claramente o amor de Deus e viver em comunhão uns com os outros.¹⁸⁵

A campanha surtiu efeito e Paulo foi eleito com 2.144 votos¹⁸⁶.

A nível federal, essa campanha – a de 1962 – era decisiva, por ser a primeira desde a posse de João Goulart, e seria também decisiva para o seu poder de articulação nos anos vindouros.

Isso fez com que a oposição se articulasse fortemente a nível nacional e internacional, utilizando-se de subterfúgios ilegais, mais tarde descobertos. O embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon¹⁸⁷, teve papel central nessa articulação: de acordo com a sua visão, o interesse do governo estadunidense era utilizar doações de campanha para desestabilizar a situação política, contrapondo-se ao governo Janguista e à articulação das esquerdas. Vale lembrar que era proibido, por uma questão de soberania nacional, que dinheiro estrangeiro fosse investido em campanhas eleitorais no Brasil. O mecanismo utilizado para “esconder” as doações foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Fundado em 1959 e ligado tanto a setores empresariais nacionais quanto aos interesses estadunidenses, o Instituto recebia as doações da embaixada americana e, por sua vez, patrocinava as candidaturas de oposição a João Goulart. Toda essa operação foi desmascarada quando, a partir de 1962, instaurou-se uma CPI no Congresso para investigar as doações estadunidenses por meio do IBAD para campanhas brasileiras.

10. Dos EUA, o pai de Paulo escrevia preocupado se ele estava bem, empregado e cuidando da Família. Jaime tentava acalmar o pai e convencê-lo da vocação de Paulo:

Eu arrisco dizer que o Sr. está demasiadamente preocupado com o Paulo, seu emprego e bem-estar. O Sr. mostra isso em praticamente toda a carta que escreve a mim ou ao Paulo. Isso é perfeitamente natural, é claro, por parte de um pai. Mas creio que não está de acordo com 1) nossa fé na Providência de Deus, e 2) a

¹⁸⁵ Ibid., p. 35-36.

¹⁸⁶ Ibid., p. 36.

¹⁸⁷ Abraham Lincoln Gordon (Nova Iorque, 10 de setembro de 1913 – Michellville, 19 de dezembro de 2009) foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966, tendo sido um importante colaborador do golpe militar de 1964.

maturidade e chamamento vocacional que é do Paulo. Paulo necessita de todo o encorajamento que ele possa obter de nós, assim como espontânea assistência financeira no seu ministério com os despossuídos. Quaisquer questões que o Sr. possa levantar sobre seu envolvimento e conforto físico não o conduzirá mais próximo do Senhor. Paulo se sente tão entusiasmado quanto à vocação dele como eu com a minha. Eu não me sentiria inclinado a escrever para o Sr. regularmente se é para o Sr. levantar questões sobre minha missão assim como sobre minha preocupação com coisas materiais. Por favor, fique assegurado de que Paulo está tentando, com convicção, pôr em prática Mateus 6,33 ('Em primeiro lugar busquem o Reino de Deus e a justiça, e Deus dará a vocês, em acréscimo, todas as coisas.') Poderia alguém pedir mais? ¹⁸⁸

Faziam algum sentido, porém, as preocupações com o bem-estar de Paulo e da família. Embora Paulo recebesse seu salário como deputado, quase todo o seu dinheiro era gasto ajudando os mais necessitados. Ele nunca pensava em primeiro lugar nas suas necessidades e da sua família, portanto Edí passava certas dificuldades para abastecer a sua casa¹⁸⁹.

Em 1963, Paulo fez seu primeiro discurso na Assembleia, como deputado:

Muito se ouve falar de moralizar o nosso Poder. É necessário que se torne bem claro que a moralização, ou melhor, a resposta desse Poder ao Povo que nós representamos só existirá quando nos compenetrarmos verdadeiramente dos interesses dos humildes e trabalhadores, dos interesses dos agricultores, e quanto tudo isso for examinado com a devida atenção e receber de nossa parte as devidas providências. Será então um Poder respeitado, um Poder considerado, um Poder moralizado. ¹⁹⁰

Logo, Paulo começou a utilizar o seu espaço como deputado para buscar recursos para a FECOPESCA. A Secretaria de Agricultura e o Departamento de Caça e Pesca assinaram um convênio com a federação, dando condições para que ela e os pescadores que dela dependiam prosperassem, saindo da rede de intermediários, vendendo seu produto mais barato e ganhando melhor.

Paulo continuava participando das atividades da Igreja:

É preciso que numa situação como esta em que vivemos, não sejamos simplesmente levados a ter mais paz de espírito que o mundo que nos cerca, mas que tenhamos antes de tudo, uma preocupação profunda com a natureza do trabalho reconciliador que Deus está realizando no mundo, descobrindo assim as possibilidades que Ele nos reservou em seu plano. De que forma Deus estará dirigindo a revolução na história a fim de tornar mais humana a vida do homem? Em que forma somos chamados a participar intensamente da vida do mundo e dos homens? ¹⁹¹

Continuava também a dialogar com os estudantes:

Nosso contexto mais geral é a situação latino-americana e o universitário. O foco da nossa atenção se concentra na luta pela construção de uma nova sociedade para a formação de um novo homem. Em termos mais imediatos, é a luta dos povos subdesenvolvidos contra a repressão do aparelho industrial-militar imperialista.

188 WRIGHT, op. cit., p. 36-37.

189 Ibid., p. 37.

190 Ibid., p. 37-38.

191 Ibid., p. 38.

Nesse processo de luta e formação da nova sociedade é que vai ocorrendo a formação do homem. Mas esta não é apenas a consequência automática das novas estruturas econômicas e sociais: trata-se de uma reformulação constante dos valores da cultura, de pensamento crítico constante, de criação renovada de instrumentos de comunicação.¹⁹²

11. Em meio a essa atuação política incansável, nascia, em março de 1963, o filho João Paulo. Nesse mesmo ano, porém, o clima político no país passou a se acirrar, ficando cada vez mais polarizado. Por um lado, João Goulart conseguiu uma vitória, adiantando o plebiscito que decidiria o regime político – presidencialismo ou parlamentarismo – com vitória do presidencialismo¹⁹³. Passava então a ser presidente com plenos poderes pela primeira vez desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Sua plataforma de governo era claramente reformista, com enfoque em um conjunto de propostas chamadas de Reformas de Base, que consistiam em uma série de medidas que necessitavam a aprovação do Congresso: a reforma agrária, a reforma administrativa, a reforma eleitoral, a reforma bancária, a reforma universitária e uma reforma constitucional que viabilizasse todas essas. Tudo isso dependia de muita capacidade de buscar um mínimo consenso social e parlamentar em torno das propostas, um trabalho árduo.

As organizações de trabalhadores e as esquerdas acompanhavam com atenção essa movimentação e buscavam, com sua mobilização, pressionar cada vez mais para que as reformas passassem. As reformas, porém, embora fossem aprovadas por grande parte da população e mesmo dos políticos, como mostram as pesquisas da época, tinham dificuldade de serem aprovadas especialmente por não haver consenso em torno de como elas deveriam ser feitas ou implementadas. Em especial, isso gerava morosidade nos debates do Congresso, que não chegava a uma conclusão. Muitos setores sociais, mobilizados, começavam já a exigir as reformas “na lei ou na marra”, o que poderia querer dizer duas coisas: que se o Congresso não aprovasse por livre vontade, acabaria tendo de aprovar pela pressão social; ou – e isso acusava a oposição – que o presidente deveria passar por cima do Congresso, aprovando as reformas por decreto¹⁹⁴.

Como reação a essa pressão social, alguns setores das elites econômicas, políticas e midiáticas se colocavam cada vez mais contrários tanto ao governo quanto às mobilizações

192 Ibid., p. 38-39.

193 João Goulart defendia, desde 1962, o retorno ao presidencialismo para poder realizar reformas mais profundas no país. Em janeiro de 1963, um referendo foi feito sobre a questão do regime político e o presidencialismo venceu, sendo restaurado assim o poder que a Constituição anteriormente garantia a Jango.

194 FERREIRA, Jorge Luiz; DE CASTRO GOMES, Angela Maria. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.

sociais que o pressionavam pela agenda reformista. Esses setores começavam a ensaiar uma grande articulação nacional como reação a esses movimentos e contrária ao governo. Mesmo nessa época, muitos exaltados já clamavam por um golpe: foi assim que, no final do ano, o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, radical opositor do governo, clamou em uma entrevista a um jornal estadunidense que os Estados Unidos deveriam fazer uma intervenção no Brasil para interromper o mandato de João Goulart – ou seja, ele pedia que uma nação amiga praticasse um ato de guerra contra seu próprio país¹⁹⁵. Essa fala escandalosa, numa atitude de traição por parte de um representante eleito do povo brasileiro, não encontrava respaldo nem na UDN nesse momento, mas, claramente, sinalizava algo que os setores mais radicais dentro da oposição já desejavam mais ou menos abertamente – um golpe. As Forças Armadas começaram, então, a construir um dossiê sobre Paulo e suas atividades, tidas como “subversivas” e “comunistas”¹⁹⁶.

12. Ao mesmo tempo, a AP (Ação Popular) começava a se aproximar de Paulo. Essa organização foi fundada em fevereiro de 1963, veiculada pelos estudantes cristãos, pela União Cristã de Estudantes do Brasil e pela Associação Cristã de Acadêmicos, aproximada com a JUC (Juventude Universitária Católica), que se juntaram na AP. Seu programa era:

Mobilização do povo, desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização; luta contra a dupla dominação capitalista – internacional/nacional e feudal; intervenção direta e atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturas atuais de poder; diálogo permanente com outros setores anti-imperialistas e revolucionários, priorizando o trabalho junto às organizações operárias e camponesas.¹⁹⁷

A Ação Popular era uma organização de esquerda surgida no processo de polarização da Juventude Universitária Católica (JUC), entre 1959 e 1960. A JUC havia surgido de um movimento interno da Igreja Católica, alinhada com a Ação Católica Brasileira (ACB) – criada em 1935 – a partir do início da década de 1950. Ambas as organizações tinham um caráter de formar uma militância social e política entre os fiéis, mas a JUC, focada no movimento estudantil, acabou por ter setores que se aproximaram, fisicamente e em suas pautas, dos movimentos de esquerda, especialmente a partir do início da década de 1960, quando assumiu a direção da UNE¹⁹⁸. Esse alinhamento da organização provocou uma forte reação dentro e fora do meio universitário, com acusações de comunismo, levando a

195 Ibid., p. 178.

196 WRIGHT, op. cit., p. 39.

197 Ibid., p. 39.

198 A União Nacional dos Estudantes (UNE) é uma organização estudantil brasileira fundada em agosto de 1937. Ela teve uma atuação política bastante destacada desde as vésperas do golpe militar de 1964 até próximo ao AI-5 em 1968. Muitas lideranças políticas importantes da história do país começaram sua carreira no movimento estudantil da UNE.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a proibir os jucistas de ocuparem cargos de responsabilidade dentro do meio estudantil universitário a partir de 1961.

Essa ruptura, imposta pelas autoridades eclesiais, levou os membros mais influentes e politizados entre os jovens universitários a romperem com a instituição e formarem uma nova organização, com participação também de outros membros da ACB¹⁹⁹, que passava a representar uma esquerda católica dentro – e por vezes fora – do movimento estudantil. Assim, em 1962, formava-se a Ação Popular Católica (AP). Originalmente, essa organização defendia uma perspectiva político-ideológica própria, diferenciada do marxismo, embora isso não a tenha impedido de assumir uma tarefa revolucionária frente à situação brasileira. A partir de 1963, a organização passou a se pautar por uma perspectiva de um “socialismo humanista”, visão essa onde as categorias marxistas mesclavam-se à inspiração cristã própria de sua origem.

Essa nova agremiação, que continuou a sofrer pressões por parte da Igreja, se manteve firme e conseguiu, pelo menos até o golpe de 1964, manter uma espécie de hegemonia frente ao movimento estudantil universitário²⁰⁰. A organização manteve seu alinhamento às esquerdas, às reformas de base e à legalidade, pelo menos até o golpe civil-militar e entre 1966 e o AI-5. Após a ruptura institucional, entretanto, essa organização passou a tomar novos rumos: com grande parte de seus quadros exilados ou na clandestinidade, ela começou a se radicalizar e reivindicar a via insurrecional como alternativa política para a derrubada da Ditadura. Para além de seu trabalho estudantil e político, a organização também fazia trabalho de base, atuando na alfabetização, na cultura e no sindicalismo.

13. Como deputado, Paulo visitava várias cidades – Porto Alegre, Curitiba, Niterói, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo – para fazer palestras, discutir política e estudar a realidade brasileira. Viajava também pelo interior de Santa Catarina, incentivando a organização dos trabalhadores dos arrozais e das minas de carvão.

Em outubro de 1963, os discursos na Assembleia pararam de ser publicados nos Anais por “contenção de despesas”. Paulo havia preparado uma proposta orçamentária para os seus recursos do seu gabinete no ano seguinte: “53% dos recursos iam para a FECOPESCA, 7% para a Federação das Cooperativas Agro-tritícolas de Santa Catarina, 7% para a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social; e o restante para uniões de

199 Ação Católica Brasileira (ACB) foi um movimento religioso fundado na década de 1930 e controlado pela hierarquia da Igreja Católica, que tinha como objetivo a formação dos leigos para colaborar com a Igreja.

estudantes, ginásios (de Itajaí, Joaçaba e Florianópolis) e para os clubes esportivos da Imprensa Oficial e da Sociedade de Caça, Pesca e Tiro²⁰¹”.

Seus discursos incomodavam até a mesa da Assembleia. Com o tempo, o próprio partido pelo qual Paulo fora eleito, o PSP de Adhemar de Barros, passou a fazer pressão para que ele renunciasse. Seus suplentes, ligados a Adhemar, começaram a atacar Paulo por suas “ideias comunistas”. Seu quarto suplente, Manoel Santos, estava alegadamente envolvido com o jogo do bicho, sendo conhecido também como “Mané Bicheiro”²⁰².

Em 1963, enquanto Paulo sofria pressão para abandonar o mandato, um episódio teria colocado em risco a sua vida. Um sargento teria sido contratado pelo suplente de Paulo, Mané Bicheiro, para assassiná-lo sem deixar provas. A recompensa pelo assassinato seria de cem mil cruzeiros de entrada e cinquenta mil por mês até o fim daquela legislatura. O sargento, entretanto, achava que o deputado poderia pagar mais, então foi ao seu encontro e falou da proposta. Na conversa dos dois, Paulo o dissuadiu a abandonar o seu plano e que os dois deveriam ir dar queixa ao secretário de Segurança Pública²⁰³.

Nenhuma medida foi tomada a respeito desse complô para assassinar Paulo.

14. O ano de 1964 começou tenso para os Wright. A casa deles era vigiada por agentes da Secretaria de Segurança Pública, que queria mostrar que estava fazendo algo para proteger o deputado. Mas nenhuma providência para apurar as denúncias foi tomada, nem quando a Frente Operário-Estudantil distribuiu um manifesto para denunciar a inoperância da Secretaria, do governador e da Mesa da Assembleia. As denúncias nunca foram apuradas.

A polarização política havia crescido desde 1963 e colocava, de um lado, os movimentos sociais e a esquerda organizada e, do outro, os setores mais ligados ao interesse empresarial. O centro da disputa eram as reformas de base. O presidente João Goulart foi sendo cada vez mais excluído dos meios políticos por tentar encabeçá-las, até o definitivo

201 WRIGHT, op. cit., p. 40-41.

202 Manoel Santos ou Mané Bicheiro, como era conhecido, era o nome público de Manoel Carlos de Souza, nascido em 1922 em Orleans – SC. Comerciante com fama de envolvimento no jogo do bicho, ele buscou entrar para a carreira política, tendo sido eleito suplente pelo Partido Social Progressista em 1962, com 1185 votos. Posteriormente, filiou-se ao MDB, sendo eleito suplente por mais duas vezes em 1966 e 1970. Foi Presidente da Federação Catarinense de Futebol entre 1969 e 1970 e vice-presidente no mandato seguinte. Foi deputado ainda pelo MDB entre 1975 e 1970, quando do falecimento do Deputado Carlos Buchele – que não chegou a tomar posse – e entre 1979 e 1983.

203 Esse fato foi denunciado, primeiro no jornal Brasil Urgente, em janeiro de 1964, na matéria “Santa Catarina: Agente de Adhemar é bicheiro e mandante de Crimes” e em uma matéria publicada em 30 de setembro de 1984 em Joinville, intitulada “Adhemar de Barros queria matar Paulo”. Manoel Carlos de Souza, no *Jornal da Semana*, posteriormente, se defendeu dessas acusações na matéria intitulada “MENTIRA: não mandei matar Paulo Wright”. Nela, ele afirma que não era o suplente imediato, mas apenas o quarto suplente do partido e ainda que, na ocasião do golpe de 1964, ele foi ao 5º Distrito pedir ao almirante que tomasse providência quanto ao deputado Paulo Wright. **Dossiê Paulo Stuart Wright**, disponíveis em <https://www.udesc.br/faed/idch/cole%C3%A7%C3%B5es/ditadura> acesso em 15/07/2022.

afastamento entre ele e o PSD – o que tirou a base parlamentar de sustentação do governo²⁰⁴. A alternativa foi buscar o apoio que precisava nas ruas, articulando-se com os movimentos de massas para pressionar pelas reformas²⁰⁵. Se antes as direitas já associavam Jango ao peronismo ou ao comunismo, agora denunciavam aos quatro ventos. Um golpe passou a ser armado para derrubar o presidente e interromper as expectativas populares pelas reformas de base. O pretexto usado foi o medo do comunismo. Paulo era um daqueles que acreditavam ser possível resistir ao golpe: ia de cidade em cidade propagando a ideia de resistência popular.

O golpe de 1964, que derrubou o presidente constitucional João Goulart e mergulhou o país em uma ditadura que duraria 21 anos, foi o resultado de uma articulação de diversos setores da sociedade, se configurando assim como um golpe civil-militar. Esses grupos, com distintos níveis de articulação entre si, confluíram para produzir a ruptura com a institucionalidade democrática e com a normalização tanto desta ruptura quanto da extensão das repercussões dela, como perseguições políticas, diminuição das liberdades etc. Se, por um lado, o golpe foi capitaneado pelos setores militares, por outro, não teria sido possível estabilizá-lo tão facilmente sem a articulação e a colaboração do elemento civil.

Um dos setores que contribuiu para o golpe foi o próprio Congresso Nacional, incluindo o PSD, que, no contexto de crescente polarização, rompeu com o governo João Goulart e passou para a oposição. Essa instituição – o Congresso – foi a maior responsável por dar um ar de continuidade democrática para o golpe, buscando dar legitimidade legal à ditadura que ali se instaurava. O outro foi a imprensa, sendo linha mestra de quase todos os editoriais buscar produzir um consenso social que tanto pudesse desestabilizar o governo Goulart quanto, depois, apaziguar a opinião pública sobre qualquer ilegitimidade do governo ditatorial.

Esse papel, cumprido por ambas as instituições, tinha um caráter de classe, promovido pelas suas bases empresariais em um sentido de excluir o voto e a mobilização das camadas baixas da sociedade do jogo político. A maioria das entidades empresariais e grandes empresas endossavam totalmente essa ruptura. Ainda a embaixada dos Estados Unidos, que

204 Goulart, mesmo na presidência da República com plenos poderes, não conseguiu estabelecer um consenso entre o PTB e o PSD sobre o tema da Reforma Agrária. Por um lado, o partido aliado pretendia uma reforma mais moderada; por outro, as bases de esquerda se radicalizavam em torno do tema. O resultado foi o progressivo afastamento da velha aliança getulista entre o PTB e o PSD. Na incapacidade de articulação, Jango decidiu se alinhar finalmente aos grupos de esquerda e apoiar as manifestações para pressionar o Congresso via mobilização popular. Isso representou um definitivo rompimento da aliança.

205 O Comício da Central do Brasil, ou Comício das Reformas, realizado em 13 de março de 1964 na Praça da República, no Rio de Janeiro, representou a definitiva adesão do presidente João Goulart às mobilizações da esquerda como forma de pressionar o Congresso pelas reformas. Cerca de 200 mil pessoas se reuniram para o comício. Na ocasião, o presidente assinou dois decretos: o primeiro desapropriava as refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás e o segundo declarava sujeitas a desapropriação as propriedades subutilizadas.

em 1962 havia buscado desestabilizar o governo Goulart com doações de campanha, agora dava o aval e o apoio para a ruptura institucional, tendo chegado a mobilizar a quarta frota para o litoral brasileiro para intervir – em favor do setor golpista – caso houvesse resistência armada. As igrejas, em especial a católica, e algumas entidades de mulheres de natureza conservadora, puseram o seu capital social à disposição dos golpistas, mobilizando grandes contingentes populares para organizar as “Marchas da Família com Deus pela liberdade”, que serviram para fazer frente às manifestações das esquerdas e, assim, “ganhar as ruas” para a frente golpista²⁰⁶.

Os setores militares, porém, foram aqueles mais diretamente responsáveis pelo golpe, embora não o tenham feito apenas por vontade própria, mas sim pressionados e apoiados também pelos setores civis. Em setembro de 1963, ocorreu uma revolta dos suboficiais, especialmente da força aérea e da marinha, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que reafirmava a inelegibilidade desses cargos para o Poder Legislativo. Essa revolta foi vista como uma quebra da hierarquia pelos oficiais das Forças Armadas, o que só aumentou a insatisfação desses com o presidente, uma vez que ele ofereceu o perdão aos revoltosos e ouviu suas pautas²⁰⁷.

No entanto, para além dessa insatisfação – pontual, mas importante –, havia uma ideologia mais profunda que permeava as ações das Forças Armadas. Era a ideologia da Doutrina de Guerra Revolucionária²⁰⁸, baseada na experiência da Guerra da Argélia, segundo a qual as Forças Armadas entendiam que seu papel era também de vigiar o país contra o que era entendido como o “inimigo interno”. Essa, associada a uma outra doutrina que era a Doutrina de Segurança Nacional²⁰⁹, que fundamentou as ditaduras militares instauradas nos

206 As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram uma série de manifestações públicas ocorridas em diferentes regiões do Brasil, entre os dias 19 de março e 8 de junho de 1964. Elas foram, alegadamente, uma reação ao comício da central do Brasil e serviram como um pretexto político ao golpe militar naquele ano. Foram promovidas pelos setores golpistas nacionais e internacionais. O conteúdo das marchas, que contavam com a adesão de entidades civis, como grupos religiosos e outros, era notadamente conservador e anticomunista.

207 A Revolta dos sargentos, como ficou conhecida, foi uma rebelião promovida por cabos, sargentos e suboficiais das Forças Armadas – notadamente da Força Aérea e da Marinha – em 12 de setembro de 1963. Esses militares se insurgiram contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que reafirmava a ilegitimidade de pessoas que ocupassem essas patentes para os órgãos do Poder Legislativo.

208 A Doutrina de Guerra Revolucionária concebia o avanço comunista sobre o país como sendo composto por etapas diferentes: a ação psicológica, a formação de uma rede de organizações locais, a infiltração no aparelho estatal, a agitação social, a guerrilha e o terrorismo, a criação de zonas separadas do alcance do exército e, finalmente, a tomada violenta do poder. Segundo essa doutrina, o avanço comunista já estaria em curso no país e seria necessária a criação de um regime de exceção para contê-lo.

209 A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), era uma doutrina de Estado centrada em uma visão autoritária de segurança e conservadora de desenvolvimento. Pretendia submeter a nação a uma política de segurança capaz de rechaçar o comunismo e transformar o Brasil em uma potência capitalista, concebendo a necessidade de uma guerra total contra aquilo que era considerado o “inimigo interno” – notadamente movimentos sociais e a esquerda organizada. Essa doutrina dava pretexto para uma série de atrocidades cometidas pelo

anos seguintes pelo Cone Sul²¹⁰, justificava essas ditaduras, segundo as quais a segurança do país contra esses inimigos internos deveria ser garantida às custas das liberdades democráticas e dos direitos civis. Essas doutrinas foram sendo alimentadas por anos, tanto por instituições militares, como a Escola Superior de Guerra (ESG)²¹¹, quanto nos espaços civis-militares, como o IPES²¹². Assim, múltiplos setores das Forças Armadas passaram a se ver no direito – ou mesmo na obrigação – de intervir contra a soberania popular e a Constituição, interrompendo a experiência democrática e dando um golpe a favor “da ordem”.

Se as preparações para o golpe já vinham se desenhando ao longo do ano, o ato em si teve início na madrugada na passagem do dia 31 de março para o 1º de abril. A rebelião começou em Minas Gerais, estado em que o governador Magalhães Pinto²¹³ apoiava o movimento que se preparava nas Forças Armadas com a liderança de Castelo Branco²¹⁴. O governador lançou um manifesto pedindo a deposição do presidente, e o comandante Olímpio Mourão Filho²¹⁵, apoiado por ele, decidiu antecipar os movimentos que eram preparados para a derrubada de Goulart pela via militar. As forças mineiras, então, partiram em direção à capital para realizar o intento. Não houve resistência. O movimento militar ocorreu de maneira descentralizada. Quando iniciado, repercutiu rapidamente, e os diversos comandantes, um a um, foram aderindo ou não resistindo ao golpe. O presidente, vendo pouca possibilidade de resistir e antecipando a possibilidade de um desfecho sangrento, decidiu partir para o Rio Grande do Sul.

No dia 2 de abril, uma sessão do Congresso oficializou o golpe. Embora o presidente continuasse em território nacional, os deputados, a fim de depô-lo, consideraram que ele

regime, bem como para o cerceamento da liberdade. Embora essa visão da DSN fosse disseminada mesmo entre grupos da sociedade civil, entre a oficialidade a visão predominante era a da Doutrina de Guerra Revolucionária.

210 A expressão Cone Sul corresponde às regiões austrais da América do Sul. Quando falamos das ditaduras do Cone Sul buscamos agrupar um conjunto de ditaduras relacionadas entre si que possuíam características em comum, mais destacadamente no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

211 A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em agosto de 1949, era um instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, submetido ao Ministério da Defesa do Brasil.

212 O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi fundado em 29 de novembro de 1961. Além de disseminar propaganda anticomunista, também foi um núcleo da conspiração golpista de 1964, sendo partícipe do governo militar. Junto com o IBAD, sua entidade irmã, foi um “*think tank*” importante para a idealização e realização do golpe.

213 José de Magalhães Pinto (Santo Antônio do Monte, 28 de junho de 1909 – Rio de Janeiro, 6 de março de 1996) foi um advogado, economista, banqueiro e político brasileiro. Foi um dos principais conspiradores e apoiadores do golpe militar de 1964, ocasião na qual era governador de Minas Gerais.

214 Humberto de Alencar Castello Branco (Fortaleza, 20 de setembro de 1897 – Fortaleza, 18 de julho de 1967) foi um militar e político brasileiro, tendo sido tanto um dos articuladores do golpe militar de 1964 como o primeiro Ditador Militar no período após o golpe.

215 Olímpio Mourão Filho (Diamantina, 9 de maio de 1900 – Rio de Janeiro, 28 de maio de 1972) foi um militar brasileiro conhecido como autor do Plano Cohen – documento forjado para justificar o golpe de Estado de 1937 – e precipitador do golpe de Estado de 1964.

estaria ausente e declararam vaga a presidência da República²¹⁶. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente o cargo, mas, na prática, o país já estava sob comando do general Humberto de Alencar Castelo Branco, fato que seria oficializado dias depois por uma “eleição” indireta realizada no Congresso Nacional.

15. Paulo foi ficando cada vez mais isolado à medida que alguns antigos amigos e admiradores dentro da Igreja se afastavam dele. A Igreja Presbiteriana de Florianópolis acabou por cassar a palavra de Paulo e lhe retirou o apoio²¹⁷.

Também na Assembleia Legislativa, os antigos colegas voltaram as costas para ele. Um dossiê foi encaminhado para a Assembleia pelo 5º Distrito Naval²¹⁸, acusando Paulo de atividades subversivas, e um prontuário foi encaminhado pelo Secretário de Segurança Pública²¹⁹ – que havia mandado vigiar a casa de Paulo. Os deputados rapidamente se puseram a trabalhar para cassar seu mandato. Formaram uma comissão especial, analisaram os documentos, apressaram os prazos de entrega tendo em vista um telegrama do General de Brigada Ernesto Geisel²²⁰ e, ignorando as determinações do Ato Institucional n.1²²¹,

216 Do Congresso, os deputados golpistas afirmavam que estava vaga a presidência da República:

Sr. Presidente:

A resposta a esta questão de ordem está não apenas no regimento, como nos fatos. Em 1961, para tomar conhecimento de gravíssima ocorrência na vida brasileira, o Congresso Nacional se reuniu seguidamente. Permaneceu mesmo em sessões permanentes das duas Casas porque assuntos dessa natureza só podem ser apreciados pelas Casas reunidas. (palmas prolongadas e protestos).

A presidência deve concluir a sua comunicação.

O Sr. Presidente da República deixou a sede do governo (protestos, palmas, não apoiados). Deixou a nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. (apoiados, ‘muito bem’).

O Sr. Presidente da República abandonou o governo. (aplausos calorosos, tumulto. Soam insistentemente as campainhas).

Sr. Presidente:

A acefalia continua. Há necessidade de que o Congresso Nacional, como poder civil, imediatamente tome atitude que lhe cabe, nos termos da Constituição. (palmas, protestos), para o fim de restaurar, na pátria conturbada, a autoridade do governo, a existência de governo. Não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado. (Palmas, tumulto).

Há sob a nossa responsabilidade a população do Brasil, o povo, a ordem. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República (palmas prolongadas, protestos) e, nos termos do art. 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

(Palmas prolongadas e protestos)

G1. *Ouçã o áudio e leia trechos da sessão do Congresso que depôs Jango*. Brasília, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/ouca-o-audio-e-leia-trechos-da-sessao-do-congresso-que-depos-jango.html>. Acesso em 22 jun. 2022.

217 Apenas em 19 de outubro de 1999, a Igreja Presbiteriana de Florianópolis, se retratou e devolveu a Paulo Wright o seu lugar como membro e presbítero da Igreja, anulando as decisões tomadas àquela época.

218 O 5º Distrito Naval corresponde à Base Naval do Rio Grande no Rio Grande do Sul.

219 Na época o Secretário de Segurança Pública era Jade Saturnino Vieira Magalhães, advogado e natural de caçador. Mais tarde no mesmo ano, em maio, o governador Celso Ramos substituiu Magalhães por Danilo Klaes, Coronel de Infantaria, devido à desconfiança que os militares tinham em relação àquele.

220 Ernesto Beckmann Geisel (Bento Gonçalves, 3 de agosto de 1907 – Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1996) foi um político e militar brasileiro, sendo ditador do país entre 1974 e 1979.

decidiram cassar o mandato de Paulo com base no regimento interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

No dia 9 de maio de 1964, as bancadas dos partidos faziam suas declarações de voto:

A Bancada da União Democrática Nacional declara que votou favoravelmente ao parecer da Comissão de justiça, declarando vago o mandato do Sr. deputado Paulo Stuart Wright, entre outras, pelas seguintes razões: 1) Demonstradas estão as ligações do referido deputado com elementos reconhecidamente subversivos. A) O Partido Trabalhista Brasileiro, em convenção realizada para organizar as listas de candidatos a deputado em 1962, resolveu excluir o nome do Sr. Paulo Wright, já naquela época conhecido como integrante da extrema esquerda. B) O Partido Social Progressista, que acolheu na sua legenda e permitiu a eleição do Sr. Paulo Wright, expulsou-o tão logo tomou conhecimento de suas ligações com o comunismo. C) Pregou, na tribuna da Assembleia, nos comícios e nos sindicatos, as mesmas ideias do conhecido agitador padre Alípio de Freitas²²² e dos ex-deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Neiva Moreira²²³ e outros elementos ligados à subversão. D) O ‘dossier’ da Secretaria de Segurança Pública e as averiguações sumárias procedidas pelo Comando Militar trazem provas suficientes para dar cobertura ao óbvio, que de prova não necessitava. A bancada da UDN, ao votar pela cassação do mandato do citado parlamentar, fá-lo após sereno exame do problema de onde emergiu, límpida, a conclusão expressa em seu voto: a incompatibilidade de suas ideias e de sua atuação com o sistema democrático que nos incumbe, como Assembleia da Revolução, defender e preservar.²²⁴

A bancada do PSD:

Declaramos ter votado pela aprovação do projeto de cassação do mandato do deputado Paulo Stuart Wright convencidos de que o Poder Legislativo tem competência para apreciar a matéria dessa natureza, sem ferir os princípios consagrados no artigo 10 do Ato Institucional, que delega essa atribuição ao Presidente da República, através do processamento sumário pelo Conselho de Segurança Nacional, e ainda porque a documentação constante do inquérito enviado

221 O Ato Institucional nº 1 dava poderes extraconstitucionais apenas à figura do Presidente da República, e não às câmaras e assembleias:

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Ainda reiterando essa interpretação – de que a câmara ou as assembleias não eram competentes para tirar-lhe o mandato: Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

BRASIL. Presidência da República. ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Disponível em: https://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Legisla%C3%A7%C3%A3o_documento_jur%C3%ADdico. Acesso em 13 jul. 2022.

222 Alípio Cristiano de Freitas, também chamado Padre Alípio de Freitas (Bragança, 17 de fevereiro de 1929 – Lisboa, 13 de junho de 2017), foi um jornalista e professor universitário português, nacionalizado brasileiro. Com o golpe de 1964, ele se exilou no México e, mais tarde, em Cuba, regressando ao país em 1966. Foi um dos mais importantes líderes da Ação Popular (AP).

223 José de Guimarães Neiva Moreira (Nova Iorque, 10 de outubro de 1917 – São Luís, 10 de maio de 2012) foi um jornalista e político brasileiro, fundador do *Jornal do Povo* e deputado federal de 1954 até o golpe militar de 1964, quando teve seu mandato cassado com o AI-1.

224 WRIGHT, op. cit., p. 43.

pelo comando do 5º Distrito Naval e pela Secretaria de Segurança Pública comprova as atividades subversivas desse parlamentar.²²⁵

A bancada do PTB:

Declaramos ter votado pela aprovação do Projeto de Resolução n 2/64, por nos mantermos com a decisão da Convenção Regional do PTB, tomada em 1962, neste Estado, e que fazem fé os documentos às fls. 7, 8 e 9 do processo enviado a este poder pelo 5º Distrito Naval e relativo à conduta política do referido parlamentar. Declaramos, ainda, não ter havido unanimidade da bancada – frente ao que dispõe o Ato Institucional, o Decreto que regulamentou, e a Constituição de Santa Catarina – quanto à competência desta Assembleia para cassar o Mandato Legislativo da maneira como o fez.²²⁶

A Bancada do Partido Democrata Cristão:

Declaramos que votamos a favor da cassação do mandato do deputado Paulo Stuart Wright por estar comprovada a sua atividade subversiva.²²⁷

Perseguido por todos os lados, Paulo se viu forçado a sair do país para reorganizar a sua luta. Foi para Cuba, via México. Edi, ao mesmo tempo, arrumava as suas malas para ir com os filhos do casal, João Paulo e Leila, para Curitiba.

225 Ibid., p. 44.

226 Ibid., p. 44.

227 Ibid., p. 44.

4 A LUTA CONTRA A DITADURA – DE CRISTÃO A SUBVERSIVO (1964-1973)

1. Em abril de 1964 começava uma das épocas mais difíceis da vida tanto de Paulo quanto de sua companheira Edimar. Ele, que perdera seu mandato como deputado – e, na sequência, acabaria provavelmente preso – refugiou-se na Embaixada do México no Rio de Janeiro, juntamente com outros companheiros, como o padre Alípio²²⁸. De lá, partiram para o exílio no México. Edi, por outro lado, ficou no Brasil com os dois filhos do casal. Ela precisou recorrer à sua avó, que a tinha criado. Foi morar em uma chácara sem água corrente e luz elétrica em Cachoeira, um bairro de Curitiba. Lá, teve que começar uma nova vida, sofrendo do julgamento daqueles que viam aquela mulher com duas crianças e sem o marido.

Edimar tinha consigo uma procuração que fora deixada por Paulo, documento que a autorizava a sair do Brasil com as crianças, mas ela resistia a essa ideia. Não via condições de criar a sua família no exílio em um país estranho, sozinha com Paulo e cheia de incertezas sobre como iriam se estabelecer e viver dali para frente. Ela decidiu não o acompanhar e ficar no Brasil. Em cartas, Paulo buscava, mesmo mostrando que a compreendia, sensibilizá-la de alguma maneira, com carinho, para que ela não desistisse de estar ao seu lado. Nesses escritos, recordava de outros momentos em que ela o havia acompanhado, apoiando suas candidaturas e sendo solidária – não sem sacrifícios – à sua causa²²⁹.

Em junho de 1964, Jaime Wright recebia notícias do México. Ele havia pedido a Paulo que buscasse formular um documento endereçado aos generais, no comando do país, ou à Assembleia, que o cassou, para tentar reverter a sua situação, apresentando a sua defesa em relação às acusações que lhe faziam. Paulo escrevia de volta, preocupado que Edi não respondia suas correspondências²³⁰ – ele temia que estivesse havendo retenção de cartas. Agradecia ao irmão por estar cuidando de sua família. Porém, se recusava a dialogar com os golpistas:

Preciso deixar claro que não voltaria nunca ao Brasil se isto dependesse de qualquer concessão de generais. Penso em voltar ao Brasil o mais breve possível, mas a um país onde ninguém precise andar se não com a cabeça erguida, pois não me conformarei jamais em ver nosso povo continuar humilhado e oprimido como está. Quanto ao documento, poderei tentar escrever alguma coisa, pois não sou bom

228 Alípio Cristiano de Freitas (Bragança, 17 de fevereiro de 1929 – Lisboa, 13 de junho de 2017) foi um jornalista e professor universitário português nacionalizado brasileiro que ajudou a fundar a Ação Popular (AP) no país. Mais tarde, rompeu com a organização e fundou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Em 1970, quando era dirigente dessa segunda organização, foi preso, sendo libertado apenas em 1979.

229 WRIGHT, Delora Jan. *O Coronel tem um segredo*: Paulo Wright não está em Cuba. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 47.

230 Edimar ficou muito tempo sem responder as cartas de Paulo. É difícil saber exatamente o motivo: talvez não entendesse ou aceitasse que ele tivesse partido; talvez esperasse que logo ele estaria de volta e poderiam conversar pessoalmente. Provavelmente, lhe faltavam forças para encarar a distância imposta e, como mais tarde escreveu Jaime, ela estaria evitando causar “dissabores” a Paulo nessa situação.

escritor, mas nunca uma defesa própria, pois pessoalmente não tenho do que me defender, pois sabe você que se tivesse cuidado dos meus assuntos particulares e dos de minha família (que eu muito amo) não estaria nessa situação. Nunca me sujeitaria a uma situação onde tenha que me defender por ter me colocado, ainda que com timidez, ao lado do povo que eu tinha por obrigação servir. Estou convencido que só me resta a insurreição e a luta clandestina. Peço a Deus que me dê forças para continuar a servi-lo e ao meu povo na única maneira que me parece possível. [...]

Não aceito favor nenhum daquela Assembleia Legislativa que não respeitou a vontade popular que mal ou bem lhe dava certa legitimidade. Não só isso, mas não posso aceitar nunca o ato praticado como sendo pessoal contra mim ou contra minha família, pois Edi estava solidária comigo na luta. Estou convencido também que a solidariedade que você e sua família sempre e tão generosamente me prestaram não poderia nunca ser barateada numa evidente deturpação do sentido do testemunho que sempre serviu de motivação e fundamento à minha atividade política. Presta-me dizer isto porque em termos práticos de sobrevivência você conhece minha situação; mas não será por esse prato de lentilhas^[231] que trocarei nem minha família, nem muito menos o pouco que pude fazer como deputado. [...] Creio que neste sentido a cassação do meu mandato é um atestado que meu esforço não foi totalmente em vão. Escrevo estas coisas para que você saiba que não me arrependo de nada do que fiz e nem pretendo desistir da luta que iniciei em obediência ao chamado do nosso Senhor comum. Peço-lhe que você mostre esta carta à Edi. Agradecendo mais uma vez as tantas provas de amizade com que você nos tem cercado, envio-lhe o meu mais fraterno e caloroso abraço a você e a toda família. Paulo.²³²

Durante os meses que se seguiram, Paulo conviveu com os outros asilados em um hotel que o governo mexicano lhes reservara. Ele continuava a escrever para Edi, mas sem obter respostas. No México, conseguiu trabalho em uma escola preparatória, ensinando inglês, o que o ajudava a ocupar o tempo e a conseguir algum recurso financeiro. Depois desse momento, mudou-se para o Seminário Luterano. O que Paulo não sabia é que Edi esperava mais uma criança – e quando soube já era tarde demais. O irmão comunicou a ele a perda. Um reverendo havia visitado Jaime e o informado sobre o aborto espontâneo que ela havia sofrido. Edimar, que estava saudável apesar do ocorrido, decidiu permanecer em Curitiba²³³. Era o segundo filho que o casal perdia. Jaime buscava oferecer sua amizade e mostrava certa preocupação com a postura de Paulo:

Você não precisa se preocupar com quaisquer prováveis atitudes minhas sobre o que você escreveu ou sobre suas ideias. Você bem sabe, há muito tempo, a irrestrita confiança que deposito em você e nos seus propósitos. Nem sempre vejo com completa clareza as realidades políticas e econômicas que motivam as suas ações e os seus pensamentos. As suas atividades^[234] têm me forçado a ler com maior profundidade sobre o que ocorre em nossa Pátria^[235]. Sou, reconhecidamente, um ardoroso defensor das suas teses e do seu trabalho. Às vezes, sinto-me frustrado em não poder participar mais ativamente de tais atividades, por circunstâncias que você

231 Referindo-se à possibilidade de conseguir um perdão por meio de um possível documento que poderia endereçar à Assembleia.

232 WRIGHT, Paulo Stuart, 1964 apud WRIGHT, 1993, p. 47-49.

233 WRIGHT, 1993, p. 49.

234 Jaime referia-se, aqui, às atividades que teriam levado Paulo e outros a serem forçados ao exílio pela ditadura que se instalara no país, em função de sua atuação política, sem ter de falar quais atividades seriam essas, pois a correspondência poderia estar sendo espionada.

235 “O que ocorre em nossa pátria” era um meio de se referir à Ditadura Militar que se instaurou com o golpe de 1964 sem deixar explícito do que se estava falando.

conhece. Não sei se eu estaria disposto a sacrificar a família como você fez. Devo, também, não somente reconhecer as limitações que me são próprias como também o sentido claro da missão que Deus me confiou^[236]. Não exagero a importância da minha participação na vida da Igreja nestes dias, com especial referência à luta que se trava quanto aos rumos que ela deva tomar^[237].²³⁸

Jaime, entretanto, se mostrava preocupado com dois aspectos da carta de Paulo:

O tom exasperado de alguns comentários, plenamente justificável para quem está na sua condição de exilado, e longe da família; mas comentários que não deixam de revelar algum ódio^[239].

A afirmativa ‘Estou convencido que só me resta a insurreição e a luta clandestina’. Como político eu poderia chegar à mesma conclusão. Para mim existe o problema de ‘promover’ versus ‘participar’. A minha dúvida surge, talvez, das funções diversas em que Deus nos colocou. Creio que valerá recorrer ao conceito de Deus na história, Soberano ainda. A insurreição traz para mim a ideia de desespero, do abandono de Deus^[240] nesta época da história.²⁴¹

Paulo se sentia incompreendido por Jaime, que via sua recusa em defender-se das acusações como uma atitude passional, e tentava esclarecê-lo:

Posso assegurar-lhe, para sua tranquilidade, que não existe ódio no meu coração, muito menos contra pessoas que não conheço. Se alguma coisa me preocupa, neste sentido, é talvez a tendência de estoicismo^[242]. Parece que o sentido de obediência, como tenho sentido, tende a racionalizar as coisas com prejuízo mesmo de minhas emoções, ou daquilo que meus sentimentos me conduziram a fazer. Não me recordo, por exemplo, de maior emoção do que senti ao pedir-lhe que cuidasse da minha família, o que para mim caracterizou minha incapacidade de levar adiante um dos mais sérios compromissos que já assumi na minha vida. Se é a referência aos generais que lhe deu essa impressão, pode estar sereno que não conheço nenhum general que mereça tanto. O que quero dizer é que não confio nem estou disposto a confiar neles, por sua posição. Vale infinitamente mais para mim uma amizade como a sua, ou mesmo do W., a quem não conheço pessoalmente, do que a proteção de 200 generais. No entanto, este assunto poderá ainda ser examinado. Quando falo insurreição, não me refiro à atitude emocional, mas ao ato deliberado de atuação pela mudança de todo o sistema. Ainda que voltasse a atuar dentro dos caminhos tradicionais^[243], não o faria com o propósito de reformar^[244] o que aí está. Não

236 Os irmãos tinham uma interpretação própria que aparece, sucessivamente, em suas cartas trocadas, sobre o chamado que Deus teria feito a cada um deles. A vocação de Jaime seria como reverendo e líder eclesiástico, já a de Paulo seria a política ao lado dos mais pobres e necessitados. De qualquer forma, na troca de cartas, ambas as vocações tinham um sentido religioso.

237 Jaime se via como participando de uma luta pelo destino da Igreja, ou seja, uma luta interna e institucional. Essa luta que ele sempre travou culminou, mais tarde (1979), no rompimento com a IPB e fundação da IPUB.

238 WRIGHT, Jaime, 1964 apud WRIGHT, 1993, p. 50 – 51.

239 Jaime se referia, aqui, ao modo como Paulo falou dos generais, que o mandaram prender, e da Assembleia, que o destituiu.

240 Há uma discordância, aqui, entre os irmãos. Paulo via a insurreição contra a Ditadura como uma necessidade histórica, enquanto Jaime ainda acreditava que seria possível derrubá-la por outros tipos de luta: a insurreição para ele parecia, então, um ato de desespero.

241 WRIGHT, Jaime, 1964 apud WRIGHT, 1993, p. 50 – 51.

242 O que Paulo quer dizer aqui, ao referir-se a uma “tendência ao estoicismo”, é que ele aceitava as condições materiais e de vida impostas a ele pela sua luta. Mesmo tendo que se afastar da família e fugir do país, ele não sentia raiva nem estava inconformado com a realidade que se impunha a ele.

243 Os caminhos tradicionais aos quais Paulo se refere seriam os caminhos da política institucional, aos quais havia se dedicado antes do golpe de 1964. Ao dizer “ainda que eu voltasse a atuar dentro dos caminhos tradicionais” o que ele quer dizer é que essa não era a sua intenção, seja por não haver essa possibilidade ou por não acreditar mais que esse meio era o adequado para a transformação que pretendia.

244 Nesse trecho, Paulo apresenta o que, desde esse momento, aparece como uma autocrítica de sua posição política. Ele via sua atuação até então como reformista – ou seja, ele teria acreditado que era possível alcançar o caminho da

perderei, creio, mais tempo em colocar remendos novos em roupa velha. Não há, pode ter a mais absoluta certeza, qualquer desespero nesta atitude. Pelo contrário, há a confiança de que a injustiça que prevalece temporariamente não subsistirá^[245], e que o nosso esforço neste sentido não será em vão^[246]. Desesperador para mim seria a perspectiva de ter que continuar a lutar para consertar aquilo que não tem mais remédio como se estivesse eu preso a alguma ideologia ou algum sistema particular^[247]. Quero, a fim de que não surja dúvida no seu pensamento, deixar bem claro que também não me arrependo de nada do que tenha feito. Fiz o que fiz no sentido de testemunhar a fé que nos une, e não julgo que tenha perdido tempo. Se me arrependo de algo é de não ter feito mais, ou porque me faltou força ou maior compreensão^[248]. E, se alguma coisa pude fazer, em termos humanos, fi-lo somente graças à ajuda e solidariedade de alguns poucos amigos, entre os quais você sempre esteve presente de uma forma muito especial.

Ainda em relação ao problema da ‘insurreição’, gostaria que você ponderasse que, em relação às atuais estruturas do mundo, não resta aos cristãos outra atitude senão a de insurrectos^[249]. Não creio que esteja deturpando o sentido. Quanto ao caráter clandestino da luta, isto não depende de nós, mas do grau de liberdade que temos ou não para conspirar^[250].

O que falo das estruturas em geral parece aplicar-se também à Igreja, pois antes de ser proclamadora da nova era que aguardamos, tornou-se na sua estrutura como que um vestido, hoje de importância secundária na presente sociedade. Creio que das estruturas eclesiais que aí estão, muito pouco ou nada se aproveita. Parece que terá que se começar bem de baixo^[251]. Não sei quem fará o trabalho de demolição que necessariamente terá que preceder ao trabalho de reconstrução. É possível que Deus escolha, como em outras épocas, homens ou forças que não estejam incluídas por nós na nossa atual comunidade^[252].²⁵³

transformação social a partir de reformas graduais nas estruturas sociais presentes. Nessa carta, ao apresentar uma posição de que não buscaria mais “reformular o que está aí” ele apresentava uma posição revolucionária, ou seja, estava defendendo a ideia de que não seriam transformações graduais a partir de reformas que poderiam alterar a realidade social, mas apenas o advento da revolução.

245 Aqui, Paulo sugere uma ideia recorrente nas correntes marxistas dessa época, que é a ideia de que existiria uma inevitabilidade da revolução, que seria consequência do próprio desenvolvimento das forças materiais.

246 Paulo enxergava, aqui, seu papel como parte de algo maior. Sendo a revolução uma consequência natural do processo histórico brasileiro, sua atuação enquanto revolucionário não seria “em vão”, e sim parte do devir histórico.

247 Para Paulo, o capitalismo no Brasil não possuía mais “remédio”, ou seja, não poderia ser consertado. Assim, a ideia das “reformas” dentro do capitalismo só se justificaria por um apego ideológico ao sistema capitalista. Pelo contrário, a ideia da revolução seria um ato de desapego ao sistema.

248 Paulo firmava aqui uma posição, de acordo com a sua visão sobre a sua postura frente à realidade brasileira: não pediria desculpas nem voltaria atrás de suas posições. Pelo contrário, enxergava esse como um momento de firmar posição de modo coerente com o que sempre tinha acreditado. Ao mesmo tempo, apresentava a possibilidade de uma autocrítica – de que talvez não tivesse feito mais por falta de força ou compreensão. Não haveria, então, qualquer caminho para o arrependimento.

249 Paulo, aqui, se aproximava da visão cristã do tema da Revolução. Ou seja, a insurreição não seria um ato de desespero, como dizia seu irmão Jaime, mas sim uma necessidade histórica com base nos próprios princípios cristãos – tratava-se também de um mecanismo de convencimento, apelando para os princípios do irmão.

250 Ou seja, a luta que Paulo empreendia, em favor dos “de baixo” era uma luta considerada por ele como inevitável, como já vimos. Por outro lado, as condições em que essa luta se empreendia eram dadas pelas possibilidades da realidade: não era mais possível lutar fora da vida clandestina, visto que muitos dos “lutadores” se viam forçados ao exílio, à prisão ou à clandestinidade.

251 Aqui, Paulo fazia uma possível provocação ao seu irmão: Jaime se via na tarefa de atuar junto à comunidade eclesial, e apresentava uma postura reformista. Paulo – talvez também magoado com a sua expulsão da igreja – por outro lado, via as estruturas eclesiais como um edifício velho que teria que ser demolido para a construção de um novo. Além disso, a atuação dentro das igrejas não parecia, para ele, contribuir centralmente para a luta política.

252 Paulo via a reforma das instituições eclesiais como um trabalho que precisaria, possivelmente, ser feito de fora para dentro, por outras forças que não estavam ainda participando ativamente das igrejas.

253 WRIGHT, Paulo Stuart, 1964 apud WRIGHT, 1993, p. 50-54.

Paulo continuava a carta fazendo um pedido ao seu irmão: que comprasse uma lápide para o túmulo em que estavam sepultados a mãe deles e Charles, o filho dele e de Edimar que morreria no parto. Ele mencionava, ainda, ter recebido do professor Granville Hamilton um cheque para ajudar nessas despesas e pretendia informar-lhe das providências tomadas. Lamentava, talvez pela perda de outro filho no aborto de Edi, os fatos que haviam levado à morte o primogênito no hospital ligado ao IAPI, quando lhes garantiram no instituto que haveria um médico plantonista, o que não se comprovou. Mencionava que essa falta de assistência hospitalar no parto era a mesma que acometia tantas famílias no Brasil: contra ela a mãe deles havia lutado e, por causa dela, também falecera Charles²⁵⁴.

Em novembro de 1964, Paulo planejava ir do México para Cuba. Anunciava para seu irmão em código, referindo-se ao país como “fazenda do Dr. Cepeda”, um apelido utilizado pelos dois. Ele estava preocupado com a falta de notícias de Edi, que não respondia suas cartas, e com o fato de ela não estar disposta a mudar-se com ele. Tentava assegurar que “onde mora o Dr. Cepeda” haveria melhores condições de vida e trabalho e nada faltaria para a família²⁵⁵.

Ainda que não recebesse cartas de sua esposa, Paulo continuava a corresponder-se com ela. Falava sobre o quanto a amava e o quanto necessitava de seu companheirismo e solidariedade, embora também entendesse que, naquele momento, tão pouco pudesse oferecer para ajudá-la e ampará-la como ela própria necessitava. Refletia sobre a sua luta, fundada na consciência social, na solidariedade e na fé em Cristo, que o levava a estar nessa situação, longe deles. Entendia também que, por essa luta, sua família acabava pagando um preço muito alto. Tentava mostrar o quanto desejava estar com eles, ainda que por sua militância e pela situação do país não o pudesse. Ele tentava consolá-la sobre sua segurança e o apoio que estava recebendo dos companheiros. Por fim, afirmava sua confiança e sua fé no amor que os unia, mesmo que estivessem distantes no momento²⁵⁶.

Era Jaime quem dava a Paulo as notícias sobre Edi. Ela não tinha intenções de acompanhá-lo, dada toda a insegurança que isso trazia para sua família. Preferia, do contrário, arranjar um emprego e trabalhar. Sentia-se muito angustiada e chegava a pensar na separação definitiva. O irmão, que os havia casado, se mostrava menos sensível às angústias dela por ser, nesse sentido, um homem mais conservador: acreditava que o lugar da esposa era com seu marido, de acordo com os votos que haviam trocado “na presença de Deus”. Ele, que

254 WRIGHT, 1993, p. 51-54.

255 Ibid., p. 54.

256 Ibid., p. 54-55.

compreendia o sacrifício que envolvia a “vocação” de seu irmão, se via exausto de ter que defendê-lo – às vezes sozinho – contra todos, com base no amor, na admiração e na amizade que nutria por Paulo. Não queria abrir uma nova frente em defesa de Paulo logo com sua esposa – não podia, então, ampará-la ou apoiá-la²⁵⁷.

Em novembro, Paulo, que refazia seus contatos com o pessoal da Igreja presbiteriana, já estava em Cuba, porém, iniciava suas preparações para voltar clandestinamente ao Brasil. Escrevendo novamente a Jaime, ele pedia que não fosse duro no seu julgamento sobre Edi, que se este tivesse de cair sobre alguém, que fosse sobre ele próprio, que teria, possivelmente, exigido demais do amor que ela tinha – o que ela sempre havia correspondido. Pedia para o irmão entender o quanto ela precisava de apoio para estar ao lado dele nesse momento difícil – especialmente para a possibilidade de decidir acompanhá-lo. Afirmava novamente que ela não passaria necessidade se o acompanhasse em Cuba – escreveria novamente a ela a esse respeito. Por fim, pedia, em caso de emergência, que Jaime e sua esposa, Alma, cuidassem de Leila e João Paulo, reiterando o pedido que já lhe havia feito, de que fosse responsável pela família na sua ausência²⁵⁸. Talvez sensibilizado pela carta de Paulo, Jaime decidiu encontrar-se com Edi.

Jaime escreveu a Paulo que havia se encontrado com ela e conversado “heart-to-heart”. Nessa carta, ele justificava a dificuldade de Edi em responder as correspondências para “não causar dissabores”. Ele justificava que ela estaria preocupada especialmente com as crianças. Estas estariam em boas condições no momento e teriam sido carinhosas com Jaime e Alma. De algum modo, aquilo o tocou: estava convencido que o melhor para a família era que eles permanecessem em Cachoeira.

Por outro lado, um ponto Jaime buscava justificar a Paulo: Edimar havia recorrido a contatos no PDC (partido do então governador do Paraná, Ney Braga²⁵⁹) para conseguir ser nomeada professora na Escola Rural da localidade. Para evitar a oposição de Paulo a esse recurso, Jaime utilizava-se de dois argumentos principais: primeiro, que esse também era o partido de Paulo de Tarso²⁶⁰; segundo, que ele também havia se utilizado da sigla do PSP

257 Ibid., p. 55-57.

258 Ibid., p. 57-59.

259 Ney Aminthas de Barros Braga (Lapa, 25 de julho de 1917 – 16 de outubro de 2000) foi um militar e político brasileiro que, pelas suas relações com os setores militares, aderiu totalmente ao golpe de 1964.

260 Paulo de Tarso Santos (Araxá, 12 de janeiro de 1926 – São Paulo, 13 de julho de 2019) foi um advogado, professor e político brasileiro. Foi deputado em 1961 e ministro da educação em 1963, no governo João Goulart. Além de ter tido seu mandato cassado, foi preso mais de uma vez durante a Ditadura Militar em decorrência de sua atuação política.

como mecanismo para viabilizar o seu trabalho, ou seja, assim como aquele partido havia sido um instrumento para ele, esse poderia legitimamente ser um instrumento para sua esposa²⁶¹.

No primeiro semestre de 1965, Paulo andava fazendo palestras por várias cidades de Cuba, conversando com jovens e ouvindo os revolucionários. Foi quando um professor do Seminário Evangélico de Teologia em Matanzas²⁶² escreveu sobre a visão de Paulo a respeito da Igreja em uma sociedade socialista:

O jovem deputado do Brasil, Paulo Wright, presbiteriano, cujos familiares mais chegados são pastores, de profundos conhecimentos teológicos, afirmou recentemente em Havana:

“Creio que a fé cristã não se identifica com nenhum sistema político-econômico em particular^[263]. Ao mesmo tempo o homem pode ser socialista e os fatos dizem que existem muitos cristãos que o são. Entendo que nós, como cristãos, temos a obrigação de reagir precisamente na hora que nos toca viver. No mundo de hoje se vislumbra uma coincidência entre as aspirações dos cristãos e dos socialistas^[264] quanto à vida humana, isto é, justiça e bem-estar do homem.

Os termos ‘dê cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades, aquele que não trabalha não come, com o suor de tua fronte viverás, são expressões que refletem aspirações que são comuns a cristãos e a socialistas.’

Este homem do povo, que pode ser pastor e é leigo, estudante assíduo dos problemas da América Latina, que aspira a liberdade em todo o continente, enfoca a conduta do cristão na Cuba revolucionária e diz:

“Tenho sabido de participação de muitos cristãos no trunfo desta revolução^[265]. É um fato louvável. Entendo que agora os cristãos têm uma grande oportunidade para continuar trabalhando por uma sociedade onde se trabalha em benefício do homem. Nós não podemos nos manter alheios ao esforço que se realiza para o pleno aproveitamento dos frutos do trabalho do povo cubano em seu próprio benefício^[266]. O cristão deve ser o primeiro no serviço, imitando assim a Cristo que se fez servo de toma a humanidade”^[267].²⁶⁸

Ao mesmo tempo que fazia essas falas, Paulo, assim como outros asilados, participava de um curso de guerrilhas com professores que tinham passado pela Revolução Cubana. Ele era jovem – 32 anos –, mas não tão jovem quanto muitos dos seus companheiros de luta da AP, que o chamavam de Tio.

261 WRIGHT, 1993, p. 59-60.

262 O Seminário Evangélico de Teologia em cuba é um seminário interdenominacional localizado em Matanzas, que oferece estudos em Teologia e Educação Cristã. Foi fundado em 1946 por três denominações protestantes distintas: a Igreja Metodista em Cuba, a Igreja Presbiteriana-Reformada em Cuba e a Igreja Episcopal de Cuba.

263 Ou seja, para ele a fé cristã não era, necessariamente, nem capitalista e nem socialista.

264 Ele apresentava, aqui, uma possibilidade de que, embora as aspirações dos socialistas não fossem necessariamente cristãs nem as aspirações dos cristãos necessariamente socialistas, existiria a possibilidade de uma coincidência entre tais aspirações no que tange à vida humana, à justiça e ao bem-estar.

265 Refere-se à Revolução Cubana.

266 As ideias de uma sociedade que trabalha “em benefício do homem” e do aproveitamento dos “frutos do trabalho em seu próprio benefício” faziam parte tanto da propaganda socialista da Revolução Cubana como faziam sentido para o socialismo de tipo humanista que defendia a AP.

267 Aqui, Paulo fechava o argumento central de seu discurso: se as aspirações dos cristãos e socialistas coincidiam e a sociedade socialista trabalhava em benefício do homem, caberia aos cristãos estarem à frente para servir a revolução, tal qual Cristo se fizera servo de toda a humanidade.

268 O JOVEM DEPUTADO DO BRASIL, PAULO WRIGHT, 1965 apud WRIGHT, 1993, p. 61-62.

2. Na segunda metade do ano de 1965, Paulo regressava para o Brasil, via Europa e Uruguai, para atuar na luta clandestina, com o codinome de João. Da Europa, ele escrevia bilhetes como exilado – provavelmente temendo que suas cartas fossem espionadas. Ao professor que lhe acolheu em Havana, agradecia e pedia desculpas por não ter podido se despedir. À sua família, por outro lado, não podia diretamente dizer que estava vindo para o país – ele era um homem procurado, precisaria comunicá-los de outra maneira. Buscava, entretanto, aproximar-se deles pelas cartas para preparar o terreno para a sua chegada. À sua filha, Leila, escrevia sobre a neve e pedia para ela ser boazinha, ajudar a mãe e cuidar de João Paulo. A Edi, endereçava um cartão postal – talvez um modo de indicar que estava em trânsito – dizendo o quanto a queria e o quanto a amava, e perguntando sobre as cartas dela – que não chegavam²⁶⁹.

Por meio de Jaime, Edimar havia pedido que Paulo se declarasse inocente para poder voltar a morar com sua família. Na última carta que ela recebeu, Paulo respondeu sobre a questão da inocência – que implicaria não apenas em negar, mas em cessar a sua luta. Ele explicava por que não deveria fazê-lo, argumentando com base na religião:

Sinto uma falta imensa do seu carinho, da sua companhia. A gente fica pela metade quando está só. É muito triste não tê-la sempre junto de mim. Você é a minha companheira que eu amo de todo o meu coração. Peço a Deus que dê forças para você suportar as dificuldades que tem de enfrentar e que abençoe nossos filhos. Às vezes penso que para o cristão o problema da inocência é encarado de uma forma diferente. Cristo nunca afirmou-se como um inocente. Pelo contrário, fez-se e proclamou-se culpado por todos nós^[270]. Acho que diante de tanta injustiça e miséria que vemos no mundo e da tanta opressão generalizada aos necessitados, proclamar-se inocente e querer afirmar-se como inocente é inconcebível para quem busca servir a Cristo. Querer ser inocente é aceitar as regras da injustiça, é aceitar passivamente a opressão, é não ter feito nada pelos que sofrem. Creio que é realmente impossível ser cristão e não ser subversivo diante da ordem vigente^[271], de ser fiel a quem trata de derrubar toda a autoridade, como nos fala São Paulo. Aceita todo meu amor e um beijo e muitos abraços com todo meu carinho que é só seu e que muito lhe quer. Amo-a. Paulo.²⁷²

Paulo, agora, era um clandestino, respondendo pelos nomes de Francisco de Paula Martins, ou Pedro João Tim, ou Jô, ou Antônio, ou Tio, ou Brum, ou Alfredo, ou Ernesto, ou João da direção da AP. Edi se distanciaria cada vez mais dele, não conseguindo acompanhar essa vida clandestina. Ainda em 1965, Paulo começou a atuar na reorganização da AP, reunindo-se com os demais líderes que voltavam do exílio. Ele ampliava seus contatos com

269 WRIGHT, 1993, p. 63.

270 Paulo buscava utilizar-se de temas religiosos, que faziam parte da formação tanto dele quanto de Edimar, para explicar sua posição. Aqui, ele se referia à visão corrente do cristianismo de que “Cristo morreu pelos nossos pecados”.

271 Ou seja, proclamar-se inocente seria trair todos aqueles pelos quais Paulo – seguindo o exemplo de Cristo – teria lutado por toda a sua vida.

272 WRIGHT, Paulo Stuart, 1965 apud WRIGHT, 1993. p. 63.

militantes de todos os cantos do Brasil, ao mesmo tempo em que, apesar da clandestinidade, retomava discretamente seus antigos contatos.

As campanhas das quais Paulo participava buscavam “radicalizar a luta institucional”²⁷³, fosse mobilizando as pessoas para o Movimento Contra a Ditadura, fosse pregando o voto nulo para 1966 – quando só foi possível votar no MDB e na Arena²⁷⁴ – os únicos partidos aceitos pela Ditadura.

Apesar do distanciamento inevitável que a clandestinidade impunha, Paulo tentava, quando podia, visitar a sua família – o que envolvia diversos procedimentos de segurança. Foi assim que entregou para Edimar o livro *Cristo e Cultura*, de Richard Niebuhr²⁷⁵, cuja introdução havia sido escrita por ele, que sintetizava:

É necessário que tanto a semente como a palavra morram para que possam ser úteis. A força da boa nova, como força de humanização, pressupõe, para sua eficácia, a destruição das estruturas que a contêm. Odres velhos não resistem ao vinho novo. A revolução, como renovação da vida humana, implica na destruição das estruturas de injustiça e dominação e a sua substituição por estruturas que atendam às necessidades e aspirações humanas, favorecendo a libertação do homem.²⁷⁶

Edi tentava entender e participar como podia da vida de Paulo. A pedidos dele, ela o acompanhou por algumas semanas, ficando com ele na casa de outro membro da direção da AP em São Paulo – ficavam lá, pois, apesar de ser da direção, ele não tinha sua própria casa para que se acomodassem, vivendo sempre entre os companheiros e companheiras. Para Paulo, bastava chegar nos lugares com uma trouxa de roupas, arranjar um canto e ficar conversando por horas com os moradores. Mas essa forma de viver não atendia aos sonhos e aspirações de Edi, que tinha que enfrentar os julgamentos desses militantes que classificavam suas preocupações com casa, comida e bem-estar como hábitos pequeno-burgueses²⁷⁷. Embora Paulo quisesse tê-la ao seu lado, o estilo de vida que ele oferecia na busca pelas suas

273 A tradição marxista divide a luta política para a tomada do poder em dois tipos: a luta institucional, que seria feita pela participação nas instituições legais, como partidos e sindicatos; e a luta não institucional, que envolveria os meios que vão para além das instituições legais, como a participação em ações armadas ou a formação de guerrilhas. No contexto de 1965 a 1966, a AP ainda via a possibilidade de lutar radicalizando os meios institucionais, ou seja, fazer a luta política levando ao limite as instituições legais no sentido de pressionar o sistema.

274 O bipartidarismo foi imposto ao país em outubro de 1965, como uma resposta do regime ao bom desempenho eleitoral dos candidatos vistos como de oposição naquele ano. Os dois partidos permitidos eram a Aliança Nacional Renovadora (ARENA), o partido que mais diretamente apoiava a Ditadura; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava a oposição consentida, tolerável e moderada frente ao regime. Além do bipartidarismo, o AI-2 impunha um aumento do poder do Executivo, estipulava em definitivo as eleições indiretas para presidente, entre outras medidas.

275 NIEBUHR, H. Richard. Christ and culture. *Tijdschrift Voor Filosofie*, v. 14, n. 3, 1951. Essa obra tratava de como os cristãos deveriam interagir com a cultura em que vivem.

276 WRIGHT, Paulo Stuart, 1966 apud WRIGHT, 1993, p. 66.

277 Na tradição marxista, a pequena-burguesia seria uma classe intermediária que ora poderia colocar-se ao lado do proletariado, ora ao lado da burguesia. A pequena-burguesia se diferenciaria do proletariado por não ter a sua mais-valia explorada e por possuir bens com os quais se importa – e poderia perder – por isso é vista como uma classe, muitas vezes, conservadora. Chamar alguém de pequeno-burguês poderia ser bastante pejorativo, querendo dizer que não era alguém de confiança para a causa.

aspirações e sonhos acabava por reprimir os desejos de sua companheira. A família era muito importante para ela, que acabou por decidir partir de volta para Cachoeira.

A AP discutia a necessidade da revolução:

A história é no fundo, e em definitivo, um movimento de progressiva humanização do homem. Essa humanização não se faz sem luta: luta dos homens pela transformação da natureza, luta dos homens entre si pelo seu reconhecimento mútuo – luta pela dominação da natureza e luta contra a dominação do homem pelo homem. Nesta luta, o homem descobre o sentido de suas tarefas concretas e faz história. O sentido destas tarefas concretas de humanização está sempre referido a uma exigência fundamental que permanece a mesma – o respeito ativo de toda a pessoa humana na instauração de uma sociedade de autêntica solidariedade entre os homens – a humanização pela socialização.²⁷⁸

Paulo discutia, entre os anos de 1965 e 1966, a questão da tomada do poder como objetivo do programa político revolucionário:

Sendo de caráter revolucionário os objetivos de seu programa político, o caminho para a realização passa necessariamente pela tomada do poder^[279]. Tomar o poder é destruir o sistema de poder estabelecido e criar, simultaneamente, um novo poder^[280]. Como todo poder repousa nos meios de poder que emprega, para destruir o poder estabelecido é necessário destruir seus meios de poder. E, como dentre os meios de poder, os de eficácia maior são os meios de violência, os meios políticos e militares, é claro que para tomar o poder efetivamente, tomar de fato e não apenas de direito, se tem de destruir ou desagregar sobretudo o aparelho de domínio direto do Estado, ou seja, seu aparato repressivo policial militar^[281]. Não quer dizer isso que o caminho revolucionário para a tomada do poder tenha de ser, forçosamente, em qualquer etapa ou conjuntura, o caminho insurrecional ou não pacífico. Ao contrário, é necessário admitir que, em condições excepcionais, pode-se possibilitar a tomada do poder por via institucional: não pela simples via eleitoral, mas pela luta eleitoral apoiada numa forte luta de massas^[282]. As classes dominantes não cedem voluntariamente o poder; mas podem ser obrigadas a cedê-lo pacificamente.²⁸³

Esses temas fomentavam intensa discussão entre as esquerdas que atuavam na clandestinidade. Cada vez o governo militar tornava mais difícil a possibilidade da luta institucional: formas de organização e mobilização eram cada vez mais cerceadas pelos Atos Institucionais e pelo aparato repressivo do Estado.

278 AÇÃO POPULAR, 1966 apud WRIGHT, 1993, p. 67.

279 Segundo a tradição leninista, a grande questão dos revolucionários era a tomada do poder. Paulo, aqui, caracterizava o que seria a tomada do poder na sua visão.

280 Aqui, Paulo mostra um raciocínio típico da dialética marxista: a superação do sistema estabelecido é, ao mesmo tempo, um ato de destruição do sistema vigente e de criação de um novo sistema.

281 Ao falar dos meios de poder, Paulo fazia referência ao que, mais tarde, outros autores como Althusser vão se referir como aparelhos de Estado. Esses meios pelos quais o Estado exerce o poder seriam vários: passariam pela educação, pela administração do erário público, pela regulação da imprensa, pelo sistema de justiça etc. Em última instância haveria, porém, um poder não apenas ideológico, mas constituído por aquilo que Max Weber chamava de um “monopólio da violência” por parte do Estado, ou seja, o aparelho policial-militar, que seria a última instância de sustentação do sistema estabelecido.

282 Paulo se referia à estratégia para a tomada do poder que, mais tarde, na América Latina, ficou conhecida como a Via Chilena. Esta estratégia, que já era cogitada antes da experiência do próprio Chile com Salvador Allende, envolvia uma radicalização da luta institucional – pela luta de massas – que fosse capaz de constituir outros meios de poder que forçassem a burguesia a ceder o seu poder de Estado. Mesmo nessa visão, a luta eleitoral pura e simples, isolada dessa luta de massas, não era vista como possível para instaurar um processo revolucionário, porque, enquanto classe, a burguesia não cederia o seu poder apenas por um resultado eleitoral.

283 WRIGHT, Paulo Stuart, 1966 apud WRIGHT, 1993, p. 67-68.

Contudo, se a impossibilidade de tomada do poder pela via institucional impõe a via insurrecional e a guerra revolucionária, não se pode esquecer a dificuldade extrema para o êxito dessa luta no Brasil [...]. Acrescente-se o despreparo, o sectarismo e às vezes a falta generalizada de organizações dos movimentos de esquerda no Brasil; sua falta de maior ligação com as massas e com as aspirações populares; sua incapacidade não só militar, mas também ideológica e política, e até psicológica, de empregar todas as formas de luta; seu exagerado provincialismo, sem perspectiva nacional, latino-americana e mundial; a precária situação do movimento operário e camponês – e se terá um quadro gravíssimo das forças populares no país.²⁸⁴

Para ampliar a possibilidade de atuação em meio à clandestinidade, dadas as dificuldades de organização e articulação, a AP funcionava, então, de maneira descentralizada, com comandos autônomos. Esses comandos eram uma forma de organização focada em facilitar que pequenos grupos de militantes tivessem maior agilidade para fazer ações revolucionárias sem que dependessem do controle da direção do partido. Foi uma forma bastante popular nesse contexto, especialmente como uma crítica à centralização de organizações revolucionárias como o PCB, que, em 1964, se manterá “imóvel” frente ao golpe.

A existência desses comandos autônomos na AP, porém, foi posta sob questão quando, em 25 de julho de 1966, um atentado foi executado no saguão do Aeroporto Internacional de Guararapes, em Recife, tendo como alvo o General Costa e Silva²⁸⁵, então Ministro da Guerra. Essa ação teve duas vítimas fatais, Edson Régis de Carvalho²⁸⁶ e o almirante da reserva, Nelson Gomes²⁸⁷, além de mais 15 feridos. A autoria foi atribuída a militantes da AP. Porém, a Direção Nacional não tinha conhecimento desse ato e decidiu tanto condenar o atentado como também dissolver imediatamente os comandos armados paralelos, centralizando a sua atuação.

A organização, então, passou a questionar a estratégia do foquismo – centrada na construção de focos guerrilheiros²⁸⁸ – e reexaminar a sua aproximação com Cuba e com a via cubana. Isso tudo fortaleceu internamente os defensores da estratégia de “guerra popular

284 Ibid., p 68-69.

285 Artur da Costa e Silva (Taquari, 3 de outubro de 1899 – Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1969) foi um militar e político brasileiro que, mais tarde, se tornou o segundo ditador durante a Ditadura Militar, sendo responsável pela criação do AI-5, que instaurou o período mais repressivo dessa ditadura.

286 Edson Régis de Carvalho (Timbaúba, 29 de abril de 1923 – Recife, 25 de julho de 1966) foi um jornalista, poeta e escritor brasileiro morto no atentado a bomba no Aeroporto de Guararapes. Deixou esposa e filhos.

287 Nelson Gomes Fernandes foi um almirante da Marinha Brasileira, falecido no atentado a bomba do Aeroporto de Guararapes, quando era diretor-comercial da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

288 Essa estratégia era baseada na experiência cubana e propagandeada por líderes revolucionários como Che Guevara. Envolveria a ideia de que o aparato do imperialismo seria muito poderoso para ser enfrentado diretamente e, por isso, seria necessária uma luta pulverizada, a partir da construção de múltiplos focos guerrilheiros distintos – no campo e na cidade – que pudessem promover a luta e preparar o caminho para uma revolução. Também era chamada de Via Cubana.

prolongada”²⁸⁹. Internamente, os militantes responsáveis pelo atentado foram condenados a uma “reeducação ideológica” e a organização passou a se afastar das ações armadas urbanas. Em dezembro de 2013, a Comissão da Verdade de Pernambuco inocentou o ex-deputado federal Ricardo Zaratinni²⁹⁰ e o professor Edinaldo Miranda, os quais, por muito tempo, foram acusados de serem responsáveis pelo atentado de Guararapes.

Naquele período, a questão da luta armada era uma grande polêmica entre as esquerdas que lutavam na clandestinidade contra a Ditadura. Diversos grupos viam a necessidade de armar os seus militantes, fosse para promover as suas ações ou para se proteger contra a repressão. A AP, embora defendesse o armamento de suas forças, não avaliava como viável a luta armada naquela conjuntura, afirmando que:

Não há condições objetivas e subjetivas^[291] para a realização de ações de terrorismo ou sabotagem no presente momento, em função do baixo nível de organização, consciência e de luta da massa, além de problemas de segurança da organização [...] devemos buscar iniciativas que estejam no nível de luta^[292], organização da massa”.²⁹³

Para ampliar o nível de luta e organização da massa, na visão da AP, a estratégia central deveria ser a construção de um “partido de vanguarda”²⁹⁴ que pudesse atuar e direcionar a luta contra a Ditadura e o imperialismo. Construir um partido de vanguarda implicava em uma série de tarefas para os militantes da AP. Uma delas era trabalhar a formação teórica e ideológica das suas fileiras, o que a organização – composta por estudantes, profissionais liberais e uma pequena quantidade de operários e camponeses – via como uma grande debilidade. Eles deveriam se apoiar na “crítica e autocrítica, no centralismo democrático e na luta interna” para fortalecer as bases de sua organização, a fim de formar um partido de vanguarda.

289 A Guerra Popular Prolongada seria uma estratégia baseada na experiência chinesa. Partia da interpretação de que o Brasil seria um país continental e agrário, no qual a classe revolucionária seria a dos camponeses. Essa ideia envolvia a promoção da luta no campo, no interior do país, distante dos centros de poder das cidades, como meio de pouco a pouco angariar forças e isolar os centros de poder para, mais tarde, tomá-los de assalto a partir do campo, como ocorrera na China. Também era chamada de Via Chinesa.

290 Ricardo Zaratinni Filho (Campinas, 6 de fevereiro de 1935 – São Paulo, 15 de outubro de 2017) foi um engenheiro, militante político e deputado federal por São Paulo.

291 As condições objetivas diziam respeito à correlação de forças, ou seja, a capacidade objetiva de as forças revolucionárias conseguirem êxito nesse tipo de ação, enquanto as condições subjetivas diziam respeito ao nível de preparo – disciplina, organização, formação etc. – dos sujeitos que participavam dessas organizações.

292 A noção de “nível da luta” tenta colocar a ideia de que a luta política não seria apenas subjetiva, ou seja, fruto da vontade dos revolucionários, mas objetiva, isto é, dependente de uma análise profunda da realidade política e social para que eles agissem de uma forma condizente com essa realidade.

293 AÇÃO POPULAR, 1966 apud WRIGHT, 1993. p. 69.

294 A ideia de um “partido de vanguarda” pretende a construção de um partido que esteja mais avançado ideológica e politicamente do que a massa trabalhadora e, por isso, deva fazer ações de agitação e propaganda para ajudar a elevar o nível de consciência das massas.

Conhecer e aprender com as experiências revolucionárias até aquele momento era também um papel central desse tipo de organização para orientar a luta. Por isso, em 1967, um grupo de militantes da AP foi para a China. Uma das tarefas incumbidas a Paulo, por sua vez, seria a de acompanhar, juntamente com outros companheiros, em Cuba, a realização do Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)²⁹⁵.

A solidariedade latino-americana era uma questão central para os diversos grupos de esquerda que agiam contra os governos nacionais do continente – muitos dos quais eram ditaduras – e contra o imperialismo. Vários organizadores da esquerda brasileira participaram desse congresso, entre eles Carlos Mariguella²⁹⁶ e Aluísio Palhano²⁹⁷. Participaram, também, figuras que mais tarde trairiam esses movimentos, como o Cabo Anselmo²⁹⁸, que se tornou informante da repressão no Brasil.

A experiência latino-americana, com enfoque na Revolução Cubana, trazia uma questão para o centro da luta contra o capitalismo e o imperialismo no continente, especialmente em ditaduras, onde não era possível a luta política pelos meios institucionais, e essa questão era a estratégia de guerrilhas. Essa estratégia, que havia tido sucesso em Cuba, visava formar “bolsões” de resistência armada, primeiramente com um grupo reduzido de homens armados e bem treinados. A exemplo do que fora feito em Sierra Maestra²⁹⁹, as ações de sabotagem e os ataques furtivos serviriam tanto para enfraquecer e intimidar as forças militares e de sustentação do regime, como para promover na população a consciência de que era possível lutar. A guerrilha não seria um objetivo em si, mas uma tática válida que, se bem-sucedida, poderia ajudar a fazer eclodir uma revolução³⁰⁰.

295 A Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) foi uma organização criada em Cuba, por iniciativa de Salvador Allende, em 1967, composta por múltiplos movimentos revolucionários e anti-imperialistas latino-americanos.

296 Carlos Mariguella (Salvador, 5 de dezembro de 1911 – São Paulo, 4 de novembro de 1969) foi um político, escritor e guerrilheiro brasileiro. Na época da Ditadura Militar, tornou-se um nome de destaque, especialmente após romper com o PCB e organizar a Ação Libertadora Nacional (ALN). Passou a promover a luta armada no Brasil e chegou a ser considerado o inimigo “número um” da Ditadura Militar. Foi morto em uma emboscada em 1969.

297 Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (Pirajá, 5 de setembro de 1922 – São Paulo, 21 de maio de 1971) foi um militante político brasileiro, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), morto e “desaparecido” pelos órgãos de repressão da Ditadura brasileira, assim como Paulo. Diferentemente dele, porém, seu corpo foi localizado e identificado por exame de DNA 47 anos após o desaparecimento.

298 Cabo Anselmo (Itaporanga d’Ajuda, 14 de fevereiro de 1942 – Jundiá, 15 de março de 2022) foi um militar brasileiro que, após o golpe de 1964, atuou como agente infiltrado nos movimentos revolucionários como informante dos órgãos repressivos da Ditadura.

299 Sierra Maestra é a região de Cuba em que a guerrilha começou, o que deu início ao processo revolucionário naquele país.

300 Ou seja, o objetivo não seria que a guerrilha acumulasse forças para derrubar o governo, mas que promovesse a luta, desmoralizasse o governo e, assim, desestabilizasse o regime político, contribuindo para que eclodisse um processo propriamente revolucionário.

Foi assim que, com o apoio de Cuba ou não, diversas guerrilhas se espalharam entre o fim dos anos 1960 e 1970, especialmente na América Latina e na África. E foi com base nessa mesma estratégia que o líder revolucionário e ícone político conhecido como Che Guevara³⁰¹, ele próprio considerado um herói da Revolução Cubana, perdeu a vida na Bolívia, no ano de 1967.

A polêmica sobre a estratégia de guerrilha também atingiu as fileiras da AP. Um grupo de militantes, convicto de que essa seria a estratégia correta de luta para o Brasil, decidiu romper com a AP e formar o PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores³⁰². Os outros discordavam de que essa estratégia seria viável naquele momento. Os membros que ficaram na organização passaram a aderir cada vez mais às influências do maoísmo e da Via Chinesa em detrimento da Via Cubana. Isso era resultado de uma caracterização diferente da sociedade brasileira, que colocava o campesinato como a classe revolucionária. O objetivo seria atuar junto com o campesinato a fim de preparar guerrilhas camponesas que pudessem fazer uma “guerra popular prolongada” e promover o cerco das cidades pelo campo. Vários militantes foram, então, deslocados para regiões do interior do país, em especial para o Nordeste.

Os rachs – cisões e formações de novos grupos – são comuns nos agrupamentos políticos que seguem o centralismo democrático. Dentro desse modelo de organização, há um grande enfoque na uniformidade política e ideológica. Toda a linha política que guia as ações do partido e seus militantes é decidida a partir dos congressos do partido e das direções eleitas nesses congressos – o que constitui a “democracia interna” desse tipo de instituição. Nesses espaços, a discordância e o debate são bem-vindos. Fora deles, porém, é tarefa dos militantes seguir sem questionar a política da organização. Algumas discordâncias, no entanto, especialmente no que tange à estratégia da organização, podem levar à formação de “grupos de opinião” que discordam da política geral. Isso pode levar a lutas fracionais (entre frações do partido) que muitas vezes geram rompimentos, seja pela saída dos militantes ou pela sua expulsão.

Diferentemente dos militantes que se posicionaram no sentido de buscar a “via cubana”, aqueles que foram influenciados pelas ideias da Revolução Chinesa avaliavam que

301 Ernesto Rafael Guevara de la Serna, mais conhecido como Che Guevara (Rosário, 14 de junho de 1928 – La Higuera, 9 de outubro de 1967) foi um dos maiores ícones guerrilheiros do século XX. Embora fosse argentino, transformou-se em uma importante liderança da Revolução Cubana antes de sair do país para promover revoluções pelo mundo. Foi morto na Bolívia em 1967, com a ajuda da CIA. Seus restos mortais foram ocultados propositalmente para tentar combater o culto à sua personalidade.

302 O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) foi uma dissidência da AP que se formou a partir de 1968, discordando da orientação maoísta ortodoxa que a maioria da direção vinha empregando na organização (como a luta antifeudal e a ideia do cerco das cidades pelo campo).

os militantes possuíam um “alto condicionamento pequeno-burguês, um baixo nível teórico e uma prática insuficiente”. Essa avaliação levou a AP a buscar na “proletarização” e na formação política os eixos táticos centrais para a militância.

A proletarização é uma tática empregada por organizações de tradição marxista para buscar aproximar os seus membros dos setores estratégicos da classe trabalhadora, tornando-os, por exemplo, operários ou camponeses, independentemente de sua formação social, profissional ou acadêmica. Isso possui muitos objetivos, entre eles aproximar a atuação do agrupamento político das necessidades das massas, conseguir influência nesses setores estratégicos e produzir uma perspectiva e uma identidade mais classista na militância. Mas a prática da proletarização envolve muita disciplina e desprendimento dos militantes, pois eles precisam abandonar, muitas vezes, sua formação, suas relações e mesmo parte da sua identidade profissional para viver uma vida e um conjunto de relações totalmente novos – geralmente em outras cidades ou estados, dependendo das tarefas delegadas.

Esse tipo ousado de tática empregado pela direção da AP levou a diferentes resultados: alguns militantes não suportaram as tarefas e acabaram deixando a organização; vários ficaram abalados na sua identidade; mas outros se fortaleceram com a nova formação. De qualquer modo, a experiência de proletarização foi interrompida pela organização em 1970.

Para além da proletarização, a formação política, outro eixo central dado pela direção da organização, envolvia uma difícil tarefa intelectual: a leitura e a discussão dos clássicos que os fundamentavam teórica e ideologicamente, especialmente Marx, Engels, Lênin e Mao Tsé-Tung³⁰³. Paulo era um dos membros da direção da organização e já havia, ele próprio, atuado como operário ao longo de sua vida. Sua experiência e seus contatos em vários estados diferentes auxiliaram muitos militantes na sua tarefa.

O *Daddy*, dos Estados Unidos, que não entendia ou aceitava bem a situação de Paulo, questionava Jaime, preocupado. Este buscava, ao seu modo, esclarecê-lo – o que era certamente estranho para quem não podia compreender bem o que se passava no Brasil. Explicava que não sabia onde o irmão estava, que ele estaria no Brasil, mas usando um codinome “no estilo de João Calvino”³⁰⁴. Não podia também saber o que estava fazendo e como conseguia se sustentar. Tentava alertar o pai sobre a gravidade da situação do Brasil,

303 A organização constituía a sua linha diretiva ortodoxa a partir desses autores como fundamentais, sendo eles: Marx e Engels, pais do socialismo científico; Lênin, considerado o grande organizador da tomada do poder por um partido revolucionário; e Mao Tsé-Tung, o organizador da Revolução Chinesa que inspirava a AP como modelo para a Revolução Brasileira.

304 João Calvino, um dos pais fundadores do protestantismo, também teria passado por um período de exílio e sido obrigado a utilizar de um nome falso.

que afetava inclusive membros das igrejas no país. Explicava a ele que Paulo não havia abandonado a religião e que, ao seu ver, estava mais envolvido no trabalho do “Reino”³⁰⁵ que o próprio Jaime³⁰⁶.

O pai, porém, continuava sem entender por que Jaime não podia descobrir o que o irmão estava fazendo: por que via tão pouco sua família? Por que não podia apoiá-la como deveria? O pai continuava a não entender por que o filho levava esse tipo de vida³⁰⁷. Na última carta enviada por Jaime ao seu pai, antes da morte do mesmo, ele explicava a situação de Paulo:

Amanhã é o aniversário de Paulo. A última vez que almoçamos juntos em São Paulo ele não tinha dinheiro suficiente – literalmente – para comprar um jornal. O par de sapatos novos que lhe havia sido comprado por um amigo, ele o tinha dado para alguém que o necessitava mais do que ele. Como você pode ver, Paulo continua sendo um homem para os outros.

Suponho que o parágrafo acima provocará de sua parte uma série de perguntas a mim que só o Paulo poderá realmente responder. [...] É óbvio que vocês não têm estado abertos para aceitar Paulo como ele é^[308], mesmo que vocês não concordem ou entendam seus sonhos e preocupações. Vocês continuarão a fazer perguntas sobre Paulo enquanto procurarem moldá-lo de acordo com a sua própria imagem teológica e/ou ideológica [...].

O que estou tentando dizer é que sempre tentarei amar Paulo (não só afetivamente, mas orando por ele e enviando ajuda para ele e sua família) independentemente de suas posições sociais-econômicas-teológicas-ideológicas, mesmo que ele seja um brilhante-vermelho-comunista-marxista-leninista-maoísta ou o-que-que-quer-que-seja, e mesmo que ele se torne mais um dos altos líderes na luta do Brasil pela liberdade. Farei isto porque ele é meu irmão. Ele é um adulto. Ele é um cristão. Ele sabe qual é a sua missão e tem a coragem de suas convicções. Apesar do que a sua esposa possa sofrer com as longas ausências de casa, ela está inteiramente de acordo com ele e o encoraja o máximo possível^[309].

Com lágrimas nos olhos, Paulo me disse que sou uma das poucas pessoas, que se pode contar nos dedos de uma mão, que têm encorajado e apoiado ele e a sua família nestes tempos difíceis. Tenho feito isto sem questioná-lo sobre suas atividades, sem perguntar por que ele não vive com sua família, sem perguntar por que ele não volta pra casa, sem perguntar onde ele mora, sem perguntar onde trabalha. Tenho confiado nele. Tenho tentado ser um amigo sincero. Ele nunca me pediu nada, nem nunca reclamou sobre alguma coisa ou alguém. [...]

O ministério de Paulo^[310] não deve ser exposto ao contínuo questionamento de seu pai e irmãos. Se não podemos concordar com ele, o mínimo que podemos fazer é entendê-lo ou fazer o esforço para isto. Em outras palavras, o mínimo que podemos fazer é: 1) largar do pé de Paulo, parar de se preocupar com ele, confiar nele, encorajá-lo no seu ministério; e 2) ajudar sua família financeiramente^[311], provando para Edimar que nos importamos com ela e com as crianças do Paulo.³¹²

305 O “trabalho do Reino”, como Jaime se referia ao falar com o pai, seria o trabalho delegado por Deus a cada pessoa.

306 WRIGHT, 1993, p. 72 – 73.

307 Ibid., p. 73.

308 Jaime se colocava como o único no seu núcleo familiar a compreender, aceitar e apoiar Paulo na sua “vocação política”.

309 Essa parte, infelizmente, não era totalmente verdadeira: embora Edi admirasse Paulo, sua relação estava bastante balanceada por toda a experiência de clandestinidade e ausência familiar.

310 Ao referir-se ao trabalho de Paulo como um “ministério”, no sentido religioso, Jaime implicava que essa seria uma tarefa divina dada a ele e que ele estaria cumprindo, assim, os desígnios de Deus.

311 Por esse trecho podemos ver a difícil situação financeira à qual a família de Paulo estava submetida, dependendo da ajuda de familiares para conseguir manter o seu padrão de vida.

312 WRIGHT, Jaime, 1967 apud WRIGHT, 1993, p. 73 – 75.

Como a AP buscava se aproximar ainda mais da experiência chinesa, a direção encarregou Paulo de compor e coordenar o “Projeto Teixeira”³¹³. Apesar de ser encarregado dessa tarefa e de fazer todos os preparatórios para a viagem à China – obtenção de documentos para ele e os camaradas, preparação dos pontos de saída e chegada etc. – alguns dos pressupostos do caminho que a organização estava seguindo eram, no mínimo, dignos de questionamento por parte de Paulo. Ele questionava ideias recorrentes na organização como a caracterização da sociedade brasileira como agrária – cujas relações chegavam a ser chamadas de “feudais” por alguns camaradas de organização. Questionava também a caracterização do papel do Brasil no cenário internacional: seria ele um país subordinado apenas aos Estados Unidos, como diziam seus camaradas, ou seria também um país subimperialista na América Latina?³¹⁴

Assim como havia questionado a experiência cubana, Paulo também começava a ter dúvidas sobre se a experiência da China se aplicaria à realidade brasileira e de que maneira. Esse tipo de questionamento, entretanto, levava outros companheiros da organização a confrontá-lo por seu “desvio ideológico”³¹⁵, especialmente quando uma nova luta fracional³¹⁶ começava a se constituir dentro das fileiras da AP.

O ano de 1968 viu um novo florescimento dos movimentos sociais em geral, do movimento estudantil em particular e dos protestos contra a Ditadura no Brasil. Em março desse ano, o estudante Edson Luís³¹⁷ foi morto em um protesto pelas forças policiais. Seria o estopim para a eclosão de uma série de protestos durante todo o ano de 1968, chegando à chamada “Passeata dos 100 mil”³¹⁸, em junho do mesmo ano. Cada uma dessas manifestações resultava em uma série de prisões arbitrárias por parte da Ditadura. O movimento estudantil

313 O Projeto Teixeira foi uma tentativa de aproximação entre os militantes e principais quadros da AP com a experiência chinesa. Ele envolveu a viagem de muitos desses militantes para o país asiático – o que precisava ser feito na clandestinidade e sob muitos riscos.

314 WRIGHT, 1993, p. 77.

315 A noção de ideologia aparece muitas vezes nas organizações marxistas como pejorativa. Muitos dos erros e falhas de disciplina, e mesmo o excesso de crítica interna dos militantes, eram encarados como “desvios ideológicos”, ou seja, necessitavam de uma “reeducação ideológica” para que o militante se livrasse da ideologia à qual estava “preso” e que não permitia a ele exercer bem suas funções dentro do partido.

316 A “luta fracional” é uma forma de luta interna dos partidos revolucionários baseada no modelo soviético. Quando uma disputa ocorre no seio do partido, ela pode tomar duas formas principais: a da formação de tendências, que poderiam resolver suas diferenças em um congresso e nas quais o grupo derrotado aceitaria se submeter à posição vencedora; ou a formação de frações, quando o objetivo de um grupo era a divisão do partido. Muitas vezes, entretanto, mesmo que os grupos não pretendessem essa divisão a priori, o próprio processo de luta interna poderia levar a uma polarização que produzisse esse tipo de divisão.

317 Edson Luís de Lima Souto (Belém, 24 de fevereiro de 1950 – Rio de Janeiro, 28 de março de 1968) foi um estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares em um protesto no Rio de Janeiro. Sua morte levou a uma onda de protestos contra a Ditadura Militar.

318 A Passeata dos Cem Mil foi uma grande manifestação organizada pelo movimento estudantil em junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro.

seguia com muita força – e a AP mantinha-se como sua principal força política – até que, em 12 de outubro de 1968, a força pública e agentes do DOPS invadiram o Congresso Nacional da UNE em Ibiúna (São Paulo) e levaram presos várias centenas de estudantes, que compunham as principais lideranças do movimento estudantil no país, o que causou um retrocesso histórico no movimento.

Ainda em 13 de dezembro de 1968, o então presidente Costa e Silva colocou em vigor o Ato Institucional nº 5 – AI-5 – o mais autoritário desses atos promulgados durante toda a Ditadura Militar. Com o AI-5, o presidente recebia o poder de fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas; ele e os governadores passavam a exercer as funções legislativas, ou seja, não dependiam mais dos deputados; o ato dava autoridade ao governo para intervir nos estados e municípios; estabelecia a censura prévia na música, teatro, cinema, televisão e imprensa em geral; colocava na ilegalidade qualquer reunião política não autorizada pela polícia; suspendia os *habeas corpus*³¹⁹ para crimes de motivação política; permitia a destituição de qualquer funcionário público, incluindo políticos e juizes; permitia que fosse decretada a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos; e dava legitimidade instantânea aos decretos feitos pelo presidente.

Se, até então, a luta, mesmo das organizações revolucionárias, passava também pela via institucional, a partir do AI-5 seria impossível dar prosseguimento a ela. As organizações revolucionárias passariam, assim, a ver cada vez mais a luta clandestina e insurrecional como o único caminho possível para a luta política, uma vez que todos os outros meios haviam sido cerceados pela Ditadura.

Após o AI-5, a AP continuou, na clandestinidade, a se construir como organização. Em 1971, eles decidiram mudar o nome do partido para Ação Popular Marxista-Leninista – APML. Ela havia abandonado muito da sua antiga origem cristã e passaria a se guiar cada vez mais pelos princípios do marxismo-leninismo-maoísmo. Propunham luta de guerrilhas para promover a tomada do poder pelas armas a partir de uma revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e agrária. Para esse propósito, defendiam a criação de um partido de massas de tipo marxista-leninista-maoísta que pudesse tomar a direção do processo revolucionário brasileiro. Esses militantes deveriam lutar juntos, viver juntos e trabalhar juntos, entre si e com as massas onde atuavam, praticando internamente a crítica e a

319 O *Habeas Corpus* é uma medida judicial que tem como objetivo a garantia da proteção da liberdade de locomoção de um indivíduo contra a coação ilegal dessa liberdade. É um dos mais importantes recursos contra prisões arbitrárias e abuso de poder por parte das autoridades.

autocrítica. Paulo, como um intelectual orgânico do partido, aprofundava seus estudos em literatura marxista.

Sua fundamentação teórica fazia com que ele tivesse uma visão da realidade brasileira em relação à sua organização e, conseqüentemente, buscasse construir um programa político diferente daquele defendido por ela. Ele discordava da análise sobre o caráter da sociedade brasileira, logo também discordava do caráter da revolução³²⁰ – que, na sua visão, deveria ser socialista – o que implicaria em estratégias e táticas distintas das propostas pela maioria da direção. Paulo defendia um partido inteiramente novo, a conquista do poder político pelo proletariado e a necessidade de construir uma ampla frente democrática antifascista³²¹ e anti-imperialista. Defendia também a construção de um exército vermelho³²²:

Não derrubaremos o poder burguês armado senão com a força armada do proletariado. Está claro que num país onde teremos dentro de 10 anos cerca de 70% da população nas cidades, sendo que somente em 2 metrópoles teremos perto de 30 milhões de habitantes, a proposta que coloca o centro principal da luta no campo ou com os camponeses como força principal^[323], não pode ser levada a sério. Ainda que a luta no campo, a guerra de guerrilhas considerada justa, seja importante e necessária, ela não pode ser considerada como principal.³²⁴

Uma árdua luta era travada nas fileiras da organização, e Paulo, embora fosse membro de direção, compunha a linha minoritária dentro dela. A APML passou, sob orientação da maioria da direção, a aproximar-se do PCdoB³²⁵, também de orientação marxista-leninista-maoísta. Quando propôs àquele partido que ambas as organizações se fundissem a fim de constituir um “partido de massas”, o PCdoB questionou que o Programa Básico da APML era “excessivamente trotskista” e que o “partido próprio do proletariado” já era ele mesmo, o PCdoB. A maioria da direção, então, passou a defender a incorporação da APML à estrutura já existente do PCdoB. Para a minoria, isso seria “um importante atraso na

320 Havia, aqui, uma hierarquia de argumentação própria do método marxista. Era necessária, primeiro, uma análise sobre o caráter da sociedade – se agrária, feudal, urbana, industrial ou capitalista – para, após isso, avaliar-se qual seria o caráter da Revolução – urbana, rural, baseada na luta institucional ou na luta armada etc. Paulo entendia que o Brasil era um país capitalista e, portanto, que o proletariado seria a classe revolucionária, e a revolução, socialista.

321 A ideia de uma frente democrática antifascista e anti-imperialista era de conformar as forças socialistas com as forças nacionalistas e democráticas para combater a Ditadura – que embora não tivesse uma origem histórica no fascismo, tinha em comum ser uma ditadura restritiva e de extrema direita.

322 A ideia de um exército vermelho se baseava no exemplo da Revolução Russa e partia da concepção de que seria possível fazer uma divisão nas forças armadas como modo de enfraquecer o regime e tomar o poder.

323 Aqui, Paulo batia de frente com a principal plataforma da maioria da direção de sua organização, que se aproximava da visão política do PCdoB, o qual, à época, trabalhava na construção da guerrilha rural, sendo o seu exemplo mais bem acabado a Guerrilha do Araguaia, massacrada pela Ditadura a partir de 1972.

324 WRIGHT, Paulo Stuart, 1971 apud WRIGHT, 1993, p. 79.

325 O PCdoB foi um racha do antigo PCB fundado em 1962. O partido fez uma opção pela ortodoxia: enquanto o PCB abandonava a figura de Stalin, devido às denúncias vindas da União Soviética, o PCdoB a mantinha como uma de suas referências, mirando-se naquele momento para a opção mais ortodoxa defendida pela China de Mao Tsé-Tung, em vez da opção revisionista defendida pela União Soviética, acusando Krushev de “oportunista”. Essa adesão ao maoísmo (especialmente a partir de 1966), por sua vez, levou o partido a defender as ideias da Guerra Popular Prolongada e a opção pelo cerco das cidades a partir do campo, fazendo a opção pelos camponeses como classe revolucionária.

libertação da classe operária da dominação político-ideológica e organizativa a que está sujeita pela burguesia, sem alternativas reais há já algumas décadas”³²⁶.

Em meio às tensões internas do partido, calúnias foram direcionadas a Paulo Stuart Wright, em especial a acusação de que ele seria um agente da CIA. Essas acusações já haviam começado em 1969, mas agora, em meio ao debate interno, Paulo resolvera pressionar a maioria da Comissão Executiva Provisória³²⁷ a lançar uma nota em sua defesa:

O nosso Partido, em seu Comitê Nacional – 67 – denunciou a campanha encabeçada pelo indivíduo Félix de Athaide^[328], que se dizia representante do ex-governador Miguel Arraes^[329], pelas suas calúnias e difamações – lançadas no México e Cuba – contra Leonel Brizola, Pe. Alípio de Freitas, Max da Costa Santos, Francisco Julião, e também contra nosso companheiro Paulo Wright. Recentemente, ainda ligadas à mesma origem, foram levantadas, novamente, acusações contra nosso companheiro Paulo Wright.

A Comissão Executiva Provisória de Ação Popular tem pleno conhecimento da militância política do companheiro Paulo Wright, um revolucionário brasileiro, e diante das insidiosas calúnias que vêm sendo divulgadas contra seu nome, reafirma a integral confiança na condição revolucionária deste companheiro e denuncia o caráter traiçoeiro dessas calúnias levantadas, que pela sua malícia e gravidade servem somente ao imperialismo norte-americano e aos que se colocam ao seu serviço. [...]

A fim de informar com maiores detalhes acerca da origem e divulgação das calúnias, juntamos três cartas escritas pelo próprio companheiro caluniado.³³⁰

As cartas foram escritas em 1969 e eram endereçadas a Miguel Arraes de Alencar, Márcio Moreira Alves³³¹ e Onofre Pinto. Na carta a Miguel de Arraes, Paulo pedia que se desautorizassem publicamente os boatos de Félix de Athaide sobre ele. Argumentava que não fazia o menor sentido o boato de que teria sido expulso do México por ser agente da CIA, “dado que aquele país é hoje dominado pelo imperialismo norte-americano”³³² e que havia ido

326 WRIGHT, 1993, p. 80.

327 A Comissão Executiva Provisória era uma instância criada dentro da organização por ocasião da eleição de uma nova direção para o partido, que do ponto de vista administrativo tinha o poder de direção.

328 Félix Augusto de Athayde (Olinda, 25 de maio de 1932 – Rio de Janeiro, 23 de julho de 1995) foi um jornalista e ensaísta brasileiro que participou de diversos veículos de imprensa. Pela sua proximidade com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, teve que sair do país com o golpe de 1964 e fugiu, como Paulo, via México e depois Cuba e outros países. Voltou mais tarde ao Brasil, clandestinamente.

329 Miguel Arraes de Alencar (Araripe, 15 de dezembro de 1916 – Recife, 13 de agosto de 2005) foi um advogado, economista e político brasileiro, governador de Pernambuco exilado após o golpe de 1964.

330 COMISSÃO EXECUTIVA PROVISÓRIA DA AP, 1971 apud WRIGHT, 1993, p. 80 – 81.

331 Márcio Emanuel Moreira Alves (Rio de Janeiro, 14 de julho de 1936 – Rio de Janeiro, 3 de abril de 2009) foi um acadêmico, advogado, político e jornalista brasileiro. Foi membro da oposição ao governo João Goulart e apoiou o golpe militar de 1964. Após a edição do AI-1, porém, passou a fazer denúncias contra a Ditadura. É lembrado muitas vezes como precipitador do AI-5 por um discurso no Congresso em que, em setembro de 1968, convocava um boicote às Forças Armadas e às comemorações do Dia da Independência.

332 Aqui, Paulo faz uma caracterização da realidade política mexicana: segundo ele, o país estaria totalmente dominado pelo imperialismo norte-americano. Fazia isso mesmo sendo o partido, que estava no poder naquele país, fruto de uma revolução.

a Cuba “a convite do Governo Revolucionário daquele país como representante de um partido Revolucionário”³³³.

Na carta endereçada a Márcio Moreira Alves, Paulo o criticava por haver escrito sobre essa questão no livro *O Cristo do Povo*³³⁴: o autor afirmava que ele não poderia ser agente da CIA por ser pobre e ter uma vida modesta e sacrificada – o que, para Paulo, era um argumento absurdo, pois, embora isso fosse verdadeiro, o melhor argumento em sua defesa era a sua carreira política e seu compromisso profundo com a luta anti-imperialista e ao lado da classe operária. Por fim, ele também dirigia sua carta a Onofre Pinto, dirigente de outra organização revolucionária, criticando com indignação os boatos que ele havia repercutido, chamando-o para abandonar os ataques a “companheiros de trincheira” e promover a unidade na luta anti-imperialista³³⁵.

A situação de calúnia fez Paulo confessar e desabafar com alguns camaradas de organização:

A calúnia, a mentira, pelo seu caráter subjetivista^[336], nem sempre é fácil de destruir, particularmente quando ela se refere não a fatos comprováveis objetivamente no reino da natureza, demonstráveis empiricamente, mas por exemplo, a questões também subjetivas como lealdade, patriotismo, fidelidade revolucionária, etc. As atitudes da pessoa, a sua realidade subjetiva, só podemos julgar com certa segurança a partir da prática que ela reflete. Como é materialmente impossível, em condições normais, provar que uma pessoa não é agente da CIA, a questão ou a dúvida (subjetiva) só pode ser eliminada na prática por outra atitude subjetiva (confiança) que resulta da avaliação política da pessoa acusada falsamente. Aquilo que é fácil fazer (caluniar) é extremamente difícil destruir, particularmente nas condições atuais. No caso concreto, só a firme iniciativa do partido junto às massas pode neutralizar ou desmascarar a iniciativa insidiosa e sorrateira do inimigo. Considero que a falta de uma iniciativa mais justa e rápida por parte da Comissão Executiva Provisória é um prejuízo irreparável.³³⁷

Para além das acusações mais infundadas contra Paulo Wright – sobre ele ser agente da CIA – existiam as acusações feitas contra ele por ser cristão e acreditar em Deus. Embora a AP tivesse sua origem nos movimentos cristãos que vinham se desenvolvendo no Brasil, especialmente desde a década de 1950, a organização havia mudado o seu caráter. Nessa época, ela abandonara as suas motivações cristãs, e a crença em Deus era vista por muitos em

333 Ou seja, diferentemente da situação do México, Paulo colocava o governo Cubano como um governo revolucionário e a AP como organização revolucionária mesmo que, até aquele momento, a organização se mantivesse dentro das bases da luta institucional.

334 ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

335 WRIGHT, 1993, p. 82 – 83.

336 Ao se referir ao caráter subjetivista da calúnia, Paulo queria dizer que ela não fazia parte da realidade objetiva, ou seja, não poderia ser provada. Pelo contrário, era uma questão da opinião subjetiva dos indivíduos, algo que ele não tinha como controlar. Não haveria como conseguir provas materiais em sua defesa.

337 WRIGHT, Paulo Stuart, 1971 apud WRIGHT, 1993, p. 83.

suas fileiras como metafísica e ideológica, fruto da alienação³³⁸, portanto incompatível com a tradição marxista-leninista-maoísta. Esse tipo de acusação – que Paulo não negava – servia também para desacreditá-lo frente à militância e tirar o foco da sua história de luta e das suas ideias políticas. Ele se defendia.

Mesmo tendo em conta questões de estilo de travar a luta, que não me parecem as mais corretas, considero que os camaradas da S72 e CRA23 estão prestando ao partido e a mim um grande favor, pois trouxeram à luz do dia algo que estava sendo ainda tratado no lusco-fusco dos cochichos da luta interna contra mim, no sentido de enfraquecer e tentar desacreditar as posições que defendo. Foi e infelizmente continua sendo muito frequente o combate indireto das posições políticas, procurando destruí-las não pelo mérito e erros que possam cometer, mas pelas indicações de problemas ideológicos de quem as sustenta. Essa não é a primeira vez que acontece isso comigo e não será provavelmente a última. Não é necessário que eu diga que isto é uma expressão clara de um estilo de trabalho oportunista^[339] que deveríamos combater sem tréguas. Como aconteceu e ainda hoje acontece, com problemas como o caráter da sociedade e da revolução, há muitos camaradas que não distinguem as questões de princípio da síntese concreta feita com base nos princípios^[340]. São camaradas que, pela sua debilidade e insegurança teórica, acabam negando objetivamente a análise concreta da situação concreta, a própria essência do socialismo científico^[341]. Em nome da tradição e dos argumentos de autoridade, chegam ao absurdo de tratar numa organização de forças proletárias, como foi durante alguns anos da III Internacional^[342], com atitudes que mais parecem com os boatos que trataram as encíclicas do Concílio de Trento ou do Vaticano^[343]. Confundem orientações com princípios, e estes com dogmas, negando assim a própria essência do materialismo dialético^[344] [...].

A segunda questão levantada pelos camaradas do CRA23 como questão de princípio, diante da qual eu deveria fazer autocrítica para não ser destituído da direção [a primeira era a avaliação do papel histórico de Stalin, para Paulo uma questão aberta pois merecia maiores estudos³⁴⁵], é a questão de Deus e da Religião.

338 Ou seja, fruto da incapacidade do sujeito histórico em encarar a realidade material, precisando remeter-se a uma realidade alheia a ele.

339 A noção de oportunismo remete a um jargão muito utilizado nos partidos revolucionários. Significaria uma atuação sem princípios, que teria como objetivo apenas tirar proveito da vulnerabilidade de alguém ou de uma situação, sem ter, em si, qualquer propósito construtivo real.

340 Aqui, Paulo se aproveitava da acusação para remeter a outro debate que ocorria dentro do partido: a análise material da sociedade brasileira ou da Revolução não seria um problema de princípios – de compatibilidade ou incompatibilidade com o marxismo revolucionário – mas questões de síntese concreta, ou seja, de caracterização, o que envolvia necessariamente uma disputa de ideias.

341 Ou seja, Paulo evocava os companheiros, que estavam seguindo as ideias da Via Chinesa como se fossem parte dos seus princípios, a darem um passo atrás e refazerem a análise concreta da realidade brasileira.

342 A Terceira Internacional ou Internacional Comunista foi uma organização fundada por Vladimir Lenin que durou de 1919 a 1943, reunindo partidos comunistas de diferentes países. Seu objetivo era lutar pela superação do capitalismo.

343 Aqui, Paulo fazia uma referência direta à inquisição e à contrarreforma, quando a Igreja reafirmou seus dogmas e decidiu perseguir os protestantes, a partir do Concílio de Trento, entre as décadas de 1540 e 1560, e à doutrina da infalibilidade papal estabelecida pelo concílio Vaticano I, realizado entre 1869 e 1870. Paulo apelava para a formação católica crítica dos seus camaradas de organização, a fim de fazê-los perceber o que ele mesmo via como um ato inquisitório e de abuso de poder.

344 Paulo, aqui, tentava se posicionar frente à posição delicada que se encontrava por compor uma minoria dentro do partido. Para ele, questões como a revisão do stalinismo eram orientações do partido, ou seja, eram uma tarefa a ser realizada pelos militantes, sem que fosse, em si, uma questão de princípios – como era, por exemplo, a defesa da Revolução. Por outro lado, ao citar os dogmas, mais uma vez se utilizava da linguagem religiosa – comum a muitos membros da organização – para alertá-los sobre o nível de controle que estavam tentando estabelecer sobre os seus militantes.

345 Diferentemente dos camaradas da maioria da direção, que foram criticados pelo PCdoB de serem muito “trotzkistas” e decidiram fazer uma “revisão crítica”, vendo como positivo o papel histórico de Stalin, Paulo não estava

Os camaradas da S72 chegam no seu objetivismo dogmático a afirmar que tenho uma concepção do mundo idealista^[346], não tendo superado de forma clara minhas ideias sobre a questão de Deus. É admirável a segurança que demonstram os camaradas a respeito de questões que fazem parte do mundo subjetivo^[347] de outros camaradas. Parece o mesmo tipo de segurança que levou muitos camaradas a afirmar com toda segurança o caráter predominantemente feudal da sociedade brasileira^[348]. Sem dúvida a questão é importante, não só para um dirigente nacional, mas para todos. Sem desconhecer o unilateralismo consciente da caracterização quanto à minha origem de classe^[349], desconhecendo o fato de que faz cerca de 15 anos estou ligado à vida e à luta da classe operária brasileira, considero mais importante, mesmo diante desta questão, tratar de tomar a questão mais simplesmente, para perguntar aos camaradas: por que essa exigência^[350] está sendo feita exclusivamente em relação a mim? Como devem saber os camaradas, todos os membros do Birô Político^[351] têm algum passado religioso quando membros da Ação Católica em diferentes áreas, participantes de movimentos de juventude e um ex-seminarista. Temos um dirigente que até há bem pouco tempo era convicto defensor do caráter científico das obras de Pedro Ubaldi^[352] [...].

Não conhecemos assim, de nenhum dos camaradas, uma posição desenvolvida por escrito para ser discutida sobre essa importante questão. Considero e sempre considerei errado tratar essa importante questão^[353] na base do eu creio ou eu não creio. O problema é muito mais sério que isso.

Tendo em vista essa questão, tenho procurado ampliar minhas leituras e desenvolver um processo de revisão crítica com base nos princípios do materialismo dialético sobre a transformação de concepção sobre o problema de Deus e da religião. Iniciei, a partir de minha ligação inicial com a classe operária, em 1955-56, um processo longo, complexo, de transformação ideológica em que eu partia de uma meditação teológica sobre o marxismo e cheguei, finalmente, a inverter radicalmente a questão, para, com base no socialismo científico, analisar a questão de Deus e da religião^[354] [...].

Por outro lado, me recuso a tomar uma atitude religiosa de ‘definir-me’ em relação à questão. Fazer uma autocrítica sem referência política clara é o caminho seguro do

decidido ainda de que o papel de Stalin teria sido positivo para a Revolução. Paulo seguia, aqui, as críticas que passaram a ser feitas contra o “stalinismo” a partir de 1956 com o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

346 O marxismo se afirmava enquanto uma corrente de pensamento materialista em oposição às visões idealistas de mundo. Ao caracterizarem Paulo como dotado de uma visão de mundo “idealista” os camaradas buscavam desqualificá-lo no debate político dentro da organização, uma vez que isso seria totalmente incompatível com os princípios do marxismo-leninismo.

347 Aqui, Paulo fazia uma provocação aos camaradas para que olhassem para o que ele apresentava objetivamente: a sua prática revolucionária à frente da organização; e não para aquilo que fazia parte do seu mundo subjetivo, ou seja, as suas ideias e crenças. Considerava, aqui, que a análise objetiva da sua prática revolucionária deveria bastar para resolver essa questão.

348 Mais uma vez, Paulo buscava ridicularizar a noção, muito difundida nas esquerdas antes desse período, de que a sociedade brasileira seria feudal.

349 Aqui, existia um argumento de acusação pessoal recorrente nas organizações revolucionárias, a ideia de que a origem de classe de um militante (ou seja, sua classe social de nascença e criação) definiria a sua identidade de classe. Paulo argumentava, aqui, pela experiência de classe que ele cultivava há 15 anos ao lado da luta operária brasileira.

350 A ideia de exigências é recorrente nos partidos revolucionários, mas ela é normalmente voltada para fora, como uma estratégia política – exigir algo de uma instituição ou pessoa pública. Uma exigência interna à organização poderia acontecer também, mas Paulo insinuava que esse tipo de exigência, endereçada especificamente à sua pessoa e dada a origem da organização, seria um ato oportunista.

351 O Birô Político seria uma forma diferente de se referir aos camaradas da direção do partido.

352 Pietro de Alleori Ubaldi (Foligno, 18 de agosto de 1886 – São Vicente, 29 de fevereiro de 1972) foi um filósofo espiritualista italiano que viveu também no Brasil e buscava, em suas obras, um viés espiritualista universalista, tentando encontrar uma “lei natural” para a espiritualidade.

353 A questão sobre a crença em Deus.

354 Aqui, Paulo apresentava, de acordo com a lógica dialética, a sua trajetória com relação ao tema. Seria uma “revisão crítica”, ou seja, um trabalho revolucionário subjetivo já feito, no qual um cristão que refletia sobre o socialismo se tornara um socialista refletindo sobre a religião.

oportunismo, que eu me recuso a seguir. Considero ainda insuficiente afirmar que eu me considero um ateu, na medida em que meu conhecimento, principalmente das contribuições de Lenin, é insuficiente³⁵⁵. Considero justo afirmar que, no conhecimento que eu tenho dos textos do marxismo-leninismo sobre a religião e sobre o método dialético, não encontro obstáculos à minha assimilação e aplicação do método dialético e à minha prática revolucionária³⁵⁶ e considero que, nesse sentido, a minha posição é uma posição marxista-leninista.³⁵⁷

3. Na mesma época em que as disputas políticas se acirravam em torno de Paulo e ele tinha que lutar para defender a sua reputação frente aos camaradas, uma nova tristeza se abateu sobre ele: Edimar Ricki – sua parceira de tantos anos, seu amor que por tanto tempo estava distante e com quem ele pretendia um dia se reconciliar – queria a separação. Ela estava exausta da distância e do abandono que sentia por parte de seu companheiro, tendo que sustentar a casa e os filhos sem saber se, ou quando, Paulo poderia voltar. Mais do que isso, tinha que se expor à situação de ter um marido distante – e, muitas vezes, nessa sociedade repressiva, sem notícias e sem poder dizer onde ele estava. Ela cursou a faculdade de Geografia, sendo escolhida como oradora da turma. A situação instável da vida familiar prejudicava inclusive o seu pleito para se tornar diretora de escola e continuar, assim, ajudando as famílias carentes com as quais atuava por meio da educação. Ao mesmo tempo, ela se sentia ressentida, magoada, e já não acreditava mais no amor de Paulo, chegando a suspeitar dele. Jaime, que carregava o fardo de ter abençoado a união do casal, tentava agora intermediar a situação³⁵⁸.

Em cartas, Edi confessava a Jaime que seu casamento havia acabado e, reconhecendo o quanto ele havia lutado por eles, pedia seu amor e paciência. Embora mostrasse admirar o trabalho de seu marido, ela lamentava não conseguir acompanhá-lo. Precisava de um companheiro – o que Paulo, na situação que se encontrava, não conseguia ser. Pedia que ele fosse vê-la para conversarem e que passasse a mensagem para seu irmão. Paulo, entretanto, não aceitava a situação – não estava disposto a dar-lhe o desquite. Queria que ela mudasse de ideia e, especialmente, não queria outro pai para os seus filhos. Foi um processo bastante complicado: o casal não podia se ver e conversar pessoalmente sobre a questão. O diálogo tão difícil era travado por meio de recados eram transmitidos por outras pessoas³⁵⁹.

355 Talvez, aqui, Paulo fizesse referência às obras em que Lenin discute o papel do partido revolucionário com relação à religião, como é o caso de LÉNIN, V. I. *Sobre a atitude do Partido Operário em relação à religião*. V. 1. Lisboa: Edições Avante, 1984.

356 Aqui, mais uma vez, Paulo convida os camaradas a pararem de olhar para a sua realidade subjetiva e olharem objetivamente para a sua prática revolucionária dentro do partido.

357 WRIGHT, Paulo Stuart, 1971 apud WRIGHT, 1993, p. 84 – 86.

358 WRIGHT, 1993, p. 87.

359 Ibid., p. 87 – 90.

Em agosto de 1970, na 3ª Vara da Família e Sucessões, em São Paulo, começou o processo – com a ausência de Paulo. Jaime tratou de contratar os advogados para viabilizar a questão. Em uma carta à sua irmã nos EUA, ainda no natal de 1970, Paulo já se queixava de sua situação. Lamentava que nessa luta que ele e outros empreendiam havia um “custo muito alto, particularmente em relação à vida familiar, que praticamente cessa de existir”³⁶⁰.

O entendimento jurídico corrente da época não dava conta da profundidade e da complexidade da situação do casal. Em primeiro lugar, a vontade da mulher não era considerada soberana, sendo necessária uma argumentação da ordem do Direito que “encaixasse” a vida de uma família separada pela Ditadura com uma literatura que ignorava esse tipo de situação. Foi argumentado na ação que “o afastamento voluntário, não imperioso, deixando a família sem subsistência”³⁶¹ era válido para o pedido do desquite. Ainda que “o abandono deve prolongar-se por [poder] ser resultado de um movimento irrefletido”³⁶² e que se o cônjuge decidisse voltar ao seio da família deveria ser aceito de volta, não constava no processo que a separação do casal era resultante da Ditadura que imperava sobre o país e que, por causa da perseguição política, o marido não podia voltar ao lar.

Isso era resultado do modo como Edimar e os advogados contratados por Jaime decidiram manter o processo – não entrariam nesse tipo de detalhe para não prejudicar nem Paulo e nem Edi. A exposição era sempre um risco para aqueles que estavam sendo perseguidos pela Ditadura e o próprio acesso à justiça familiar era uma questão delicada, e talvez até perigosa, portanto, ela não podia expor a situação do seu cônjuge sob o risco de estar dando informações para os órgãos responsáveis pela perseguição política. Assim, aparecia no processo que “os motivos que levaram o réu a se afastar são dele. Não cabe à vítima o papel de acusadora”. Ou seja, a vontade dela, tão somente, não era soberana, mas, ao mesmo tempo, ela não podia fazer queixas para fundamentar seu pedido. Era uma ação difícil: nem podia ela, que queria se separar, prestar queixas, e nem podia ele, que não queria a separação, comparecer em sua defesa.

A situação complicada do julgamento se prolongou e foi muito difícil. Edi chegou a vacilar na sua decisão, mas acabou mantendo o seu desejo. O casal estava separado há mais de 6 anos. No processo, constava que haviam vivido harmoniosamente até 1964, quando o marido “não mais retornou ao lar por motivos que só os desígnios de Deus podem

360 Ibid., p. 92.

361 Ibid., p. 90.

362 Ibid., p. 90.

explicar”³⁶³. Ainda nos autos, a esposa “estaria disposta a aguardar o retorno de seu esposo se não tivesse obrigações para com os filhos do casal”³⁶⁴ – segundo a argumentação jurídica da época, a família precisava do “pátrio poder”. Em março de 1971, foi proferida sentença favorável ao desquite pelo abandono “voluntário” do lar.

Mesmo entre os irmãos, o clima se deteriorava pouco a pouco. Paulo buscava ter com Jaime um diálogo sempre ativo, na medida em que a insegurança da clandestinidade permitia. A partir de um momento, porém, Jaime passou a pedir para que o irmão evitasse temas políticos em suas cartas e em suas conversações. De algum modo, a visão de mundo e o modo de encarar a realidade dos irmãos estava cada vez mais diferente e, do ponto de vista de Jaime, parecia que Paulo estaria fazendo proselitismo – tentando convertê-lo³⁶⁵.

Não considero que seja justo caracterizar o companheirismo que temos tido durante esses anos como uma relação de proselitismo, e sim de profunda amizade, mantida com base no que tínhamos de comum sem desconhecer o que nos separa. Se você teve respeito pelo que faço e penso, considero que também não faltei respeito e consideração para com você, ainda que certamente tinha vontade de poder conversar mais com você sobre as questões que por sua proposta excluímos das nossas conversações^[366]. Acho que isto não implica em não aceitá-lo como você é, o que tenho feito, nem que o considere imutável, como nunca tive a impressão de ser. Considero, por isso, que a verdadeira amizade, uma verdadeira relação fraterna como a que temos, exige o conhecimento mútuo, a troca de ideias e experiências. Pois assim como as coisas mudam, nós também mudamos^[367]. E só a constante conversa é que permite o aprofundamento do conhecimento da confiança e da nossa amizade. Considero que jamais tenha tido com você um esforço de catequese. Imaginei que assim como me interessava conhecer suas experiências, seus pensamentos, você tivesse também interesse em conhecer os meus. Nunca pensei que a amizade em geral e, menos ainda, a nossa, dependesse de pensarmos igual ou de fazermos as mesmas coisas. Lamento que o fato de abrir o meu coração a você tenha sido visto por você como um ato de proselitismo. Considero que fui absolutamente sincero com você. Acho que existe uma grande diferença entre proselitismo e o que se chama testemunho^[368]. Está claro que, se considerarmos justa uma proposta, não temos vontade de escondê-la, e particularmente, das pessoas que queremos bem. Não posso imaginar que com você seja diferente. [...]

Considero que fomos (nós) criados num clima de liberdade, dentro do espírito do livre exame, o que nos permitiu desenvolver a atitude verdadeira do diálogo sem aspás, dado que a própria tarefa de evangelização, vista no plano bíblico, é um verdadeiro diálogo, ou seja, de ouvir o mundo ao mesmo tempo que se fala com ele^[369]. Posso ter errado no meu relacionamento com você e com as crianças, mas não considero que tenha jamais manchado o espírito fraterno que sempre nos uniu e, estou certo, não deixará de existir. [...]

363 Ibid., p. 91.

364 Ibid., p. 90.

365 Proselitismo, na linguagem religiosa – da qual comungavam os dois irmãos –, significava, literalmente, um ato de catequese, como se Paulo buscasse converter ou instruir seu irmão na “fê” revolucionária.

366 O que Jaime havia proposto que fosse excluído das conversações dos dois eram exatamente os temas políticos, sobre os quais ele acusava Paulo de “proselitismo”.

367 Paulo queria dizer que a sua vida clandestina e a sua prática revolucionária o haviam mudado e, para manter o “conhecimento mútuo” para com seu irmão, precisava conversar a esse respeito.

368 Paulo apelava mais uma vez para a linguagem religiosa: o testemunho seria a explanação sobre as revelações – divinas – que ele teria experienciado, sem a intenção, necessariamente, de qualquer tipo de conversão. Ele se via apenas no papel de testemunhar, ou seja, de falar a respeito.

369 Ou seja, Paulo argumentava que o verdadeiro diálogo não implicaria em proibir determinados temas.

Não considero que tenha deixado de apoiar os seus ideais ou a sua vocação, dado que sempre considerei que em diferentes campos os nossos ideais e a nossa vocação eram comuns. Acho que sempre tive por você o maior respeito, respeito esse que sempre manifestei a todos os meus amigos. [...]

Tenho duas observações entretanto. Primeiro: A minha discordância contra o que considero ser as injustas avaliações a meu respeito, do que você chama de proselitismo de minha parte. Não imaginava vê-lo ao lado dos que me julgam injustamente de sectário, místico, fanático, etc.^[370] quando a tarefa que cumpro foi iniciada motivada pelo cumprimento do testemunho que tantos proclamam^[371] sem tirar dele as consequências que tirei^[372]. Se cometo erro, considero que a maior ajuda que você e outros podem me dar é criticando-me com toda franqueza e sem reservas. Segundo: Não concordo tampouco com a forma unilateral em que você tomou a decisão. Parece-me que não custaria ter uma conversa comigo sobre o assunto. Acho que você pode saber que não sou irracional ou incapaz de compreender ou aceitar aquilo que você considera necessário à sua segurança e para o cumprimento do seu trabalho^[373]. Acho que faltou mais confiança.

Posso assegurar-lhe que por mais que eu possa divergir de você, isto não afeta o profundo e fraterno sentimento que guardo por você e todos os seus. [...] Abraços mui fraternos, do seu irmão.³⁷⁴

Paulo se via cada vez mais pressionado: de um lado, as disputas internas dentro da AP o levavam a ter de se defender de acusações injustas ou mentirosas; do outro, sua dedicação à luta clandestina, por um período tão prolongado, fazia com que suas relações pessoais estivessem se deteriorando. Apesar disso, ele seguia tentando ir em frente em seus objetivos. Mesmo o medo da água, que tinha desde que seus irmãos se afogaram no Rio do Peixe, não o impediu de aprender a nadar, parte do seu treinamento físico como militante revolucionário. Tentou ajudar muitos companheiros e companheiras que precisavam, por algum motivo, sair do país – mas ele próprio não fugiria da luta, embora pudesse: havia decidido ser um revolucionário.

Em 1972, Paulo foi expulso da APML, organização à qual tinha devotado boa parte da sua vida militante. A maioria da direção acusava a minoria de “fracionistas”, “recalcitrantes”, “indisciplinados” e “neotrotsquistas”.

O Birô Político decide expulsar os indivíduos João [codinome de Paulo] e Dorival [codinome do companheiro de organização Jair Ferreira de Sá] das fileiras da nossa organização. Submete esta decisão à imediata homologação do Comitê Central. Denuncia o propósito de João e Dorival de fundar um novo grupo neotrotsquista^[375]

370 Ou seja, os que o julgavam por ser um militante revolucionário em um partido clandestino.

371 A palavra proclamação, aqui, também tinha um sentido religioso, de fazer uma declaração advinda do testemunho como parte do trabalho religioso.

372 Ou seja, muitos possuíam o mesmo testemunho que Paulo e o proclamavam, mas não tiravam dele a consequência que ele tirou, ou seja, a missão socialista e revolucionária como lutador clandestino.

373 Ou seja, Jaime não estava apenas incomodado com a ideia de “proselitismo”, mas legitimamente preocupado com a sua segurança, uma vez que seu envolvimento com Paulo poderia levar à perseguição dele próprio pelo regime. Ou seja, não era apenas uma atitude de seu irmão que o deixava desconfortável, mas acima de tudo o ambiente repressivo e inseguro no qual o país estava mergulhado.

374 WRIGHT, Paulo Stuart, 1971 apud WRIGHT, 1993, p. 92 – 94.

375 O termo neotrotskista, aqui, era um ataque direto: para as organizações marxista-leninistas mais ortodoxas, o trotskismo – linha inspirada em Leon Trótski (nascido Liev Davidovich Bronstein. Ver: LEON TRÓTSKI. *In: Wikipédia. A enciclopédia livre.* Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?search=Leon+Tr%C3%B3tski&title=Especial:Pesquisar&profile=advanced&full>

em nosso país. E conclama imediatamente todos os militantes e dirigentes de nossa valorosa Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil a cerrar fileiras em torno do Comitê Central^[376], aguçar sua vigilância de classe e pôr em tensão todas as forças para desmascarar e liquidar, no terreno político-ideológico e no terreno orgânico, o grupo neotrotsquista de João e Dorival e levar até o fim o movimento de proletarianização da Ação Popular! [...] O Birô Político tem inteira confiança que a Ação Popular levará até o fim o movimento de sua proletarianização e criará todas as condições políticas e orgânicas para sua incorporação ao Partido Comunista do Brasil, prestando uma relevante contribuição ao fortalecimento, renovação e revolucionarização do partido da classe operária em nosso país.³⁷⁷

Paulo e Jair Ferreira de Sá, assim como os militantes, os seguiram nesse racha, passaram a fazer parte do grupo conhecido como APML do B, AP socialista ou Refazendo, após a sua expulsão, trabalhando na construção de um partido de tipo novo³⁷⁸ e conversando com os poucos companheiros que seguiram e aderiram ao seu movimento. Mas Paulo já dava sinais de tristeza e cansaço. Ele seguia afirmando nos documentos escritos para a organização:

É necessário um elevado nível de compreensão, paciência e persistência, pois do contrário não chegaremos até lá. [...] Sem desenvolver a atitude de confiar resolutamente nas próprias forças não teremos nunca uma atitude de independência política e autodeterminação, essenciais no relacionamento fraterno com as outras forças, inclusive o PCdoB^[379], às quais devemos propor a tarefa gloriosa de construir em nosso país um partido de tipo inteiramente novo – maoísta.³⁸⁰

A clandestinidade era sufocante para esses camaradas que tinham dificuldades em organizar o partido, dialogar com as massas à “luz do sol” e fazer propagar suas ideias. Um dos últimos textos escritos por Paulo foi um Curso de Orientação Sindical, em que discutia temas como o sindicalismo; o fascismo; a luta pelo socialismo; o Estado brasileiro e a luta popular no Brasil; a tarefa histórica da classe operária contra a Ditadura; e propostas concretas para a classe.

Desde os tempos bíblicos já se dizia que aquele que não trabalha não deve comer, que a ninguém é lícito comer o pão de cada dia com base no suor do trabalho alheio, que a cada um deve ser dado segundo a sua necessidade. Nada disso cumpre o sistema capitalista, porque é dirigido exatamente pelos que não trabalham, comem muito bem e vivem à custa do suor do rosto dos que trabalham^[381]. Cabe à classe operária mudar essa situação e transformar a sociedade, substituindo a democracia

[text=1&ns=1&searchengine=select=mediawiki](#), Acesso em: 1 jul. 2022); Ianovka, 7 de novembro de 1879 — Coyoacán, 21 de agosto de 1940), dissidente da União Soviética durante o período do stalinismo – era visto como um movimento de traição e sabotagem da Revolução.

376 Tratava-se, aqui, de uma medida para conter o racha da organização, conclamando os companheiros a se manterem firmes nas determinações que o Comitê Central fazia nesse momento de ruptura – não dando ouvidos para aqueles que vacilavam ou saíam da organização.

377 BIRÔ POLÍTICO DA APML, 1971 apud WRIGHT, 1993, p. 96 – 97.

378 Seu objetivo era a construção de um partido de massas proletário, o que levou, muitos anos mais tarde, os companheiros que conseguiram sobreviver na organização a participar da fundação do PT.

379 Ou seja, apesar do racha, a postura da nova APML era de diálogo com as demais forças políticas para a tarefa de fundação de um partido de massas.

380 WRIGHT, Paulo Stuart apud WRIGHT, 1993, p. 97 – 98.

381 Ou seja, não seria possível atingir esses objetivos dentro do sistema capitalista, sendo necessária uma revolução.

burguesa pela democracia proletária^[382]. Substituindo o Estado burguês pelo Estado proletário [...].

Em 1968, a Ação Popular, que vinha incentivando essa luta, adotou oficialmente uma linha que dirigia seu esforço principal à luta contra o feudalismo^[383] e o imperialismo, somando-se à visão dogmática e oportunista de direita defendida historicamente pelo PCdoB e PCB^[384]. O que se propunha efetivamente, de forma destacada aos estudantes e operários, era deixar as cidades e ir para o campo, concentrar seus esforços em torno dos camponeses, que seriam a principal força da revolução. As consequências da condução da luta operária com esse tipo de concepção foram profundamente prejudiciais.

A outra alternativa que se apresentou na luta revolucionária foi a Guevara-Debraysta^[385], que teve como caminho concreto assaltar bancos, fazer sequestros para libertar presos, algumas ações terroristas, mais assaltos, etc.^[386] Prevvia-se que esse processo permitiria acumular dinheiro e armas para montar guerrilhas no campo. O prejuízo dessa perspectiva está ainda para ser medido. O que se sabe já é que disso resultou a morte de dezenas de lideranças revolucionárias, centenas de prisões, exílios forçados, o reforço de repressão, o isolamento das forças revolucionárias no seio do povo^[387].

A ditadura militar fortaleceu-se, o nível de luta e organização das forças populares baixou. A UNE, que durante tantos anos contribuiu para o avanço da luta democrática em nosso país, somando o resultado da prática das duas linhas que polarizavam o movimento estudantil, praticamente desapareceu do mapa^[388]. A soma da linha esquerdista do foco com a linha direitista da guerra popular era dose forte demais para que o movimento pudesse sobreviver^[389]. [...]

Com as características da sociedade brasileira, está claro que o caminho da tomada do poder não é o caminho da construção de bases de apoio no campo e o cerco da cidade a partir do campo. O caminho é o apontado pela história do cavalo de Troia. A tomada do poder no Brasil será feita dentro das cidades. O cavalo já está dentro das cidades^[390]. São as fábricas, que foram construídas pelos próprios operários, que devem agora tomar as próprias cidades, construídas com seus próprios braços. O que falta para isso é a consciência, organização e luta dirigida corretamente^[391]. Se tivermos uma justa direção, os resultados começarão a aparecer e o caminho da libertação ficará mais próximo. A aurora do novo dia não tardará. [...]

382 Aqui, Paulo se utiliza do conceito de democracia proletária – e não de ditadura do proletariado – mesmo que, à época, o Brasil vivesse uma ditadura burguesa. Era uma opção consciente de reivindicar a democracia proletária e não a ditadura do proletariado.

383 Aqui, Paulo criticava novamente as linhas políticas que viam o Brasil como país feudal, fosse para reivindicar a necessidade de uma Revolução Burguesa Nacionalista ou para reivindicar a primazia do campesinato como classe revolucionária, empregando o modelo chinês.

384 Paulo caracterizava essas linhas: dogmáticas, porque não se baseavam em uma discussão aberta sobre a sociedade brasileira; oportunistas, porque não buscavam a construção de um horizonte estratégico; e de direita, porque não colocavam o proletariado como classe revolucionária.

385 A linha caracterizada, aqui, como Guevara-Debraysta é aquela baseada na estratégia do foquismo.

386 Paulo listava, aqui, as táticas que os militantes que seguiram esse caminho utilizaram para a sua estratégia revolucionária, das quais ele também discordava.

387 Ou seja, a crítica de Paulo não era meramente moral, mas de que essas estratégias haviam produzido um retrocesso histórico no movimento, fosse pela perda de quadros ou pelo distanciamento que produziram com o povo brasileiro.

388 Paulo, aqui, se referia ao retrocesso que foi produzido na UNE após o ataque a Ibiúna – com a prisão dos principais quadros – e, posteriormente, com o AI-5.

389 Ou seja, a linha do foco guerrilheiro seria vista como esquerdista porque se baseava num imediatismo voluntarioso de fazer ações revolucionárias sem a construção com a base da sociedade.

390 Aqui, Paulo faz várias alusões. Uma delas é a ideia de que é o próprio capitalismo que produz a classe que o destruirá, ou seja, a classe operária – como consta no Manifesto Comunista. A outra é a de que essa classe já estaria nas cidades e seria como o Cavalo de Troia, que foi convidado a entrar nelas, os centros de poder, como trabalhadores, e seriam esses trabalhadores que precisariam ser mobilizados para fazer eclodir a revolução.

391 Ou seja, o trabalho do partido revolucionário seria esse, de promover a consciência, a organização e a direção para as massas proletárias nas cidades.

A libertação da classe operária brasileira da opressão em que ela vive juntamente com todo o nosso povo^[392], só virá através da destruição do capitalismo e da ditadura que a burguesia brasileira exerce contra o nosso povo^[393]. Só com o socialismo, um Estado dirigido pela classe operária em benefício de todos os oprimidos, é que a situação vai mudar radicalmente para melhor. O Estado dirigido pela classe operária, diferente do Estado da burguesia, garantirá a todos os que trabalham a mais ampla liberdade e democracia^[394]. Só os que exploram e querem continuar explorando os outros podem considerar que o Estado socialista vai lhe prejudicar. No socialismo ninguém terá o direito de explorar os outros. O direito do trabalhador será respeitado e garantido. [...] ³⁹⁵

4. O ano de 1973 se aproximava, e com ele também o cerco que era feito pela repressão ao grupo de Paulo, como já estavam fazendo com vários grupos de esquerda. A APML seria vítima dessa violência clandestina na Operação Cacau, um desdobramento da Operação Bandeirantes, voltada especificamente para aquela organização, em setembro daquele ano. A Operação Bandeirante tinha como sede o terreno entre as Ruas Tutoia e Tomás Carvalhal, em São Paulo – SP. Mais tarde, recebeu o nome de DOI – Departamento de Operações de Informação, muitas vezes seguido pela sigla CODI – Centro de Operações de Defesa Interna. Esse centro tinha a função de perseguir aqueles que se opunham à Ditadura vigente no país. Nele, morreram comprovadamente 66 pessoas, 39 delas sob tortura após a prisão e outras 27 baleadas durante a detenção³⁹⁶.

Os militantes sabiam do que se passava na guerra clandestina que o Estado brasileiro empregava, sem seguir as leis e os direitos humanos. As autoridades estavam caçando os militantes de esquerda: prendiam-nos sem julgamentos; torturavam brutalmente os prisioneiros para conseguir confissões e informações, de modo que muitos acabavam mortos; ocultavam das famílias e dos conhecidos o seu paradeiro; e muitas vezes os desapareciam definitivamente. Muitos saíam do Brasil para evitar esse destino, buscando articular a luta de fora do país. Mas Paulo ficou assumindo os riscos que considerava necessários para continuar sua luta.

392 Mais uma vez Paulo faz alusão a ideias que estão na tradição marxista desde o Manifesto Comunista: o objetivo do proletariado não seria apenas a libertação dele próprio, mas a libertação de todo o povo.

393 Ou seja, tratava-se de uma tarefa dupla do proletariado: a derrubada simultânea do capitalismo e da ditadura capitalista que se instaurava no país.

394 Novamente, Paulo reivindica, aqui, a democracia operária como um estado de liberdade e não apenas uma ditadura do proletariado.

395 WRIGHT, Paulo Stuart, 1972 apud WRIGHT, 1993, p. 98 – 100.

396 GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015.

Essa organização terrorista do Estado já havia caçado vários outros grupos quando se voltaram para a APLM: A Ação Libertadora Nacional (ALN)³⁹⁷; a Ala Vermelha do PCdoB³⁹⁸; o Comando de Libertação Nacional (COLINA)³⁹⁹; o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)⁴⁰⁰; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR 8)⁴⁰¹; o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)⁴⁰²; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)⁴⁰³; o Partido Comunista Revolucionário (PCR)⁴⁰⁴; a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES)⁴⁰⁵; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁴⁰⁶; entre outras.

Na ficha de Paulo Stuart Wright já constavam: os codinomes que ele usava; que teria sido eleito deputado com a ajuda do PCB – e que teria sido cassado; que o II Exército havia solicitado sua detenção em 1964; que “participava de comícios do conhecido líder comunista padre Alípio de Freitas (fundador do PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores)”; que teria feito curso de guerrilha em Cuba; que havia dirigido na AP a Comissão Militar em 1967 e a Camponesa em 1968, bem como o Projeto Teixeira, em 1969; que tivera sua detenção preventiva decretada em 1970; que teria duas condenações, a um e seis anos de reclusão; que fora “visto em 1969 nas ruas de São Paulo disfarçado com bigode estilo cubano ou do tipo Dr.

397 A ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização de Luta Armada fundada por Carlos Marighela e outros militantes, os quais formaram uma dissidência do PCB por esta organização não promover a luta contra a Ditadura Militar. A maioria dos seus militantes foi presa ou morta entre 1969 (morte de Marighela) e 1974.

398 Tratava-se de uma ala do PCdoB que rompeu com a organização entre 1966 e 1967, fazendo a opção pelo foquismo como estratégia revolucionária. A organização foi duramente debilitada pela repressão e a partir de 1971 passou a fazer uma autocrítica da sua atuação militarista.

399 O Comando de Libertação Nacional (COLINA) foi uma organização guerrilheira brasileira, formada especialmente por estudantes universitários em Minas Gerais, a partir de 1967. Dessa organização participou a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A organização foi duramente reprimida entre 1968 e 1969.

400 O Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) foi uma organização guerrilheira formada por estudantes universitários que divergiram da linha da ALN em São Paulo, entre 1970 e 1971, quando o movimento foi praticamente dizimado pela repressão.

401 O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR 8) foi uma organização de luta armada brasileira surgida em 1964 no estado do Rio de Janeiro, com o nome de Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ). Após a morte de Che Guevara, passaram a utilizar a data de sua captura na Bolívia, 8 de outubro, como parte de seu nome. A maioria dos seus militantes fugiu para o Chile em 1972, mas, após isso, o grupo optou por deixar a luta armada e se concentrar na luta política, existindo até hoje.

402 O Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) foi uma organização revolucionária que existiu entre 1969 e 1970 durante a Ditadura Militar, sendo fundado por ex-militantes da Ala Vermelha do PCdoB. Foi desarticulado pela repressão em 1971.

403 O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário foi um partido comunista fundado em 1968 por egressos do PCB. Em 1970, a repressão atingiu duramente essa organização, praticamente desarticulando o partido.

404 O Partido Comunista Revolucionário foi fundado em 1966 em Recife, como um racha do PCdoB. A maior parte de seus militantes foi perseguida e presa, ou morta, pela Ditadura.

405 A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) Foi uma organização de luta armada durante a Ditadura Militar, surgida em 1969 com a fusão do COLINA com a VPR de Carlos Lamarca. A organização teve várias lideranças presas ou assassinadas pela Ditadura, o que a desarticulou.

406 A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi um grupo de luta armada formado em 1966, do qual participou Carlos Lamarca. A organização optou pela sua dissolução em 1971, após a morte de seu último comandante.

Jivago”⁴⁰⁷; que era “Membro da Direção Nacional da APML do B⁴⁰⁸, [...] o segundo homem em importância na organização”⁴⁰⁹.

A Operação Cacau, desdobramento da Operação Bandeirantes, levaria à captura de 38 membros da APML espalhados por Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. A operação estava marcada para ocorrer em setembro de 1973, na Semana da Pátria⁴¹⁰. A captura de Paulo se deu no dia 2 de setembro, conforme o plano da Operação Cacau. Ele estava hospedado na casa de uma enfermeira usando o codinome de Pedro João Tim. Saiu para encontrar-se com seu companheiro estudante⁴¹¹ na Estação da Luz em São Paulo – SP. O trem que eles pegaram partiu em direção a Santo André, Mauá⁴¹². O companheiro percebeu olhares e sentiu que estavam sendo seguidos e observados, pedindo para disfarçar. Paulo, com a blusa de frio no braço, deixou cair o jornal no chão e deu uma olhada em direção aos possíveis perseguidores, tendo a mesma impressão. Os dois decidiram, então, descer do trem separadamente, primeiro o companheiro e, por último, Paulo. Essa foi a última vez que ele seria visto por um conhecido.

O companheiro de Paulo foi preso logo que chegou em casa, como tantos outros da organização. Entretanto, ninguém conseguiu encontrar Paulo na sede da Operação Bandeirantes, para onde foram levados. Dos lapsos de memória dessas vítimas capturadas pela Ditadura, o companheiro se lembra de ter visto a blusa de frio de Paulo na sala de tortura e uma papeleta com receituário de colírio para “Paulo Wright”. Mas não chegou a vê-lo.

Jaime Wright, irmão de Paulo que tanto havia se correspondido com ele, recebeu três telefonemas: “Paulo caiu”, “João caiu” e “Paulo caiu”⁴¹³. Ele, imediatamente, começou a tomar providências para saber do paradeiro de Paulo: pediu ajuda de um colega presbiteriano tenente-coronel, que foi com ele até a sede da OBAN, em São Paulo. Lá, perguntaram ao sargento sobre Paulo Stuart Wright, preso dois dias antes. Após meia hora de espera, o sargento regressou dizendo que não havia ali nenhuma pessoa com esse nome.

407 Dr. Jivago é um filme de 1965, baseado no romance homônimo de Boris Pasternak, de 1956. Trata-se de um filme anticomunista ambientado no período da Revolução Russa, de 1917.

408 O grupo de Paulo – que não se fundiu com o PCdoB – aparece, aqui, referenciado como APML do B. Muitas vezes, porém, era referenciado apenas como “AP de esquerda” ou “Refazendo”. Os últimos militantes que sobreviveram à repressão nessa organização participaram da fundação do PT.

409 WRIGHT, 1993, p. 102 – 103.

410 Em torno do dia 7 de setembro, data da proclamação da Independência do Brasil, uma das datas mais celebradas pela Ditadura Militar.

411 Trata-se do militante Osvaldo Rocha.

412 Santo André, Mauá, municípios vizinhos que ficam na região metropolitana de São Paulo - SP

413 Os militantes da época, por vezes, se referiam à captura de um dos seus como “queda”. Jaime sabia disso. Se diziam que Paulo “caiu” significava que havia sido capturado.

O passo seguinte foi conseguir um advogado para entrar com um pedido de *habeas corpus* e procurar testemunhas. O depoimento da enfermeira seria lido em sessão secreta do Superior Tribunal Militar, afirmando que havia visto Pedro João Tim, o Paulo Wright, de capuz, machucado, pois tinha sido empurrado escada abaixo. Tinha certeza de que era ele. Ouviu sua voz, inconfundível. Viu seu corpo, só podia ser ele.

O Correio Braziliense, no dia 24 de novembro de 1973, noticiava:

Diligência para sumiço de Wright – O ministro Augusto Fragoso do STM declarou ontem que “já foi o tempo em que os direitos humanos prevaleciam sobre os interesses do Estado. Hoje, o Estado tem direitos reconhecidos pela Carta das Nações Unidas e a OEA; portanto o que se deve pretender é que haja um equilíbrio entre os dois”^[414].

Essa declaração está inserida no relatório que o general fez de um pedido de *habeas corpus* formulado pelo criminalista José Carlos Dias^[415] em favor de Paulo Stuart Wright. O ministro ponderou ainda que “as autoridades coatoras^[416] têm o dever de dar informações, o que não acontece – se faço um pedido minucioso e me enviam respostas vagas, lacunosas, eu não tenho elementos para despachar com o relator”.

A seguir o defensor de Paulo Stuart Wright requereu uma sessão em segredo de justiça para relatar ao Tribunal fatos sigilosos, para que fossem feitas diligências no caso, pois ele afirmava que “só fui autorizado a quebrar sigilo na presença dos membros do Tribunal e do Ministério Público”.

Por oito votos a cinco o STM decidiu ouvir em sessão secreta as revelações do Advogado – e ainda na sessão em segredo de Justiça ficou decidido que o pedido seria convertido em diligência^[417]. Negando o pedido, entretanto, o ministro Waldemar Torres sustentou que o Tribunal teria outros meios para obtenção de informações, concluindo que deveria haver provas de que as informações dadas pelas autoridades do DOI (Operação Bandeirantes), CENIMAR⁴¹⁸ e do II Exército apontadas no *habeas corpus* como coatoras, eram falsas^[419]. Foi acompanhado pelos ministros Jacy Pinheiro, Syseno Sarmento, Grum Moss e Sylvio Moutinho.⁴²⁰

O pedido inicial de *habeas corpus*, de 3 de outubro de 1973, solicitava:

[...] Em face do exposto requer o processamento do presente pedido, a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora^[421], a fim de que esclareça:

A data em que ocorreu a prisão do paciente;
Que motivos a determinaram e por que ela subsiste;
Se permanece preso naquele órgão de segurança;
Em caso negativo, para onde foi transferido.

414 Ou seja, na visão do juiz a questão dos direitos humanos poderia, muitas vezes, ser vista como secundária em relação aos interesses do Estado.

415 José Carlos Dias (São Paulo, 1939) é um advogado criminalista e político brasileiro que teve uma participação muito importante durante a Ditadura Militar como advogado de presos políticos, tendo sido eleito, em 2019, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Evaristo Arns, para o biênio de 2019-2021.

416 Ou seja, aquelas que determinaram a sua prisão – o que não era sabido ao certo, pois nenhuma autoridade assumiu a prisão de Paulo publicamente.

417 Ou seja, se determinasse que fossem tomadas providências oficiais do âmbito jurídico, afim de investigar os fatos.

418 O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) era um órgão subordinado ao Ministro da Marinha e responsável pela repressão política durante a Ditadura Militar.

419 Ou seja, os pedidos de diligência – de medidas para obter esclarecimentos – estavam sendo negados para preservar a “reputação” das autoridades encaradas como coatoras – isto é, as autoridades responsáveis pela repressão política. O tribunal, ao negar a diligência, assumia uma postura de fé pública com relação aos órgãos de repressão, uma vez que não era possível, na época, perante o mesmo tribunal, provar que eles não falavam a verdade no caso particular.

420 CORREIO BRAZILIENSE, 24 de novembro de 1973 apud WRIGHT, 1993, p. 106 – 107.

421 Autoridade coatora: aquela que determinou sua prisão.

A alínea ‘d’ objetiva facilitar o processamento da medida pleiteada a esse E. Tribunal, evitando-se assim novos pedidos de informações eventualmente necessários se, as de imediato prestadas, não forem suficientemente esclarecedoras. Com efeito, a resposta pura e simples de que não se encontra preso, não afasta a hipótese de haver estado preso e posteriormente transferido para outro órgão policial.

Se pelas informações prestadas, entender essa Colenda Corte^[422] ser impossível o conhecimento do pedido de habeas corpus em face do que preceitua o Ato Institucional n. 5^[423], pleiteia o impetrante que seja esta petição recebida e julgada como representação para o fim específico de ser quebrada a incomunicabilidade não somente para os familiares do paciente, mas também para os seus advogados.⁴²⁴

A resposta a esse pedido foi o silêncio das autoridades. Quando o silêncio não imperava, dava lugar a uma série de ações e declarações que visavam despistar aqueles que procuravam pelo seu paradeiro, esquivando-se, assim, da responsabilidade do Estado em prestar contas do que fazia. O IV Exército, em documento de 29 de outubro de 1973, emitiu uma nota apressada em que afirmava:

As operações prosseguem visando a captura de João Studart Right^[425] que pertence ao Comando Nacional da APML, organização subversiva e clandestina e que possui as seguintes características: altura, 1.80m, 80 quilos, loiro, cabeludo, 40 anos. Referido elemento está armado, é comprovada periculosidade e deve reagir à prisão.⁴²⁶

A intenção das forças de repressão era, claramente, seguir uma estratégia de diversionismo para despistar e desacreditar aqueles que buscavam o paradeiro de Paulo, brincando com as esperanças das pessoas que buscavam informações.

Essa estratégia se seguiu no episódio que ficou conhecido como o “Teatrinho do Caxangá”. Em 1º de Novembro de 1973, os órgãos de repressão divulgaram uma nota à imprensa sobre uma série de operações realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que foi reproduzida no *Jornal do Brasil*⁴²⁷. Nela, Paulo Wright apareceria como “Antonio”.

[...] os subversivos MATA MACHADO^[428] e GILDO^[429], durante os interrogatórios, confirmaram uma reunião programada para RECIFE. Ambos informaram que no dia

422 Merecedora de veneração e respeito.

423 Ou seja, o advogado sabia da possibilidade de o *habeas corpus* não ser autorizado devido à suspensão dos direitos básicos que impunha o AI-5. Portanto, pedia que ao menos fosse permitida a quebra da incomunicabilidade à qual Paulo estava submetido – caso ele ainda estivesse vivo, o que nunca se comprovou.

424 EM FACE DO EXPOSTO REQUER O PROCESSAMENTO DO PRESENTE PEDIDO. 3 de outubro de 1973 apud WRIGHT, 1993, p. 108.

425 Aqui, o 4º Exército errou o nome, o que pode ter sido uma falha de datilografia pelo documento ter sido ditado para a datilógrafa.

426 IV EXÉRCITO, 1973 apud WRIGHT, 1993, p. 108 – 109.

427 O *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 e editado no Rio de Janeiro, foi um dos órgãos de imprensa do período que sofreu com a censura durante a Ditadura Militar.

428 José Carlos Novaes de Mata Machado (Rio de Janeiro, 20 de março de 1946 – Recife, 28 de outubro de 1973) foi um estudante universitário e um dos dirigentes da APML. Foi morto pelos militares sob tortura no DOI-Codi de Recife. Era filho de Edgar Godoy de Mata Machado (Diamantina, 14 de maio de 1913 – Belo Horizonte, 9 de setembro de 1993), deputado cassado em 1968 por se opor à Ditadura Militar.

28 de outubro teriam, nessa cidade, um encontro com um subversivo de codinome “ANTONIO”, ainda não identificado que seria um dos chefes do Comitê Nacional, encarregado da “Comissão Executiva” e da “Secretaria Internacional” da APML.

No dia 28 de outubro, sob a observação das equipes de segurança, foi propiciado o referido encontro. Cerca das 19h30m, na Avenida Caxangá esquina com a Rua General Polidoro, um elemento de cor branca, cabelos louros e compleição forte, aproximou-se do local onde se encontravam os dois subversivos. Pressentindo alguma irregularidade, a movimentação dos agentes de segurança, abriu fogo contra seus presumíveis companheiros, acusando-os, aos gritos, de traidores, ocasião em que se iniciou o tiroteio.

Aparentemente ferido, o criminoso evadiu-se, deixando morto no local o subversivo GILDO e, gravemente ferido, MATA MACHADO, que morreu quando era transportado para o hospital.

Dois agentes de segurança ficaram feridos, um com maior gravidade, que já está fora de perigo, após delicada cirurgia.

Os Órgãos de Segurança prosseguem as operações visando a identificação e prisão do assassino acima referido, o que deverá ocorrer a qualquer momento, bem como a desarticulação total dessa organização em todo o território nacional.⁴³⁰

Com isso, os Órgãos da Repressão buscavam explicar tanto a morte de Gildo e Mata Machado quanto tentavam incriminar uma figura que seguia a descrição de Paulo Wright. O Coronel Brillhante Ustra⁴³¹, que na época comandava o DOI-CODI, foi considerado o responsável pelas violações de direitos humanos dentro do órgão, e teria sido inquirido pessoalmente por um pastor metodista, amigo de sua família em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Teria então mostrado uma pasta com o nome de Paulo Stuart Wright, contendo, no seu interior, apenas o seu título de eleitor.

Começaram a ser entregues, na casa de Jaime Wright, uma série de pertences e lembranças de seu irmão: uma mala cheia de roupas gastas; um envelope com os documentos pessoais de Paulo Stuart Wright (carteira profissional, certidão de casamento – com anotação do desquite – carteira nacional de habilitação, carteira de inscrição e saúde, fotografias suas e cartas de Edimar), assim como uma porção de recortes de jornal (páginas de economia), panfletos da TFP⁴³², exemplares do jornal *Fato Novo*, documentos em código, datilografados, coisa que o irrequieto Paulo talvez estivesse estudando e se preparando para discutir.

O pastor presbiteriano se via no centro de um drama familiar, que logo passou a perceber que era o mesmo de tantas outras famílias que sofriam em busca de maridos, pais e

429 Gildo Macedo Lacerda (Ituiubá, 08 de julho de 1949 - Recife 28 de outubro de 1973) foi um estudante, radialista e militante da APML. Foi preso pelo Exército em 22 de outubro de 1973 e torturado até a morte.

430 JORNAL DO BRASIL. 1º de novembro de 1973 apud WRIGHT, 1993, p. 109 – 110.

431 Carlos Alberto Brillhante Ustra (Santa Maria, 28 de julho de 1932 – Brasília, 15 de outubro de 2015) foi um coronel do exército brasileiro considerado um dos maiores responsáveis pelas violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar, quando atuou como chefe do DOI-Codi. Foi o primeiro militar condenado pela Justiça Brasileira pela prática de tortura. Jamais deixou de defender a Ditadura e suas ideias anticomunistas.

432 Tradição Família e Propriedade (TFP) é uma sociedade católica tradicionalista de caráter reacionário fundada em 1960, que apoiou o golpe e a Ditadura Militar.

irmãos. Nessa época, conheceu Dom Paulo Evaristo Arns⁴³³, a Comissão de Justiça e Paz⁴³⁴ e as pessoas que, mais adiante, integrariam o Comitê Brasileiro pela Anistia⁴³⁵.

Percebendo a dificuldade de conseguir denunciar os crimes de Estado no Brasil, ou mesmo de se conseguir informações, Jaime foi para os Estados Unidos para, do exterior, buscar pedir apoio, denunciar e fazer alarde. Pedidos de solidariedade e denúncias foram feitos à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA; à Anistia Internacional; a *Latinamerica Press*; à *Common Front for Latin America* (COFFLA); ao *College of the Ozarks*; à *Latin American Working Group*; ao *Clay Center Presbyterian*; à *United Methodist – United Presbyterian* ORICK; ao *Northern California Ecumenical Council*, ao *Presbiteriy Baltimore*; à *United Presbyterian Church in the USA*; ao *Religious News Service*. Apelos foram recebidos pelo Embaixador do Brasil nos EUA⁴³⁶, pelo então presidente e general Emílio Garrastazu Médici⁴³⁷ e pelo presidente do Superior Tribunal Militar⁴³⁸.

Os congressistas John Paul Hammersmidt, Henry Bellman, Frank Church, Edward Kennedy, Bob Dole, James Abouserk, J. W. Fulbright, Stuart Symington, William Proxmire, Howard Baker, Parker Westbrook, Charles H. Percy, Thomas Eagleton, Bill Brock e Hugh Scott intercederam junto ao secretário-assistente para relações com o Congresso e à Secretaria de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos. Com isso, a embaixada dos EUA inquiriu o Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre a situação de Paulo e de outros cidadãos do país. Sobre o caso dele, a resposta foi a de que não estava sob custódia dos órgãos de segurança e que não sabia de seu paradeiro e, ainda, que o considerava cidadão exclusivamente brasileiro, não reconhecendo o direito dos Estados Unidos de intervir em seu favor^{439/440}.

433 Dom Frei Paulo Evaristo Arns O.F.M. (Forquilha, 14 de setembro de 1921 — São Paulo, 14 de dezembro de 2016) foi um frade franciscano, cardeal e escritor brasileiro. Durante a Ditadura, como arcebispo de São Paulo, tornou-se um dos mais proeminentes denunciadores das graves violações de direitos humanos feitas pelo Estado.

434 A Pontifícia Comissão de Justiça e Paz foi criada em 1972, em São Paulo, com o objetivo de lutar contra qualquer tipo de violência. Muitas vezes, essa comissão se voltou para casos de prisões arbitrárias e torturas feitas por representantes do Estado.

435 O Comitê Brasileiro pela Anistia foi formado em 1978 em vários estados do país por advogados, amigos e parentes de presos políticos para coordenar os esforços por uma anistia – perdão – ampla, geral e irrestrita dos atingidos pelos atos de exceção praticados pela Ditadura Militar.

436 O Embaixador do Brasil nos EUA, na época, era João Augusto de Araújo Castro (Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1919 — Washington, 9 de dezembro de 1975), que havia sido ministro das Relações Exteriores durante o governo de João Goulart.

437 Emílio Garrastazu Médici (Bagé, 4 de dezembro de 1905 — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1985) era um general e foi o ditador brasileiro que sucedeu Costa e Silva, sendo responsável pelo período mais autoritário da Ditadura Militar brasileira, de 1969 a 1974.

438 O Presidente do Supremo Tribunal Militar, na época, era Jurandyr de Bizarria Mamede (Salvador, 27 de setembro de 1906 — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1998).

439 Ou seja, o governo brasileiro não aceitava o pleito do governo dos Estados Unidos quanto aos esclarecimentos sobre o seu desaparecimento porque não o considerava cidadão daquele país, e sim apenas um cidadão brasileiro.

440 WRIGHT, 1993, p. 111 – 112.

Buscando recorrer desse tipo de decisão, Jaime Wright conseguiu, na Biblioteca da Suprema Corte, em Washington, um precedente: era o caso de um israelense que havia votado em Israel e que ainda assim recorrera à justiça para conseguir manter a sua cidadania estadunidense⁴⁴¹. Embora toda a trajetória de Paulo indicasse que ele não teria interesse na cidadania estadunidense, esse recurso era utilizado por seu irmão para tentar pressionar, do exterior, que as autoridades brasileiras dessem satisfações sobre o caso. Os advogados contratados concordaram com a ação, alegando:

Em face de todas as considerações já desenvolvidas, nossas conclusões acerca da nacionalidade do Sr. Paulo Stuart Wright são as seguintes:

É brasileiro nato, ‘jus soli’^[442].

É cidadão brasileiro.

É nacional (citizen at birth) dos Estados Unidos da América^[443].

O exercício de direitos políticos no Brasil, como eleitor e como deputado estadual, não implicam na perda de sua nacionalidade americana (citizenship of the United States of America), à vista da regra de ‘common law’^[444] do caso *Beys Afroyim v. Dean Rusk*. Segundo o ‘dictum’^[445] da Suprema Corte, infere-se que é irrelevante o grau de cidadania, a modalidade de direito político exercido por nacional dos Estados Unidos da América em outro Estado, para efeito de perda de nacionalidade^[446]. Importa, tão somente, a vontade expressa do interessado, no sentido de renunciar à nacionalidade americana.

Paulo Stuart Wright foi e é nacional dos Estados Unidos e somente pode perder esse ‘status’ por força de renúncia voluntária e expressa.

Dos quatro filhos brasileiros do casal Latham Ephraim Wright – Maggie Belle Miller Wright, três são binacionais: Paulo Stuart Wright, Margaret Wright French e o reverendo Latham E. Wright Jr.; os dois últimos, no pleno exercício de sua nacionalidade americana e residentes nos Estados Unidos.

Somente o reverendo James N. Wright, nosso consulente, não mais possui nacionalidade americana, por ter a ela renunciado voluntária e expressamente, perante autoridade consular dos Estados Unidos, no Brasil, em 1959.⁴⁴⁷

A única satisfação dada pelas autoridades brasileiras foi uma nota oficial do ministro da Justiça, em fevereiro de 1975, na qual elenca alguns nomes de pessoas que estariam desaparecidas. Entre 27 delas, lá estava Paulo Wright:

441 Esse é o caso citado, em que Beys Afroyim, nascido na Polônia, em 1893, que chegou aos EUA em 1912 e se naturalizou cidadão estadunidense em 1926, foi para Israel em 1950 e votou nas eleições legislativas desse país em 1951. Em 1960, ele pediu para renovar seu passaporte estadunidense, o que foi recusado pelo “*Nationality Act*” de 1940, que declarava que um cidadão perdia a cidadania caso exercesse o direito de voto em outro país. A Suprema Corte decidiu, porém, que o Congresso, por meio de leis, não poderia restringir o direito de um cidadão daquele país e que, uma vez cidadão dos Estados Unidos, a sua cidadania estava protegida pela Constituição que paira acima do poder legislativo. Ou seja, só seria possível perder o direito de cidadania por vontade própria e expressa.

442 Ou seja, por “direito de solo”, segundo o qual a nacionalidade se define pelo local de nascimento.

443 Ou seja, por ser filho de pais estadunidenses.

444 *Common Law* é a família do direito desenvolvida nos países anglo-saxônicos por meio de decisões dos tribunais e não mediante atos legislativos ou executivos, distinta, assim, da família romano-germânica que impera em países como o Brasil.

445 Ou seja, a decisão vinculante – que deve ser aplicada também a outros casos com base na *Common Law*.

446 Ou seja, um cidadão estadunidense não perderia a sua cidadania independentemente de ter votado ou ocupado qualquer tipo de cargo público em outro país, nem por qualquer outro exercício de cidadania.

447 EM FACE DE TODAS AS CONSIDERAÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS apud WRIGHT, 1993, p. 112 – 113.

Em face de notícias recentemente divulgadas pela imprensa, inclusive no exterior, e de apelos dirigidos às autoridades para localização de pessoas apontadas como desaparecidas, na sua quase totalidade vinculadas à subversão. [...]

[...] Paulo Stuart Wright. Filho de Latham Ephraim Wright e Maggia Belle Wright, nascido em 2 de junho de 1933 em Joaçaba, SC. Militante da ‘Ação Marxista-Leninista – APML’ com curso de guerrilha em Cuba e capacitação política na Academia Militar de Pequim, China. Condenado pela Justiça Militar, encontra-se foragido, existindo mandado de prisão expedido pela 1ª Auditoria da 2ª CJM, 13 de março de 1974.⁴⁴⁸

Fazia parte de mais uma estratégia diversionista por parte das autoridades: desaparecido nas garras da repressão, ele era condenado pela justiça e dado como foragido, a fim de manter as aparências de que o Estado brasileiro nada sabia sobre seu paradeiro. Paulo foi condenado a cinco anos de prisão e à suspensão dos seus direitos políticos por dez anos. Ele e outros companheiros da direção da APML receberam a pena máxima. A denúncia dizia:

Dezenas de depoimentos, tomados na polícia e em Juízo, neste e em outros processos que tramitaram ou tramitam nessa Auditoria, não deixam dúvidas de que PAULO STUART WRIGHT, julgo ‘João’ e JAIR FERREIRA DE SÁ, vulgo ‘Dorival’, foram os dirigentes mais importantes da APML e os líderes absolutos dos réus em julgamento.

E tais confissões, que sempre foram qualificadas, constituem prova plena, pois foram prestadas por ‘apistas’^[449] importantes, versam sobre o fato principal e são compatíveis e concordantes com outros subsídios probatórios, inclusive com centenas de documentos publicados pela organização, apreendidos em ‘aparelhos’⁴⁵⁰ e acostados aos autos.

Nesse sentido, as suas atividades, desde 1967 até a instauração do inquérito que arrima a inicial, como membro de todos [os] organismos que dirigiram a APML, no âmbito nacional, assim como as bandeiras ideológicas que levantou, inclusive a nominada ‘linha de esquerda’, ou seja, a que não aderiu ao PCdoB, são minuciosamente narradas por [...].

Como já se asseverou, as suas qualidades de dirigente nacional e as suas atividades criminosas estão publicadas em dezenas de documentos e chamamos a atenção para os seguintes, tendo em mente que provado está que PAULO STUART WRIGHT usava o codinome de João [...].^[451]

Seria ocioso continuar com tais citações, mas chamamos a atenção, ainda, para as cartas dirigidas por este subversivo a outros, já cassados pela revolução, e que se encontram á fls. [...] e foram mimeografadas pela APML, como se vê de suas reproduções.

448 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA apud WRIGHT, 1993, p. 114.

449 Trata-se de um neologismo para fazer referência aos membros da AP.

450 O termo “aparelho” se refere a determinada estrutura que é ocupada ou mantida pela organização.

451 Citavam os seguintes documentos:

- Posição frente à reorganização do Partido e quanto à preparação do Congresso;
- Autocrítica de João sobre a luta entre duas linhas e a condução da luta interna em torno dos 6 pontos;
- Anexo ao documento: 5 pontos de luta interna e proposta do camarada João;
- Carta do camarada João ao Birô Político do Comitê Central;
- Nas fileiras da nova AP não há lugar para fracionistas recalcitrantes. Resolução do Birô Político do Comitê Central da APML do B. Para o conhecimento de todos os organismos. 01/10/1972. (Este documento descreve a resolução do Birô Político do Comitê Central, firmada pelos dirigentes, os quais, posteriormente, bandearam-se para o PCdoB, referentes às destituições das funções de dirigentes de João e Dorival).
- Aos camaradas do Comitê Central Dorival e João; e
- A proposta do DO sobre os acontecimentos em Marabá, o qual termina com as seguintes afirmações: “Pela constituição de um partido inteiramente novo, o MLM (Marxista-Leninista-Maoísta). Pelo avanço da revolução proletária em nosso país. Apresento-lhes minhas saudações revolucionárias, João”.

Em consequência e considerando o mais que dos autos consta, resolve o Conselho Permanente de Justiça, à unanimidade, condenar PAULO STUART WRIGHT, já qualificado.⁴⁵²

Tentavam, assim, dar Paulo como foragido. No documento do Ministério do Exército, intitulado *Relação de brasileiros no exterior – Elementos procurados pela Justiça Militar*, Paulo Stuart Wright é apresentado como estando em Cuba. Ao mesmo tempo, existe outro documento, do Centro de Informações do Exército, que afirma:

Em 1973, Paulo Wright foi localizado pela polícia de Recife, PE, tendo reagido a tiros e conseguido evadir-se. Em 1974 chegaram indícios de que estaria fazendo Curso de Guerrilha na Argélia.⁴⁵³

Apenas em 1978 as autoridades passaram a registrar a morte na ficha de Paulo Stuart Wright. Em um documento de junho daquele ano, um Boletim Informativo do Serviço de Polícia do II Exército, Paulo foi retirado da seção de “Procurados” e colocado na seção “Exclusões do Boletim Informativo”. Rapidamente, outras fichas de registro mantidas pelos órgãos repressivos fizeram o mesmo, mas sem nunca prestar contas à família sobre o seu paradeiro – até hoje⁴⁵⁴.

452 DEZENAS DE DEPOIMENTOS apud WRIGHT, 1993, p. 115 – 116.

453 CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO apud WRIGHT, 1993, p. 116.

454 WRIGHT, 1993, p. 116 – 117.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou, acima de tudo, promover uma lembrança e uma reflexão sobre Paulo Stuart Wright e sua trajetória, bem como do crime cometido contra ele pela repressão durante a Ditadura Militar. Relembrar os crimes que foram cometidos pelo Estado brasileiro é, acima de tudo, um exercício cidadão, visando que eles não se repitam. Paulo Wright foi mais uma vítima, como tantas outras, cuja família não teve sequer o direito de velar o seu corpo ou prestar homenagens à sua lápide. A repressão tentou fazer com que esquecêssemos tais pessoas – é nossa tarefa lembrar.

Ao longo de sua vida política, Paulo buscou conciliar duas dimensões de sua visão de mundo: por um lado, aquilo que foi o núcleo da sua formação, a perspectiva cristã, dotada de todos os seus temas, referências e elementos; por outro, as questões da vida pela qual optou, a militância política em favor das classes mais desfavorecidas oprimidas pelo capitalismo. Essas lutas jamais foram dicotômicas para ele. Pelo contrário, podemos considerar que entre a caridade cristã e a solidariedade revolucionária existiriam “afinidades eletivas”⁴⁵⁵ capazes de produzir um efeito de coerência discursiva, mesmo que tanto os setores conservadores das igrejas quanto as alas ortodoxas – ateias – da esquerda socialista buscassem abafar tal perspectiva. Paulo era um cristão que se tornou subversivo – sem jamais deixar de ser cristão.

No primeiro capítulo, buscamos explicar as origens do evangelho social, com ênfase no protestantismo no Brasil, de forma interligada com a América Latina e os Estados Unidos. Demonstramos a centralidade das questões sociais para a atuação dos missionários estadunidenses no Brasil, bem como o florescimento de uma juventude cristã socialmente engajada, especialmente no período do pós-guerra, de modo transnacional.

Essa transnacionalidade, no campo protestante, foi demonstrada, acima de tudo, como fruto do trânsito de indivíduos – como Richard Shaull, John Alexander Mackay e o próprio Paulo Stuart Wright – que faziam circular ideias políticas e religiosas ligadas ao ecumenismo e ao evangelho social pelas Américas e para além delas. A aproximação das igrejas com relação aos temas sociais ocorreu, no período do pós-guerra, tanto com relação a temas como os direitos civis nos EUA quanto às desigualdades e injustiças sociais na América Latina de maneira concomitante. Esse florescimento do evangelho social, mais ligado à juventude, porém, sofreu uma dura reação por parte dos setores mais conservadores dentro

455 Definidas por Löwy como ocorrendo “quando dois elementos – por exemplo, um sistema social e um elemento do ‘espírito’ cultural – estão ligados por ‘um grau de adequação particularmente elevado’”. LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014. P. 69-70.

das igrejas, o que levou a uma polarização do campo religioso a nível transnacional. Os setores religiosos conservadores, muitas vezes mais poderosos e ligados às hierarquias eclesiásticas, passaram cada vez mais a associar o “evangelho social” e o “ecumenismo” ao comunismo, adotando a lógica da Guerra Fria e promovendo uma atuação reacionária dentro e fora das igrejas.

Já no capítulo seguinte, buscamos demonstrar, a partir da trajetória de Paulo, como os movimentos cristãos se relacionaram com os demais movimentos sociais e políticos no Brasil nos anos que precederam o golpe de 1964. O que se buscou demonstrar foi o modo como as “afinidades eletivas” entre a caridade cristã e a solidariedade revolucionária puderam produzir uma síntese capaz de formar uma vertente cristã de esquerda, disposta a discutir a Revolução Brasileira mesmo que censurada pelas lideranças eclesiásticas. Esse cristianismo de esquerda buscou navegar pelas possibilidades da luta institucional enquanto ela foi possível no país, tendo sofrido, primeiramente, com a reação eclesiástica e, mais tarde, com a repressão que se seguiu ao golpe de 1964.

Perseguidos e censurados dentro das igrejas, os setores religiosos mais ligados à atuação política e social tiveram que formar suas próprias instituições fora dessas estruturas. As igrejas não apenas deram as costas para seus fiéis, muitas vezes excluindo-os – como aconteceu com Paulo – mas também passaram muitas vezes a apoiar o golpe e a política de exceção que levou às violações dos direitos humanos tanto desses sujeitos quanto da sociedade brasileira como um todo. Do mesmo modo que as igrejas, outras instituições, como partidos políticos e assembleias legislativas, que aceitaram o golpe, aderiram também ao golpismo e à política de exceção, cumprindo, assim, um papel importante para o abandono – quando não para a própria perseguição – dos seus antigos pares.

O terceiro capítulo buscou analisar as experiências e transformações da esquerda cristã, com ênfase na Ação Popular, no contexto brasileiro de luta clandestina contra a Ditadura Militar. Abandonada pelas igrejas, que estavam na sua origem, essa esquerda cristã passou a buscar apoio onde este se oferecia – na solidariedade internacional entre os movimentos de esquerda. Isso fez com que, progressivamente, ela passasse a revisar suas posições, especialmente quanto ao reformismo – que, na sua visão, havia falhado no Brasil – assumindo, assim, um papel revolucionário.

As diferentes estratégias revolucionárias, que compunham o repertório do socialismo a nível mundial, foram responsáveis por importantes rachas e divisões dentro desses movimentos revolucionários que atuavam contra a Ditadura. À medida que o regime se fechava e que os militantes eram presos e/ou desapareciam ficava cada vez mais difícil para

essas organizações incidirem sobre a luta social. A exclusão do espaço político ocorria muitas vezes de maneira concomitante com uma exclusão da vida pessoal e social – nomes e identidades falsas tornavam cada vez mais difícil o convívio com entes queridos e amigos.

Com o passar do tempo, a própria “afinidade” que havia existido originalmente entre o cristianismo e a luta política de esquerda passou a se enfraquecer, uma vez que não era possível atuar ao mesmo tempo nas igrejas e nos movimentos revolucionários. Isso levou militantes e organizações que tinham uma origem cristã a abandonarem cada vez mais esse vínculo, aderindo, muitas vezes, a uma perspectiva ateia – que a nível mundial era mais comum ao movimento comunista ortodoxo. Essas organizações da esquerda brasileira, marcadas já pela clandestinidade – independentemente de defenderem a luta armada ou institucional – foram praticamente dizimadas pela repressão, que não respeitou nem os direitos humanos desses cidadãos – pela prática de torturas e execuções – nem o de suas famílias – que nunca receberam os corpos de vários de seus entes queridos.

No decorrer das etapas que envolveram a elaboração desta dissertação, tais como a pesquisa, a leitura e a análise das fontes, foi possível observar que, no processo de maturação e construção da relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa, realizou-se uma observação aprofundada acerca das perspectivas cristãs de esquerda. Do mesmo modo, foi possível desenvolver um olhar mais apurado sobre as disputas político-sociais que precederam o Golpe de 1964 e a luta contra a Ditadura Militar brasileira. Para além do objeto de pesquisa em questão, desenvolveu-se “proximidade” e sintetização com temáticas curriculares afins, tais como: Guerra Fria, Golpe Civil-Militar, e Ditadura Militar. Esses conteúdos – presentes no componente curricular História na Educação Básica – foram, muitas vezes, abordados pelo autor deste trabalho na realização de sua prática docente, graças ao aprofundamento de conteúdos obtidos por meio do desenvolvimento desta pesquisa.

As reflexões advindas da leitura das cartas transcritas (fontes) levaram a imaginar a aflição e os abalos emocionais daqueles que viveram no exílio ou na clandestinamente; de quem perdeu sua família e/ou pessoa amada pela impossibilidade de estar presente; de quem perdeu um ente querido sem poder sequer se despedir, sem a possibilidade de sepultá-lo, lidando com a angústia de não saber do seu paradeiro. São, inegavelmente, documentos carregados de dores e, gradativamente, analisá-los vai produzindo, naquele que os lê, certa comoção. É possível afirmar que nesse ato é desenvolvido, para além do aperfeiçoamento acadêmico ou profissional, um maior senso de humanidade.

Em 2023 serão 50 anos do desaparecimento de Paulo Stuart Wright – um crime ainda não solucionado, cometido pelo Estado brasileiro em uma guerra ilegal promovida pelos agentes da repressão. Até hoje ninguém foi responsabilizado.

Neste espaço, sejam prestadas as devidas homenagens a Jaime Wright, falecido em 29 de maio de 1999, irmão de Paulo, que, para além de denunciar os crimes cometidos contra sua família, contribuiu para as denúncias e as memórias de tantas outras famílias atravessadas e desestruturadas pela Ditadura Militar. As devidas deferências também a Derlei Catarina De Luca, companheira de organização do sujeito central desta pesquisa, falecida em novembro de 2017, que sempre trabalhou para denunciar a Ditadura e seus crimes, bem como para a preservação da memória de Paulo Stuart Wright. É de suma importância direcionar os devidos créditos, também, a Delora Jan Wright, cujo trabalho de publicização da memória familiar consolidou tantos esforços em busca da verdade sobre essa vida e o crime nefasto produzido pelo Estado brasileiro, um trabalho importantíssimo para a elaboração desta dissertação.

Ao longo desta pesquisa, pudemos perceber uma relativa escassez de trabalhos que abordassem especificamente o tema da resistência dos cristãos protestantes contra a Ditadura Militar – diferentemente do que ocorre com outros agrupamentos sociais e religiosos, como os próprios cristãos católicos. Destacamos, aqui, o documentário *Muros e Pontes: Memória Protestante na ditadura*, lançado em 2014 pelo projeto Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil, realizado por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no âmbito do projeto Marcas da Memória. Os protestantes, como qualquer outro grupo social, também tiveram muitos resistentes e várias vítimas durante a Ditadura Militar.

Outro tema relativamente pouco abordado é o apoio das igrejas evangélicas aos militares, sobre o qual o principal trabalho seria a tese de doutoramento de Adroaldo José da Silva Almeida pela Universidade Federal Fluminense, de 2016, orientado pelo professor Jorge Ferreira, e intitulado “*Pelo Senhor, marchamos*”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Outro ponto de escassez é a relação entre o missionarismo protestante – internacional – no Continente Americano e a formação de uma consciência evangélica social, que culminou, a partir da década de 1970, na formulação da Teologia da Missão Integral, tema sobre o qual a literatura evangélica está mais atenta que os trabalhos historiográficos.

Foi constatada, também, uma escassez de trabalhos sobre as relações de gênero, especificamente, em famílias separadas pela clandestinidade, especialmente quando os cônjuges não seguiram juntos esse caminho e um teve de “cuidar da casa e dos filhos”, como

foi o caso da família de Paulo Wright e Edimar.

Por fim, há poucas obras históricas ou biográficas que falem especificamente sobre PSW, o que, certamente, não faz justiça à sua importância histórica. Espero que o trabalho aqui apresentado possa contribuir para o campo da História Política e da História Religiosa da Ditadura Militar brasileira e que essas, assim como outras questões levantadas ao longo da pesquisa, possam gerar inquietações a historiadores no futuro.

A interpretação feita pelo Supremo Tribunal Federal da lei de Anistia de 1979 “perdoou” os crimes políticos cometidos pelos agentes do Estado brasileiro – decisão que se mantém até hoje. Por outro lado, esse perdão dado pela Anistia foi por muito tempo entendido pelo Estado brasileiro como uma espécie de “esquecimento”. Existe uma luta em curso pelas memórias da Ditadura Militar brasileira. Foi apenas com o advento da Comissão da Verdade, entre 2012 e 2014, que os agentes da repressão foram intimados a falar sobre essas violações de direitos humanos – mas não obrigados a falar a verdade ou a revelar os fatos. Esse esquecimento, promovido primeiramente no período da própria Ditadura, teve consequências para a construção da “Memória Nacional”. Embora uma visão crítica dos crimes de Estado produzidos naquela época tenha se tornado predominante na literatura histórica a partir do início da transição democrática – associada a um projeto de democratização da sociedade brasileira –, uma “memória subterrânea”⁴⁵⁶, apologética do Golpe e da Ditadura, pôde subsistir nos Clubes Militares e em outros círculos de extrema-direita anticomunista.

Em tempos recentes, porém, entre a ascensão e a queda dos governos de Centro-Esquerda do PT – um partido de tradição esquerdista –, o “anticomunismo” voltou a circular à luz do dia, especialmente nos anos que precederam o novo Golpe, de 2016, que derrubou a então presidente Dilma Rousseff – ela própria ex-militante da VAR-PALMARES, presa e torturada durante a Ditadura Militar.

Em meio à ascensão política da extrema-direita emergente, velhos símbolos foram revisitados – nomes como a Marcha da Família com Deus aparecem novamente nos tempos contemporâneos – e novas formas das velhas roupagens e sínteses políticas puderam entrar novamente na ordem do dia. Em meio ao caleidoscópio da nova extrema-direita – que muito se assemelha à velha – encontramos o militarismo, o autoritarismo e o punitivismo associados a um discurso muitas vezes religioso, proclamado por várias igrejas protestantes de um tipo

456 As memórias subterrâneas, embora muitas vezes possam ser associadas a um Estado Dominador e uma sociedade civil oprimida, não o são necessariamente. Muitas vezes englobam as relações entre grupos simplesmente minoritários – que também podem ter sido opressores – e a sociedade englobante – que muitas vezes foi vítima desses. Ver: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, 1989. p. 5.

relativamente novo, as chamadas neopentecostais. Muitos chegam a clamar por uma nova ditadura.

Para romper com o projeto de democratização da sociedade, o trabalho político desses novos – e velhos – sujeitos passa também pelo revisionismo da memória sobre os “anos de chumbo”. Essa revisão, uma vez que toma projeção social, produz um efeito de “memória dividida”⁴⁵⁷, uma disputa em curso, que pode incidir diretamente na Memória Nacional e, conseqüentemente, nos rumos do Estado-nação. Toda produção de uma Memória Coletiva envolve um processo de lembrança e esquecimento. Relembrar as vítimas da repressão política é lutar contra o esquecimento. A repressão ocultou muitos cadáveres que mantém ocultos até hoje.

Essa disputa simbólica possui um papel central nas possibilidades políticas de atuação. Um dos símbolos mais expressivos dessa disputa é a figura de Deus. Uma nova onda fundamentalista evangélica – mas não só evangélica – pega “carona” no crescimento da extrema-direita atual, opondo o “nós cristãos” aos “esquerdistas”. Buscam, assim, assumir a propriedade política da figura de Deus.

Relembrar a história do cristianismo de vertente social, seja ele católico ou protestante, é uma forma de buscar romper com essa tentativa de estabelecer um monopólio religioso. Lembrar de cristãos que, como Paulo Stuart Wright, evangélico e socialista, lutaram como podiam contra a Ditadura Militar brasileira e dela foram vítimas, é uma forma de produzir, talvez, uma “rachadura” no atual constructo político que busca privar de Deus tantos brasileiros que, cristãos ou não, lutam por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Existe, aqui, uma centralidade da questão das identidades coletivas – a memória produz ou favorece a produção de identidades, muitas vezes forjadas na oposição do “nós” e do “outro”⁴⁵⁸.

A memória de Paulo Wright, juntamente com uma série de outras vítimas do Terror de Estado, dependeu de um esforço promovido, muitas vezes, dentro das comunidades religiosas, com notoriedade do próprio irmão de Paulo, o Reverendo Jaime Wright, que junto com Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, e outros, publicaram a primeira obra de

457 Definida como uma memória em disputa entre a memória “oficial” e a memória social do grupo específico – que, por sua vez, também é ideológica e busca se tornar, ela própria, a memória “oficial”. Ver: PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 103-130.

458 “Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992, p. 5.

grande projeção de denúncia das violações de direitos humanos praticados no Brasil, o livro *Brasil: Nunca Mais*⁴⁵⁹.

A Teologia da Libertação – e sua paralela protestante, a Teologia da Missão Integral, na qual o tema da missão e das missões é crítico para a perspectiva de um cristianismo socialmente engajado – que se espalhou pela América Latina entre as décadas de 1970 e 1980, sendo mais tarde combatida pela Santa Sé, possui raízes profundas na história do cristianismo latino-americano⁴⁶⁰. A religiosidade é um elemento importante para a compreensão das lutas sociais e políticas, estando em disputas à direita e à esquerda, de tempos em tempos, mudando o papel das instituições e mesmo de indivíduos dentro delas. Essas mudanças de postura dificilmente podem ser explicadas por opções individuais, composições de grupos ou mesmo situações políticas locais e nacionais sem que se tenha em conta pressões globais que se manifestam na forma da religião.

No tempo presente, vemos a projeção de uma extrema-direita internacional, ultraconservadora nos costumes e ultraliberal na economia, ligada aos temas da “*Old Right*”⁴⁶¹ – e que, globalmente, chega aos extremos do profascismo, ou mesmo do fascismo⁴⁶². Ela pauta a arena pública global com conteúdos anticientíficos, anticomunistas e fundamentalistas cristãos, apontando a necessidade de compreensão mais ampla do modo como essas ideias penetram nas instituições religiosas e são reverberadas a partir delas em diferentes locais, bem como dos campos de disputa e polarização interna e externamente à comunidade religiosa.

O conservadorismo em favor de um status quo ou o pensamento reacionário não podem ser encarados, de tempos em tempos, como lugar comum das igrejas cristãs – pelo contrário, dada a inserção social da igreja, só podem ser impostos pela perseguição política aos grupos religiosos inseridos e engajados nas lutas sociais e de classe. É importante, do ponto de vista das incompletudes da transição democrática e da vulnerabilidade da democracia brasileira, que se ampliem os esforços necessários dentro das instituições, incluindo as religiosas – mas também, e especialmente, militares e empresariais etc. – para resgatar as memórias do modo como essas instituições e seus agentes atuaram, interna e externamente, em contextos autoritários. Para além de assumir um possível erro, é importante que se assumam a responsabilidade, a culpa, e que se produza um ambiente de vergonha

459 CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO; WRIGHT, Jaime; ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

460 VILELA, Daniel M. *Utopias esquecidas*. Origens da Teologia da Libertação. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

461 SCOTCHIE, Joseph. *The Paleoconservatives: New Voices of the Old Right*. Londres: Routledge, 2017.

462 SCHAIN, Martin; ZOLBERG, Aristide; HOSSAY, Patrick. (Eds.). *Shadows over Europe: The development and impact of the extreme right in Western Europe*. Berlin: Springer, 2002.

institucional e social, para que se evitem novos contextos autoritários, locais e globais, evitando, assim, a repetição dos papéis dessas instituições.

Que as vítimas dos desaparecimentos políticos da Ditadura Militar não sejam esquecidas, ao contrário, que possamos constantemente lembrarmo-nos delas e fazermos com que outros também as relembrem. É preciso lembrar da dor de muitas famílias brasileiras atravessadas pelos crimes de um Estado violento, ontem e hoje.

As violações de direitos humanos no Brasil lamentavelmente continuam e, quando não são direcionadas politicamente, o são por um recorte étnico ou de classe. O Estado brasileiro matou no período da Ditadura Civil Militar e assim prossegue. A violação dos direitos humanos não faz parte apenas de nosso passado, mas também do tempo presente.

Relembremos Paulo Wright como ele foi lembrado pelos evangélicos latino-americanos em 1974, em Cuba:

A MORTE DE PAULO STUART WRIGHT

O combatente cristão revolucionário brasileiro Paulo Wright foi assassinado, depois de várias semanas de cruéis torturas, por agentes da polícia de segurança, do regime militar brasileiro. [...] O assassinato do combatente cristão brasileiro produziu grande impacto entre os assistentes à Jornada Nacional Camilo Torres^[463], alguns dos quais conheciam pessoalmente a Wright e o tinham em alta estima. O Presidente do Conselho de Igrejas Evangélicas de Cuba (CIEC), reverendo Raul Fernandez Ceballos [...] assinalou que durante o tempo em que tratou com Paulo, pode apreciar sua condição de cristão. [...] O Reverendo Fernandez Ceballos salientou que “Wright fez sua aquela frase de Camilo que dizia: O amor deve ser eficaz”, sentido que compreendeu profundamente, dando-se à sua Pátria e à grande Pátria latino-americana. Todos os assistentes da Jornada colocaram-se de pé, e renderam, com um minuto de silêncio, uma homenagem a este novo mártir da luta revolucionária latino-americana. ⁴⁶⁴

463 Camilo Torres, o homenageado pela Jornada, foi um padre católico colombiano ligado às origens da Teologia da Libertação que promoveu o diálogo entre o marxismo e o cristianismo. Torres tornou-se guerrilheiro em seu país, morrendo em seu primeiro combate com a força pública, em 1966. Seu corpo foi também “desaparecido” pelas forças de segurança, assim como o de Paulo, afim de que seu sepulcro não se tornasse um local de culto ou lembrança.

464 “Extraído do relatório *Jornada Camilo Torres* em Cuba, 1974, escrito por Henrique Lopez Oliva (Havana). Recebido em Lima, Peru, no dia 08 de abril de 1974. Traduzido do espanhol para o português por Derlei Catarina De Luca, em 1980, Criciúma – SC”. COLETIVO CATARINENSE Memória, Verdade e Justiça. *Paulo Stuart Wright*. s/d. Disponível em: <https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/os-lutadores-de-sc/paulo-stuart-wright/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. Micro-história italiana: modo de uso. Londrina: *Eduel*, 2012.
- ANDERSON, Benedict Richard O'Gorman. *Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination*. Londres/Nova York: Verso, 2005.
- ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- BARRETO, Renata Caldas. *Justiça de Transição no Brasil: a questão da responsabilização penal por graves violações a direitos humanos*. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Disponível em: https://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Legisla%C3%A7%C3%A3o_documento_jur%C3%ADdico. Acesso em 13 jul. 2022.
- BRIGGS JR, Vernon M. *American Unionism and U.S. Immigration Policy*. Center for Immigration Studies, 2001. Disponível em: <https://cis.org/Report/American-Unionism-and-US-Immigration-Policy>. Acesso em: 10 out. 2018.
- BYRON, E. *Shafer and Richard Johnston, The End of Southern Exceptionalism: Class, Race, and Partisan Change in the Postwar South*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- BURT, Kenneth C. *The Power of a Mobilized Citizenry and Coalition Politics: The 1949 Election of Edward R. Roybal to the Los Angeles City Council*. Southern California Quarterly. Historical Society of Southern California, 2003.
- CAFÉ FILHO. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caf%C3%A9_Filho. Acesso em: 12 dez. 2020.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Elsevier, 2012.
- CARTA RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_Ren%C3%Bancia_de_J%C3%A2nio_Quadros. Acesso em: 21 jun. 2022.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, 40.2, 1997.
- CARVALHO, Xerxes de. Companheiro Paulo Stuart Wright e as cooperativas de pescadores (SC). In: *Teologia e Sociedade*, Faculdade de Teologia de São Paulo, Vol. 1, nº 11, outubro 2014. São Paulo: Pendão Real, 2014.
- COLETIVO CATARINENSE Memória, Verdade e Justiça. *Paulo Stuart Wright*. s/d. Disponível em: <https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/os-lutadores-de-sc/paulo-stuart-wright/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

COMISSÃO DA VERDADE. *Paulo Stuart Wright*. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/paulo-stuart-wright>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE, Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco Governo do Estado de Pernambuco, 1995, p. 290-291. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmndp.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO; WRIGHT, Jaime; ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CORRÊA, Larissa Rosa. Looking at the Southern Cone: American Trade Unionism in the Cold War Military Dictatorships of Brazil and Argentina. *International Review of Social History* 62, no. S25, December 2017, p. 245–69.

CORSE, Theron. *Protestants, revolution, and the Cuba-US bond*. Gainesville: University Press of Florida, 2007.

DAVID, Natan Alves. *"Somos enviados ao mundo": a juventude protestante em emergências de novos contextos: religião, pós-guerra e virtualidades heréticas (1945-1960)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

DECELLE, Douglas. The Grammar of Freedom: John A. Mackay's, "Letter to the Presbyterians". *Manasota Interracial Book Club*. 5 nov. 2017. Disponível em: <http://www.douglasdecelle.net/the-grammar-of-freedom-john-a-mackays-letter-to-the-presbyterians/>. Acesso em: 10 out. 2018.

DE DECCA, Edgar; VESENTINI, Carlos Alberto. A revolução do vencedor - considerações sobre a constituição da memória histórica a propósito da "revolução de 1930". *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, v. 29, 1977.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.

DE SEIXAS ANDRADE, Roney; DA SILVA, Ivan Dias. Opção Liberal ou Opção Fundamentalista? O Criacionismo na Controvérsia Modernista-Fundamentalista nos Estados Unidos. *Sacrilegens*, v. 10, n. 1, 2013, p. 62-82.

DOSSIÊ PAULO STUART WRIGHT – DEPUTADO CATARINENSE DESAPARECIDO. Título de descrição: 002-dossie-cemdp-paulo-stuart-wright.pdf. Nível de descrição: item Nome do produtor: Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (2012-06-01). Entidade custodiadora: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. p.7. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/f/e/f/fe2dc3228a7467f1318254d962401829f9cac0a293a19eefbf2eb23f6c283a/b91d372a-24a8-4966-9a15-e1de1376bc2e-003-PSW-deputado-catarinense-desaparecido.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAJARDO, Alexander. Fundamentalismo protestante nos Estados Unidos e Brasil intolerância religiosa no rádio e seus (des) caminhos sonoros. *PARALELLUS Revista de Estudos de Religião*. UNICAP, v. 7, n. 15, p. 249-271, 2016.

FERREIRA, Jorge Luiz. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

_____; CAPELATO, Maria Helena. *Populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; DE CASTRO GOMES, Angela Maria. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio-Dumará Distribuidora Lta, 2014.

_____. *João Goulart: uma biografia*. São Paulo: Editora José Olympio, 2015.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FLYNN, G. *The Draft, 1940–1973*. Lawrence, KS: University of Kansas Press, 2000.

FLORIDA, State Library and Archives of. *The Civil Rights Movement in Florida*. Florida Memory. Disponível em: <https://www.floridamemory.com/on-lineclassroom/civilrights/>. Acesso em: 10 out. 2018.

FONTES, Paulo. The Local and the Global: Neighborhoods, Workers and Associations in São Paulo (1945–1964). *International Review of Social History* 62, no. S25, December 2017, p. 191–216.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus: revista de história*, v. 13, n. 2, 2007.

G1. *Ouçá o áudio e leia trechos da sessão do Congresso que depôs Jango*. Brasília, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/ouca-o-audio-e-leia-trechos-da-sessao-do-congresso-que-depos-jango.html>. Acesso em 22 jun. 2022.

GARCIA JUNIOR, Colez. *Richard Shaull, um educador presbiteriano*. 2019. 150 f. Dissertação (Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Vol 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMEZ, Iur. SOARES, Regina Maura. **Notas de um desaparecido: Paulo Stuart Wright: o tempo, o sujeito, o mundo.** Florianópolis: [S.n] 368 p.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.* São Paulo: Ática, 1987.

HALL, Russell E. American Presbyterian Churches—A Genealogy, 1706–1982, *Journal of Presbyterian History*, 60: 95–128, Summer 1982.

HENDERSHOT, Heather. God's angriest man: Carl McIntire, Cold War fundamentalism, and right-wing broadcasting. *American Quarterly*, v. 59, n. 2, 2007, p. 373-396.

HOEVELER, Rejane; MELO, Demian. Muito além da conspiração: Uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Revista Tempos Históricos*, v. 18, 2014.

HOUSE COMMITTEE ON APPROPRIATIONS HEARINGS, 1958.

KLOUZAL, Linda A. Women and Rebel Communities in the Cuban Insurgent Movement, 1952-1959. *Cambria Press*, 2008. p. 240-241.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA). In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Legi%C3%A3o_Brasileira_de_Assist%C3%Aancia. Acesso em: 12 dez. 2020.

LEON TRÓTSKI. In: Wikipédia. A enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?search=Leon+Tr%C3%B3tski&title=Especial:Pesquisar&profile=advanced&fulltext=1&ns0=1&searchengine=select=mediawiki>, Acesso em: 1 jul. 2022.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B.* São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

LIMA, Henrique E. *Micro-história.* Novos Domínios da História, 2012.

LINFIELD, Michael. *Freedom Under Fire: U.S. Civil Liberties in Times of War.* Boston: South End Press, 1990.

LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano.* São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *The war of gods: religion and politics in Latin America.* Londres/Nova York: Verso, 1996.

_____; BARZMAN, John; BETTO, Frei. *Marxism and liberation theology.* Amsterdam: International Institute for Research and Education, 1988.

MATOS, Alderi Souza de. Panamá 1916: Um Congresso Missionário Pioneiro. *Revista Ultimato*. Edição 362, Setembro-Outubro 2016. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/revista/artigos/362/panama-1916-um-congresso-missionario-pioneiro>. Acesso em: 10 out. 2018.

MCKENNIE GOODPASTURE, H. The Latin American Soul of John A. Mackay. *Journal of Presbyterian History* (1962-1985), v. 48, n. 4, 1970, p. 265-292.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O movimento ecumênico no século XX – algumas observações sobre suas origens e contradições. *Tempo e Presença Digital*, n.12, setembro de 1998. Publicação Virtual de KOINONIA, 2008. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=236&cod_boletim=13. Acesso em: 10 jul. 2022.

_____. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista Usp*, n. 67, p. 48-67, 2005.

MITCHELL, Don. *They Saved the Crops: Labor, Landscape, and the Struggle over Industrial Farming in Bracero-Era California*. Geographies of Justice and Social Transformation Series. Athens, GA: University of Georgia Press, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; PATTO, Rodrigo. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NIEBUHR, H. Richard. Christ and culture. *Tijdschrift Voor Filosofie*, v. 14, n. 3, 1951.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os "anos de chumbo" no Brasil e na América Latina. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 28, p. 55-90, jul./dez. 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REDIKER; Marcus; LINEBAUGH; Peter. *A Hidra de Muitas Cabeças*. Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REED, Roy. *Faustus: the Life and Times of American Prodigal* (p). Fayetteville: University of Arkansas Press, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Imperatriz: Marco Zero, 1985.

_____. *História do marxismo no Brasil: o impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Eds.). *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.

RUOTSILA, Markku. *Fighting fundamentalist: Carl McIntire and the politicization of American fundamentalism*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SANTIAGO-VENDRELL, Angel D. *Contextual theology and revolutionary transformation in Latin America: the missiology of M. Richard Shaull*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2010.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. *Das armas às letras: os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial-militar*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

SCHAIN, Martin; ZOLBERG, Aristide; HOSSAY, Patrick (eds.). *Shadows over Europe: The development and impact of the extreme right in Western Europe*. Berlin: Springer, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. *História e biografia*. Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

SCOTCHIE, Joseph A. *The Paleoconservatives: New Voices of the Old Right*. Londres: Routledge, 2017.

SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. *Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation*. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press, 2012.

SELECTIVE SERVICE SYSTEM. (May 27, 2003). Induction Statistics. In Inductions (by year) from World War I Through the End of the Draft (1973) Archived May 7, 2009, at the Wayback Machine. Retrieved May 5, 2009.

SHAULL, Richard. *Surpreendido pela graça: memórias de um Teólogo*. Estados Unidos. América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SMYLIE, James Hutchinson. *A Brief History of the Presbyterians*. Geneva: Geneva Press, 1996.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Desafios ao lidar com o legado da ditadura brasileira: e se usássemos os instrumentos protetivos dos bens culturais. *Revista Custos Legis*, v. 4, p. 1, 2013.

STORRS, Landon R.Y. *The Second Red Scare and the Unmaking of the New Deal Left*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2013.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do Trabalho: O Velho, o Novo e o Global. *Mundos Do Trabalho*, 1, no. 1, 2009, p.11–26.

VILELA, Daniel M. *Utopias esquecidas*. Origens da Teologia da Libertação. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

VILELA, Márcio. Religião e Política em Conflito: Paulo Stuart Wright e o Golpe de 1964. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 1, n. 34.1, p. 307-323, 2016.

UNITED STATES DEPARTMENT OF LABOR. Analysis of Work Stoppages, 1954. Major Developments and annual statistics. Bulletin No. 1184, June 1955. Disponível em: <https://www.bls.gov/wsp/publications/annual-summaries/pdf/work-stoppages-1954.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

WEGNER, Felipe Henrique. *A nação que salva a si mesma: o CCC e sua luta contra a "subversão"*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

WOODS, Jeff R. *Black Struggle, Red Scare: Segregation and Anti-Communism in the South, 1948-1968*. Baton Rouge: LSU Press, 2003.

WRIGHT, Delora Jan. *O Coronel tem um segredo – Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.